





Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Governador

José Renato Casagrande

Vice-governador

Jaqueline Moraes

Secretário de Estado da Cultura

Fabício Noronha

Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Cilmar Cesconetto Franceschetto

Diretor Técnico Administrativo

Luiz Gonsaga Pimentel Fraga

© 2019 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414
CEP 29.015-905 - Vitória - ES - Brasil
Tel. (27) 3636-6100
E-mail: revista@ape.es.gov.br
Site: www.ape.es.gov.br

R454 Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ano. 3, n. 5, (jan./jun.2019).
Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2019.

Semestral
ISSN 2527-2136

1. Documentos históricos do Espírito Santo - Periódico. 2. Instituição Pública – Periódico. 3. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Periódico. 4. Gestão de documentos – Periódico. 5. Preservação de documentos – Periódico.
I. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

CDD – 981.52

As ideias, opiniões e conceituações contidas nos artigos desta revista são de inteira responsabilidade dos autores, não representando necessariamente o posicionamento deste Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Editor Executivo

Cilmar Cesconetto Franceschetto

Coordenação Editorial

André Malverdes
Departamento de Arquivologia - UFES
Julio Bentivoglio
Departamento de História - UFES

Editor Gerente

Bruno César Nascimento
Jória Scolforo
Michel Caldeira de Souza

Projeto Gráfico e Edição

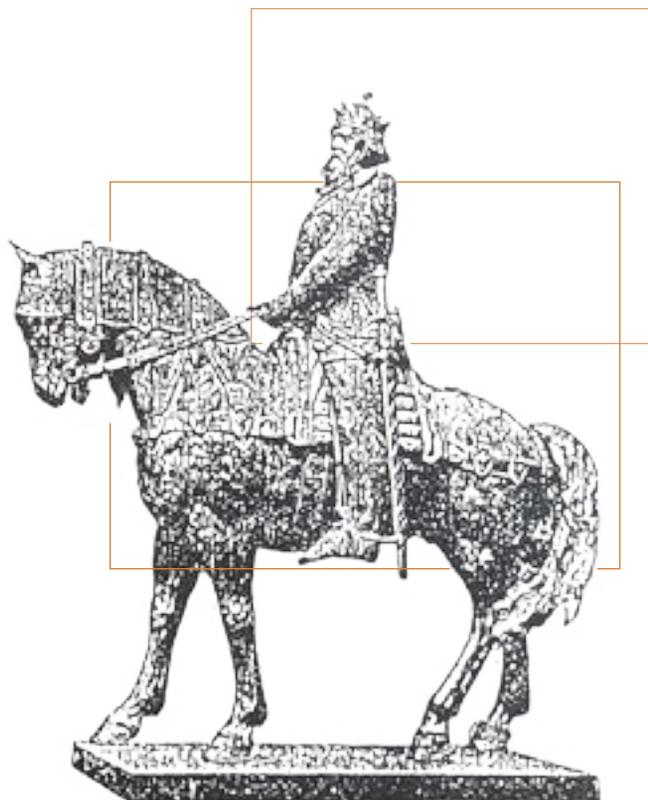
Alexandre Matias

Pesquisa e Seleção Iconográfica

Lucas Rodrigues Barreto
Sergio Oliveira Dias

Revisão de estrutura e linguagem

Jória Scolforo
Stefano Favarato - língua inglesa



Conselho Editorial

Alexandre de Sá Avelar (UFU), Aline Lopes de Lacerda (Casa Oswaldo Cruz), André Malverdes (UFES), André Porto Ancona Lopez (UNB), Arno Wehling (IHGB), César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM), Fábio Franzini (UNIFESP), Joan Boadas i Raset (Girona-Espanha), João Eurípedes Franklin Leal (UFF), João Gualberto Vasconcellos (UFES), José Antonio Martinuzzo (UFES), Julio Bentivoglio (UFES), Jurandir Malerba (UFRGS), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Maria Beatriz Nader (UFES), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Raquel Glezer (USP), Renzo M. Gosselli (PUC-RS), Rita de Cássia Maia (UFES), Taiguara Aldabalde Vilella (UFES), Telma Campanha de Carvalho Madio (UNESPE-MARILIA), Tyago Hoffmann, Ueber José de Oliveira (UFES) e Valdei Lopes de Araújo (UFOP).

Conselho Consultivo

Agostino Lazzaro (ex-Diretor Geral - APEES), Andrea Lisly (UFOP), Antônio Carlos Queiroz do Ó (UFES), Adriana Campos (UFES), Bruno César Nascimento (UFES), Bruno César Nascimento (UFES), Bruno Santos Conde (UFES), Camila Mattos da Costa (IBICT-UFRJ), Cláudio Zanotelli (UFES), Cristiano P. Alencar Arrais (UFG), Danilo José Zioni Feretti (UFSJ), Eliane Lordello, Estilague Ferreira dos Santos (UFES), Helena Mollo (UFOP), Isabel Lustosa (Casa Rui Barbosa), Janice Gusmão (PUC-SP), José Eustáquio Ribeiro (UFG), Jorge Vinícius Monteiro Vianna (SABERES), Dra. Kátia Sausen da Motta (UFES), Luiz Carlos de Almeida Lima (SEGER), Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (UFES), Maria Cristina Dadalto (UFES), Pedro Ernesto Fagundes (UFES), Rodrigo Aldeia Duarte (Arquivo Nacional), Ricardo Savacini Pandolfi (UFES), Rodrigo da Silva Goularte (UFES), Rodrigo Mello de Moraes Pimenta (PMVV), Rogério Rosa (UNESC), Sérgio Marlow (Faculdade Unida), Sonia M. Mattos (UFES), Vânia Maria Losada Moreira (UFRRJ) e Vitor Ângelo de Amorim (UVV).

SUMÁRIO

EDITORIAL

6 | *Cilmar Cesconetto Franceschetto*

ENTREVISTA

11 | *Fernando Achiamé: as transformações do Arquivo Público e uma vida na história* - Paulo Roberto Santos

ARTIGO

19 | *Desenvolvimento e implantação do sistema e-DOCS no contexto da gestão de documentos* - Tânia Barbosa Salles Gava, Wagner Santana Bianchi e Juliana Oliveira de Almeida

29 | *A imigração nos documentos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo* - Tiago de Matos Alves

37 | *Estudo de caso: Projeto Memórias Reveladas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo* - Thyenne Endlich Dourado e Tirza Vitali Alves

51 | *A preservação da informação arquivística no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo* - Ana Paula Ambrosio Lyrio e Rosa Maria Braga Barbosa

71 | *Preservação do acervo arquivístico do Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória: um estudo de caso* - Diovani Favoreto

83 | *Marcas da inscrição de um processo de discriminação e de estigmatização contra um imigrante sírio no interior do Estado do Espírito Santo no início do Vinte* - Adilson Silva Santos e Maria Cristina Dadalto

97 | *Acesso à Informação Pública: um diálogo possível entre John Thompson e Niklas Luhmann* - Normaci Correia dos Santos Sena

107 | *Resgate histórico do Haiti durante a Guerra Civil (2006-2008) a partir de fotografias de um soldado capixaba na Organização das Nações Unidas (ONU)* - Erica Duarte-Silva, Janini do Rozário Conceição e Pablo Sales Almeida

121 | *Ecos de ressentimentos e impotência o perdão nos anos 30, um passeio em Raízes do Brasil* - Giselly Rezende Vieira

DOCUMENTO

133 | *Uma Cinquentenária Colônia Alemã No Brasil*
Anivaldo Kuhn

RESENHA

143 | *Sobre a política capixaba na Primeira República*
Adriana Pereira Campos

REPORTAGEM

149 | *Arquivo Público recebe doação de acervo bibliográfico de Bolívar de Abreu*
Arquivo Público recebe coleção do jornal "Correio do Sul"
Jória Motta Scolforo

EDITORIAL

Caros leitores,

Em tempos de revolução na tecnologia da informação, quando se amplia cada vez mais o acesso imediato às notícias, se faz necessário repensar os conceitos, definir novas estratégias, não somente para demarcar território, mas sim para ampliar a área de abrangência das instituições que prestam serviços à população, como os Arquivos Públicos. Novas demandas surgem para atender à rede de usuários que ininterruptamente acessam nossas páginas na internet, conectados, de qualquer parte do globo, além do público local, que marca presença em nossas salas de consultas, diariamente.

Para tanto, as instituições arquivísticas deverão estar atentas com os novos tempos, voltadas aos interesses dessa geração digital, procurando se inserir como agentes no processo de transformação, não apenas no atendimento direto ao público, mas também na elaboração de projetos administrativos, que visem a efetiva gestão de documentos, em seu âmbito de atuação, seja na esfera pública ou privada. Pois é por meio da arquivística, como suporte científico, que se devem estabelecer os parâmetros da gestão documental, também em formato digital.

É ao observar esse caminho para o futuro que o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES tem pautado seus projetos, seja nas atividades de mediação cultural, seja no atendimento ao público, seja na implementação das políticas de gestão de documentos. Neste caso, citamos como exemplo a recente colaboração do órgão para o desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de documentos eletrônicos junto aos demais órgãos e secretarias do Governo Estadual, que culminou com a criação do sistema E-Docs, tema do nosso primeiro artigo.

E foi analisando essa nova realidade que também decidimos pela criação da “Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo”, realizada em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo, agora devidamente classificada pela Capes, a qual tem proporcionado excelentes resultados para a divulgação da arquivologia, da história e de outros assuntos sobre os capixabas. Mais um canal de comunicação efetivo da instituição com a sociedade.

Com muito entusiasmo estamos dando prosseguimento a este projeto, agora com o lançamento deste 5º número, que traz à luz artigos inéditos, resenhas, documentos, fotografias e reportagens para o enriquecimento e disseminação do saber científico.

Nossa entrevista é com Fernando Achiamè, escritor, historiador e que já esteve na direção do Arquivo Público, de 1975 a 1983, depois de iniciar seus trabalhos na instituição como estagiário.

Em seguida, a Revista apresenta nove artigos científicos, inéditos: sobre documentos de imigração do APEES; sobre a implantação do E-Docs, o sistema de gerenciamento eletrônico de documentos, do Governo do Estado; sobre o projeto Memórias Reveladas; sobre a preservação da informação arquivística no APEES e sobre o Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória. Estes cinco voltados diretamente ao meio arquivístico. Outros artigos versam sobre a discriminação contra um imigrante sírio no sul do Estado, nos anos vinte do século passado; uma análise sobre o acesso à informação pública na perspectiva dos sociólogos John Thompson e Niklas Luhmann; sobre a Guerra Civil no Haiti por meio de fotografias de um soldado capixaba e o último artigo analisa o livro Raízes do Brasil, procurando demonstrar o enlace histórico-literário, histórico-psicológico na obra de Sérgio Buarque de Holanda.

Na seção Documentos publicamos a tradução de um artigo, publicado originalmente em alemão gótico, em 1896, pelo padre alemão Told, de Santa Isabel (Domingos Martins) por ocasião do cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes alemães à Colônia de Santa Isabel, contendo informações históricas importantíssimas sobre os primeiros desbravadores. A tradução é do pastor luterano, Anivaldo Kuhn.

Agradecemos mais uma vez a participação espontânea dos nossos colaboradores para que possamos manter viva a publicação deste periódico.

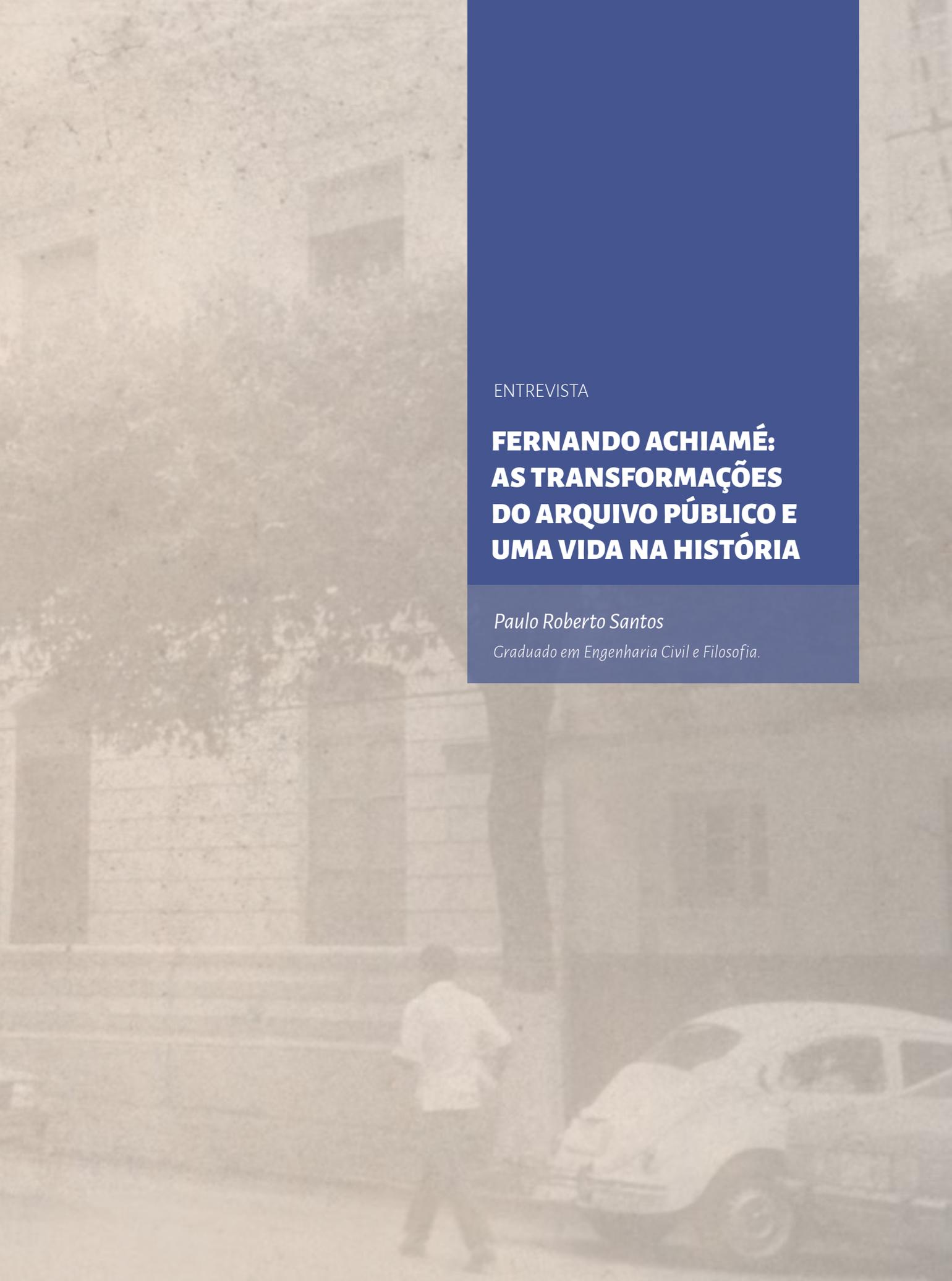
Desejamos a todos uma excelente leitura!

Cilmar Cesconetto Franceschetto

Editor Executivo







ENTREVISTA

**FERNANDO ACHIAMÉ:
AS TRANSFORMAÇÕES
DO ARQUIVO PÚBLICO E
UMA VIDA NA HISTÓRIA**

Paulo Roberto Santos

Graduado em Engenharia Civil e Filosofia.



FERNANDO ANTÔNIO DE MORAES ACHIAMÉ (Colatina, ES, 1950). Poeta e historiador. Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; mestre em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós-Graduação em História pela UFES. Arquivista, pesquisador-associado do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Literatura do Espírito Santo (NEPLES/UFES), sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) desde 1981, e ocupante da cadeira nº 17 da Academia Espírito-Santense de Letras (AEL) a partir de 2015. Seguiu carreira na administração pública no cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual por concurso público (1973-2009). Diretor do Arquivo Público Estadual (1975-1983); membro do Conselho Estadual de Cultura (1982-1987), quando se empenhou pela preservação e tombamento de diversos bens culturais capixabas; professor de Teoria e História da Arquitetura na UFES (1982-1997).

Paulo Roberto Santos: *Como o Sr. pensava o Arquivo, antes de assumir o cargo de Diretor?*

Fernando Achiamé: De início, é necessário esclarecer que as informações aqui prestadas foram feitas de memória, e somente oferecem um pálido resumo do que se constituíram aqueles anos em que o Arquivo Público experimentou grandes avanços. Para quem se interessar pela história da entidade nas décadas de 1970 e 1980, há necessidade de se consultar os arquivos da repartição e entrevistar outros servidores que vivenciaram o período.

Em 1971, quando iniciei o curso de História na Ufes, tomei conhecimento da importância dos arquivos públicos para a pesquisa historiográfica. Quem me despertou para essa realidade foram os professores que tive na então disciplina “Introdução aos Estudos Históricos”: Vânia Gonçalves e Renato Pacheco, ambos já falecidos.

Com colegas do curso, cheguei a fazer pesquisas exploratórias no acervo do Arquivo Público Estadual para cumprir tarefa didática. O tema do trabalho universitário referia-se à história de Nova Almeida e, algum tempo depois dele concluído, passei a estagiar na instituição.

PRS: *À sua chegada, em que condições estava o acervo do Arquivo?*

FA: Como antes registrado, o primeiro contato mais regular que tive com o Arquivo Público foi na condi-

ção de estagiário. O governo de Artur Carlos Gerhardt Santos (de março de 1971 a março de 1975) prosseguiu e mesmo ampliou a profunda reforma na estrutura administrativa do estado iniciada na gestão anterior. O Arquivo Público Estadual, antes subordinado à Secretaria do Interior e Justiça, passou a integrar a estrutura da recém-criada Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SEAR). A ideia era que documentação e arquivo deviam ser geridos à semelhança do que se fazia com a administração de pessoal, de material ou de patrimônio. Assim, o Arquivo seria o órgão que encabeçaria a administração documental no âmbito do governo do estado.

Na época, a repartição ocupava a posição mais inferior na estrutura hierárquica do estado: a de um simples serviço. Encontrava-se decadente também devido às suas instalações físicas. Necessitava urgente reforma o velho prédio inaugurado em novembro de 1926, com a presença do general Cândido Rondon, ao final do Oitavo Congresso Brasileiro de Geografia realizado em Vitória. A Biblioteca Pública ocupava o primeiro andar e já estava vinculada à Fundação Cultural do Espírito Santo – FCS. O térreo do imóvel abrigava o Arquivo Público com seu acervo conservado em altas estantes de aço e de madeira. Muita sujeira, cupim, piso solto, vazamentos provenientes do telhado e, sobretudo, falta de espaço. Muitos documentos se encontravam acumulados no chão, misturados à papelada que podia ser considerada lixo.

Havia também documentação recente e em grande volume, a exemplo de provas de concursos públicos, simplesmente despejada ali à espera do prazo para ser eliminada.

O governo do estado tomou a decisão de modernizar os serviços públicos prestados à população capixaba. Para isso promoveu a extinção de cargos e reestruturação de carreiras, concursos públicos e cursos de treinamento de pessoal. No caso do Arquivo Público, foi contratada a professora da Ufes, Gilda Rocha, que ministrava para minha turma a disciplina “História Medieval”, com a missão de coordenar os trabalhos de revitalização da entidade arquivística. Como ela lecionava no Departamento de História, foram abertas inscrições para cinco alunos que se interessassem em cumprir estágio no Arquivo Público e participar desses trabalhos de reorganização. Fui um dos selecionados.

PRS: *Como se encontrava o corpo técnico-administrativo, especialmente no que tange à remuneração, motivação para o trabalho e capacitação para atender às demandas naquele período?*

FA: No início da década de 1970, e numa situação que já durava bastante tempo, o Arquivo Público contava com somente quatro ou cinco antigos servidores estatutários de nível primário e médio que ocupavam os cargos de servente, auxiliar administrativo e oficial administrativo. Havia uma antiga servidora, Letícia Zardini Peixoto, que fora nomeada como chefe de serviço responsável pelo Arquivo Público e contava tempo para se aposentar.

PRS: *Na ocasião, de uma forma geral, quais os perfis dos consulentes?*

FA: Não havia sala de consulta e a repartição era acionada de tempos em tempos para prestar informação em processos sobre algum documento que custodiava. Os interessados em pesquisar o acervo eram desestimulados pelas condições da documentação e pelo fato de a maioria dela estar inacessível à consulta pública.

“Ser diretor do Arquivo Público aos 25 anos de idade sem dúvida foi desafiador, mas já estava mordido pela mosca da arquivologia, pois participara de congressos e cursos promovidos pela Associação de Arquivistas Brasileiros, fundada em 20 de outubro de 1970, dia que depois foi consagrado como dedicado aos profissionais de arquivo”.

PRS: *Em termos de atendimento, como se dava a relação dos servidores com os consulentes?*

FA: Os poucos e esforçados servidores se limitavam a atender às eventuais consultas, geralmente de caráter burocrático ou legal. Por exemplo, fornecer certidões de inteiro teor de documentos ligados a registro civil, funcional ou de terras. Para as demandas sobre documentos referentes à história capixaba, muito raras, era apresentado ao pesquisador o “Catálogo de Moisés de Medeiros Acioli”, que nele escolhia os volumes de documentos encadernados que desejava consultar.

“De modo geral, as relações do Arquivo Público com as demais instituições do governo estadual foram frutíferas, porque ele passou a exercer um serviço importante: promover o recolhimento de acervos que não tinham mais utilidade nos órgãos de origem”.

PRS: *O que representou para o Sr. o fato de ser Diretor e conhecer mais de perto as realidades do Arquivo?*

FA: Ser diretor do Arquivo Público aos 25 anos de idade sem dúvida foi desafiador, mas já estava mordido pela mosca da arquivologia, pois participara de congressos e cursos promovidos pela Associação de Arquivistas Brasileiros, fundada em 20 de outubro de 1970, dia que depois foi consagrado como dedicado aos profissionais de arquivo. Tinha acabado de me formar em História na Ufes e completara o estágio probatório, na época de dois anos, no cargo de fiscal de rendas do estado (atual auditor fiscal da receita estadual), que ocupei por concurso público. Fui requisitado da Secretaria da Fazenda para a Secretaria de Administração e nomeado chefe do Arquivo Público. O trabalho de reorganização prosseguia sob a coordenação da professora Gilda Rocha, que se dedicou a elaborar um catálogo de documentos.

Consegui montar uma boa equipe, com servidores estatutários e contratados do estado que foram

colocados à disposição do órgão e com ocupantes de cargos em comissão e de estagiários. Mais tarde, foram criados os cargos de bibliotecário e arquivista no quadro do serviço público estadual, realizados concursos públicos e alguns desses profissionais passaram a trabalhar junto ao Arquivo.

PRS: *Em face dessas realidades, quais foram os principais projetos de sua gestão?*

FA: Já na época em que cumpria o estágio, o governo contratou duas arquivistas para ministrarem aulas para os estudantes. Uma foi Wilma Schaefer Corrêa, então Chefe de Serviço de Registro e Assistência do Arquivo Nacional. A outra, Marilena Leite Paes, chefe do Arquivo Central da Fundação Getúlio Vargas e autora de livro pioneiro sobre administração de arquivos. Assim, os estagiários tiveram os primeiros contatos com a moderna técnica arquivística. Quando passei a trabalhar na repartição, outros cursos sobre arquivologia foram proporcionados por aquelas profissionais e por outros arquivistas, a exemplo de José Pedro Pinto Esposel, o que possibilitou o treinamento dos servidores.

PRS: *Dentre os projetos, quais foram executados e quais deixaram de ser? No segundo caso, por quê?*

FA: Dentre os projetos executados, destaco um pelo seu pioneirismo: a criação da Biblioteca de Apoio Maria Stella de Novaes, especializada em recolher publicações avulsas e periódicas da administração pública estadual e que mais tarde recebeu o importante acervo bibliográfico da conhecida historiadora que lhe dá nome. Destaco, também pelo seu pioneirismo, a elaboração do Guia Preliminar do Arquivo Público Estadual, de 1981, reconhecido como o primeiro que se elaborou no país.

Também significativas para aquele período foram as duas reformas no prédio do Arquivo. Uma ocorreu antes que a Biblioteca Pública desocupasse o primeiro andar do imóvel em março de 1979. A outra aconteceu depois disso e foi mais extensa, inclusive com a construção de um galpão nos fundos do prédio.

Nos nove anos em que trabalhei na repartição, muitas outras iniciativas visaram preservar os arquivos estaduais. Algumas delas tiveram início e se completaram naquele período e outras prosseguiram nos anos seguintes. Listo as que me ocorrem à lembrança, sem consultar os arquivos:

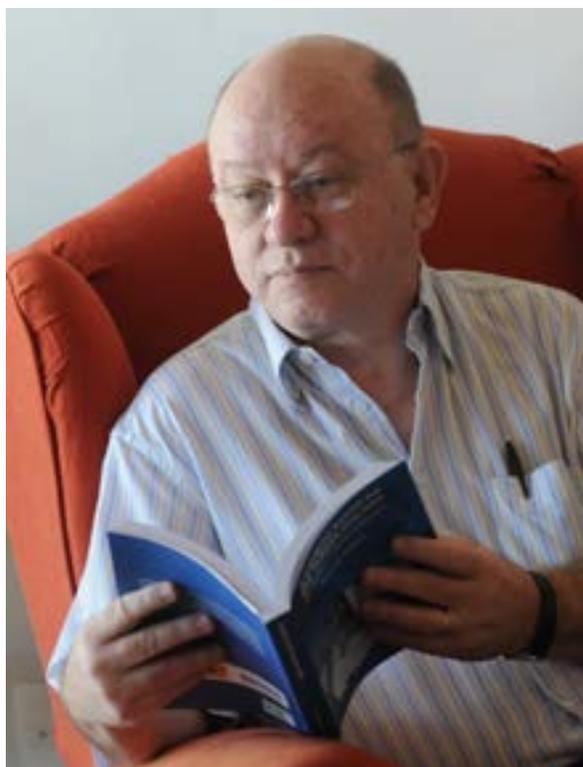
– Inserção da entidade como gestora no Espírito Santo do Programa Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, comandado no país pela Biblioteca Nacional, que destinou verbas para os estados que a ele aderissem. Esse Programa compreendeu a aquisição de maquinário e materiais de consumo apropriados, junção momentânea de acervos de jornais, além do treinamento de servidores no Rio de Janeiro. Ele deu origem à conhecida Hemeroteca Digital, disponível na Internet, em que nosso estado está muito bem representado.

– Criação do Laboratório de Conservação e Restauração de Papeis, com apoio financeiro da então empresa Aracruz Celulose e orientação técnica de laboratórios semelhantes, mantidos pela Fundação Casa de Rui Barbosa e pela UFMG.

– Contratação de estagiários pela Fundação Mudes, já que o número deles pagos pelo governo estadual era insuficiente. A contratação de uma firma de limpeza representou grande avanço, tanto para manutenção de condições mínimas de higiene do acervo quanto para a arrumação de caixas e livros valiosos ou a eliminação de documentos inservíveis.

– Edição das obras de historiografia: “Memória Estatística da Província do Espírito Santo no Ano de 1828” de Ignácio Accioli de Vasconcelos, edição de 1978 e agora com arquivo em PDF no site do Arquivo Público; “A Irmandade e a Santa Casa da Misericórdia do Espírito Santo” de Affonso Schwab e Mário Aristides Freire, manuscrito que estava inédito desde 1945 e publicado em 1979; “Jerônimo Monteiro – sua Vida e sua Obra” de Maria Stella de Novaes, lançado em 1979 e reeditado em 2018 também pelo APEES.

– À medida que a repartição passou a ser reconhecida por outros órgãos do governo estadual, ela foi acionada para proceder ao recolhimento da docu-



Fernando Achiamé. Foto: Carlos Alberto Silva.

mentação de caráter permanente. Esses recolhimentos podem ser denominados de “selvagens” porque não obedeceram a normas estabelecidas e processos regulares. No entanto, salvaram muitos milhares de documentos da destruição total. Os casos mais marcantes foram: a) arquivos de processos, correspondência, plantas e mapas produzidos por antigas administrações da Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria do Interior e Justiça, Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, que se encontravam em salões no porão do Palácio Anchieta e que precisavam ser desocupados a toque de caixa para receberem outras utilizações; b) arquivos financeiros e contábeis da Secretaria da Fazenda, compostos por livros de registro e séries documentais; c) milhares de valiosos negativos, alguns em vidro, do extinto Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Educativos (SCRTE), que se encontravam em fichários na Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP); d) acervos fotográ-

“A administração dos arquivos digitais, muito mais frágeis e em volume bastante superior aos produzidos no suporte em papel, talvez seja o principal desafio para o futuro do Arquivo Público”.

ficos e documentais da Secretaria de Comunicação Social, que deram entrada na repartição ao final dos governos Élcio Álvares e Eurico Rezende.

Entre os projetos não executados, menciono a edificação de uma nova sede; a implantação de um sistema estadual de arquivos com a criação de um arquivo intermediário; a mudança do Arquivo para órgão em regime especial de administração; e a instituição de uma estrutura hierárquica de cargos em comissão mais condizente com a importância da entidade. Todos esses projetos não foram realizados então por falta de interesse político. No entanto, a longo prazo, eles se concretizaram ou estão em vias de se realizar, mesmo que de maneira um pouco diferente daquela com que foram concebidos devido às transformações burocráticas e modernizações tecnológicas, sobretudo a presença da computação e da Internet.

PRS: *Quais os impactos dos projetos executados?*

FA: Os impactos foram significativos. O programa de arranjo e descrição tornou possível o acesso a diversos acervos antes ignorados. A reorganização admi-

nistrativa e técnica do Arquivo Público coincidiu com o incentivo para que professores da Ufes seguissem cursos de pós-graduação em universidades de fora do estado (USP, UFF, UFRJ e outras) em áreas diversas: história, geografia, administração, artes, pedagogia, economia. Então, esses profissionais puderam consultar muitos documentos primários para subsidiar suas dissertações e teses. Também o Arquivo despertou o interesse de diferentes pesquisadores amadores, a exemplo de Luiz Busatto e Douglas Puppin, que descobriram uma vasta e preciosa documentação sobre a imigração e colonização italianas no nosso estado.

PRS: *Como o Sr. avalia a relação do Arquivo com as demais instituições de governo, durante a sua gestão?*

FA: De modo geral, as relações do Arquivo Público com as demais instituições do governo estadual foram frutíferas, porque ele passou a exercer um serviço importante: promover o recolhimento de acervos que não tinham mais utilidade nos órgãos de origem. Também ele começou a ser acionado para orientar a eliminação de massas documentais manifestamente sem qualquer valor arquivístico permanente, que atravancavam os armários e estantes de muitas repartições estaduais.

PRS: *No que tange ao Orçamento, a parcela destinada ao Arquivo atendia às necessidades de maneira satisfatória?*

FA: Na época em que fui diretor (de janeiro de 1975 a dezembro de 1983), o Arquivo Público não tinha orçamento próprio. Alguns anos depois é que o governo estadual resolveu acatar a proposta que fiz em transformar a entidade num órgão em regime especial de administração, o que proporcionou à instituição autonomia administrativa e financeira. Antes, as necessidades da repartição em reformar sua antiga sede, em comprar material de consumo ou permanente, de custear o salário dos servidores eram suprimidas pelo orçamento da secretaria de estado a que ela estava subordinada.

“Dentre os projetos executados, destaco um pelo seu pioneirismo: a criação da Biblioteca de Apoio Maria Stella de Novaes, especializada em recolher publicações avulsas e periódicas da administração pública estadual e que mais tarde recebeu o importante acervo bibliográfico da conhecida historiadora que lhe dá nome”.

PRS: Considerando a sua experiência no setor público, inclusive como professor e consultante, como o Sr. avalia o Arquivo, atualmente, e como o Sr. o imagina tendo em vista as próximas gerações?

FA: O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, depois que deixei a sua direção, fez grandes progressos, tanto no aspecto material quanto no técnico e no relacionamento com a comunidade capixaba. Destaco entre muitas iniciativas: confecção de inventários e catálogos do acervo; criação do curso de Arquivologia na Ufes, que possibilitou a repartição contar com profissionais mais gabaritados; a mudança para a nova sede à rua Sete de Setembro, mais moderna, se-

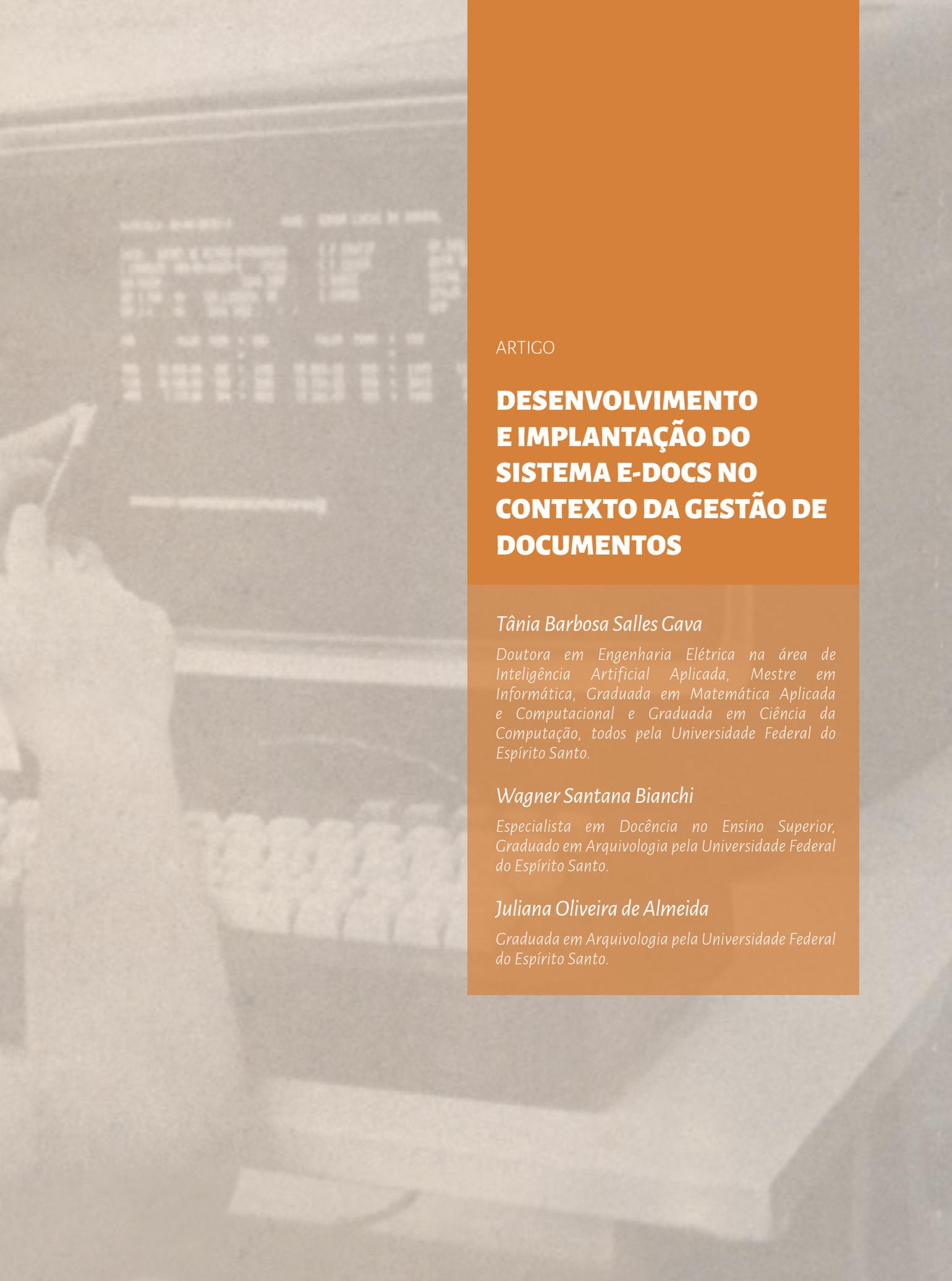
gura, ampla e confortável; a informatização de serviços técnicos; a criação da Coleção Canaã com importantes obras referentes à historiografia capixaba; a promoção de exposições e eventos no seu auditório.

PRS: Quais as suas recomendações para os futuros diretores?

FA: O principal desafio para as futuras administrações creio seja dotar o Arquivo Público de um quadro de servidores qualificados, estatutários, com carreira própria e remuneração condigna para profissionais de nível superior. A entidade vem se distinguindo com a excelente qualidade de suas publicações inseridas na Coleção Canaã, e manter esse nível será sempre tarefa árdua.

A administração dos arquivos digitais, muito mais frágeis e em volume bastante superior aos produzidos no suporte em papel, talvez seja o principal desafio para o futuro do Arquivo Público. Tais arquivos deverão ser geridos com rigorosas normas modernas, mas sem se distanciar dos princípios arquivísticos já consagrados. Por exemplo: levar em consideração os valores documentais; a teoria das três idades dos arquivos; os processos de eliminação periódica. E acrescentando mais uma incumbência: garantir que eles continuem acessíveis com atualização contínua de softwares e backups.



A person's hand is holding a smartphone in the foreground, partially obscuring the view of a computer monitor in the background. The monitor displays a data table with several columns and rows of text, which is slightly out of focus. The overall scene is dimly lit, with the primary light source coming from the screen.

ARTIGO

DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA E-DOCS NO CONTEXTO DA GESTÃO DE DOCUMENTOS

Tânia Barbosa Salles Gava

Doutora em Engenharia Elétrica na área de Inteligência Artificial Aplicada, Mestre em Informática, Graduada em Matemática Aplicada e Computacional e Graduada em Ciência da Computação, todos pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Wagner Santana Bianchi

Especialista em Docência no Ensino Superior, Graduado em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Juliana Oliveira de Almeida

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Resumo

O presente artigo aborda os principais aspectos relativos ao desenvolvimento do sistema e-Docs no contexto da gestão de documentos, enfatizando a atuação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e como se deu o processo de implantação no Governo do Estado.

Palavras-chaves: Gestão de documentos. SIGAD. Governo Digital. Sistema e-Docs.

Abstract

This paper discusses the main aspects related to e-Docs system development in the Records Management context, emphasizing the Public Archives activity, and how the implementation process in the Government of the State of Espírito Santo has taken place.

Keywords: Records Management. SIGAD. Digital Government. System e-Docs.

Introdução

A gestão de documentos é um tema que está em alta no Governo do Estado do Espírito Santo. Pela primeira vez, depois de muitos anos, o assunto volta a atrair os olhares da alta gestão. Tudo isso é resultado de um trabalho efetivo que o Arquivo Público do Estado do Espírito vem desenvolvendo no âmbito do Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo-PROGED, cujo aprofundamento será feito adiante, em conjunto com a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER), Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT), Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito-Santo (PRODEST), para atender aos órgãos do Executivo Estadual.

Com o advento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), e com o aumento da produção e uso de documentos nato digitais, surge a pretensão de implantação de um Governo Digital a fim de otimizar os trâmites administrativos internos e melhorar a prestação de serviços aos cidadãos. Para tanto, chegou-se à conclusão que seria necessário a implantação de um sistema informatizado para fazer a gestão de documentos produzidos pelas secretarias e órgãos que compõem o Executivo Estadual. Dessa forma, o presente artigo apresenta as principais etapas de desenvolvimento e implantação do sistema e-Docs, que é um sistema corporativo de gestão de documentos arquivísticos digitais, que en-

globa a autuação, tramitação, classificação, temporalidade e destinação final dos documentos.

O e-Docs no contexto da gestão de documentos

A administração pública, de forma geral, produz muitos documentos, uma vez que eles atestam e registram todos os atos legais, técnicos e administrativos provenientes das ações executadas pelos poderes e esferas. Essa legalidade, baseada na fé pública, provém da diplomática arquivística conforme afirma Heloísa Belloto

A diplomática ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial (...). Por isso mesmo, esses documentos tornam-se eivados de fé pública, que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição e utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo direito (BELLOTO, 2006, p.45).

O documento¹ por si só é diferente do docu-

¹ Registro de uma informação independentemente da natureza do suporte que a contém.

mento de arquivo², o que diferencia o primeiro do segundo, é a relação orgânica que ele tem com seu produtor. O entendimento dessa distinção é fundamental para avançar nos conceitos mais amplos da gestão de documentos.

Entende-se por gestão de documentos, conforme Art. 3º da Lei Federal No 8.159, de 08 de janeiro de 1991: “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (Brasil, 1991).

No Espírito Santo, o Executivo Estadual conta com a atuação do Programa de Gestão Documental -PROGED, que tem por objetivo solucionar os problemas de manutenção e recuperação de informações, perpassando por todo o conjunto de procedimentos e operações técnicas estabelecidos no amplo contexto da gestão documental dando ênfase na elaboração dos principais instrumentos de gestão como o Plano de Classificação, Tabela de Temporalidade e Destinação, Manual de Gestão de documentos em papel e sua correta eliminação, visando garantir a preservação da memória governamental e seu acesso pleno, como determina a legislação, como também a eficiência da administração pública e redução de custos, contribuindo, assim, para o aumento da eficácia da Administração Pública Estadual e para a preservação da sua memória institucional, garantindo economia e eficiência administrativa.

Desde sua implantação em 2005, por meio do Decreto 1552-R de 10 de outubro de 2005 (revogado pelo Decreto 4343-R³ de 18 de dezembro de 2018), o Comitê Gestor do programa vem trabalhando junto aos órgãos a fim de implantar metodologias para tratar grandes massas documentais acumuladas em

suporte papel que precisam ser organizadas, classificadas e encaminhadas para a sua destinação final: eliminação ou guarda permanente. Dentro do escopo do programa, inclui-se também propor soluções para a gestão de documentos digitais. Atualmente o Estado utiliza o Sistema Eletrônico de Protocolo (SEP) para autuação, tramitação e arquivamento de documentos em papel. Em relatório extraído do sistema mostrou-se que há um volume de quase nove milhões de processos autuados até 2019, sendo que desse total, 90% ainda precisam ser classificados.

Em levantamento recente, por meio do Diagnóstico Arquivístico⁴ elaborado pelo APEES, foi possível confirmar esses dados, pois a maioria dos órgãos do Executivo Estadual não haviam classificado seus documentos de acordo com o Plano de Classificação de Documentos (PCD)⁵ das atividades-meio ou fim, logo, não estavam vinculados aos prazos de guarda estabelecidos na Tabela de Temporalidade e Destinação (TTD).⁶

Entende-se por classificação de documentos, segundo Camargo e Bellotto como “a sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo” (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p.16). Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística:

Organização dos documentos de um arquivo ou coleção de acordo com um plano de classificação, classificação ou quadro de arranjo. Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recupera-

2 Aquele que, produzido e/ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constitui elemento de prova ou de informação.

3 Decreto 4343-R, de 18 de dezembro de 2018 - Atualiza as normas do Programa de Gestão Documental (PROGED) instituído pelo Decreto nº 1.552-R, de 10/10/2005.

4 Disponível em: https://ape.es.gov.br/diagnostico_arquivistico.

5 Esquema de distribuição de documentos em classes de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborados a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido.

6 Instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina os prazos em que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes e intermediários, ou recolhidos aos arquivos permanentes, estabelecendo critérios para microfilmagem e eliminação.

dos, podendo-se lhes atribuir códigos. Atribuição a documentos, ou às informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme legislação específica. Também chamada classificação de segurança (DI-BRATE, 2005, p.49),

É importante ressaltar que documentos públicos que não foram avaliados, classificados, nem tiveram definidos seus valores primário e secundário⁷, não podem em hipótese alguma ser eliminados e no Diagnóstico Arquivístico constatou-se que muitos documentos em suporte papel, sob a guarda dos órgãos, sejam em seus espaços próprios ou sob a guarda terceirizada, já estavam com seus prazos de guarda expirados. No Diagnóstico, também foi relatado pelos entrevistados a dificuldade em aplicar os procedimentos de gestão documental, incluindo a eliminação, uma vez que os membros das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos (CADS) não tem formação em Arquivologia ou áreas afins. Neste contexto, ações como a Semana do Descarte contribuíram para descartar grandes volumes de documentos. Essa ação foi uma iniciativa do Comitê Gestor do PROCED a fim de eliminar documentos que já estavam com seus prazos de guarda expirados conforme Tabela de Temporalidade de Documentos das atividades meio e fim. A princípio foi sugerido que fossem separados os processos de pagamentos de diárias, mas os órgãos avançaram para outros tipos documentais que também possuíam destinação final à eliminação. Os resultados foram positivos, o Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo- DETRAN/ES, por exemplo, eliminou em 2017, 26.939 caixas de documentos.

Outro dado importante foi o avanço na elaboração e publicação de PCD e TTD das atividades-fim

7 O valor primário é o valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais. O valor secundário é atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido.

Quadro 1 – Quadro de Custos

Custos com processos em papel -* incluem-se capa, grampos, trilho plástico, folhas e impressão **.	R\$ 20,65
Custos com processo eletrônico (armazenamento e infraestrutura).	R\$ 0,23 por processo
Custos com terceirização de guarda de documentos	R\$ 11 milhões/ano (média)

* processos com a média de 400 folhas.

** em 2018 foram gastos R\$ 7.560.109,55 com esses materiais.

dos órgãos que estão contribuindo para que descartem seus documentos com segurança, liberando seus espaços físicos e diminuindo custos com terceirização. No entanto, mesmo com todas essas ações executadas e com o trabalho constante e dinâmico desenvolvido no âmbito do PROCED junto aos órgãos estaduais, o volume de documentos que precisam ser tratados e guardados ainda é vultoso.

Todos esses fatores contribuíram para a concepção de um sistema informatizado que minimizasse os problemas identificados, no sentido da implantação de um Governo Digital. Além disso, com base nos estudos elaborados pelo APEES, SEGER e PRODEST, outro fator importante foi levantado, que é o alto custo de materiais agregados ao uso dos documentos em papel em relação ao armazenamento de documentos natos digitais, apresentados no Quadro 1.

Assim, foi possível constatar que a implantação de um sistema corporativo para autuação e tramitação de documentos arquivísticos, levando em conta a classificação, temporalidade e destinação final dos documentos, seria totalmente viável para o Estado. Deste modo, em 2018, iniciou-se o desenvolvimento do Sistema e-Docs.

As contribuições do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Para desenvolver e implantar o sistema e-Docs foi necessário envolver o Arquivo Público do Estado do

Espírito Santo para contribuições nos aspectos arquivísticos no que diz respeito à produção, tramitação, uso, avaliação, arquivamento em fase corrente e intermediária e destinação final, conforme legislação arquivística vigente.

O APEES é um órgão de regime especial vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e possui as seguintes atribuições no que tange à gestão de documentos arquivísticos em papel e documentos nativos digitais sob a gestão do sistema e-Docs, conforme Lei Estadual 370 de 29 de junho de 2006:

Art. 7º À Coordenação de Gestão de Documentos compete planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas com a produção de documentos, a fim de oferecer à administração meios de informação que agilizem o sistema administrativo e garantam a seleção, reduzindo o volume documental sem prejuízo da prova e informação; gerenciar programas de gestão de documentos; gerenciar a transferência e o recolhimento; analisar os códigos e as tabelas de temporalidade produzidas pelos órgãos do Poder Executivo Estadual; outras atividades correlatas. (Espírito Santo, 2006)

No âmbito do PROCED, com base no Decreto 4343-R de 20 de dezembro de 2018:

Art. 9º Compete ao APEES:

I - coordenar as atividades do Comitê Gestor, bem como acompanhar e orientar os órgãos em relação às diretrizes do PROCED.

II - aprovar instrumentos de Gestão Documental, tais como: o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de documentos das atividades-fim elaborados pelos órgãos, entre outros correlatos ao programa. (ESPÍRITO SANTO, 2018)

Conforme Portaria SEGER nº 11-R, de 03 de maio de 2019:

Art. 3º. Compete ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES):

I - Orientar quanto às questões arquivísticas inerentes ao sistema, com base na legislação vigente e normas do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq);
II - Gerir o cadastro e a atualização do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos, referentes às atividades-meio do Governo e fim de cada órgão;
III - Prestar suporte aos usuários do sistema no que tange à gestão de documentos arquivísticos digitais (ESPÍRITO SANTO, 2019).

As instituições públicas arquivísticas nas suas esferas de atuação são os órgãos que possuem *expertise* para contribuir no desenvolvimento dos chamados SIGAD⁸ (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos). No caso do Espírito Santo, isso ficou evidente a partir do momento que os técnicos do APEES foram envolvidos no projeto para tratar as questões arquivísticas. Requisitos relativos à produção, classificação e tramitação tiveram grandes avanços após as contribuições dos arquivistas.

Outros requisitos como arquivamento, temporalidade e destinação final começarão a ser modelados no segundo semestre de 2019, contando com a participação efetiva do APEES. Essas questões trazem à tona cada vez mais a discussão em torno das novas TIC e a necessidade de formar grupos interdisciplinares, incluindo arquivistas e outros profissionais do campo da Ciência da Informação e Ciência da Computação, pois esses atores são dotados de conhecimento técnico e legal capaz de garantir o sucesso no desenvolvimento e implantação de um SIGAD.

⁸ É um conjunto de procedimentos e operações técnicas que visam ao controle do ciclo de vida dos documentos, desde a produção até a destinação final, seguindo os princípios da gestão arquivística de documentos e apoiado em um sistema informatizado. Um SIGAD tem que ser capaz de manter a relação orgânica entre os documentos e de garantir a confiabilidade, a autenticidade e o acesso, ao longo do tempo, aos documentos arquivísticos, ou seja, seu valor como fonte de prova das atividades do órgão produtor.

Sistema e-Docs: desenvolvimento e implantação

A nossa cultura está pautada no hábito de manusear o papel, no uso dos carimbos, assinatura à tinta, numeração de páginas etc. Precisamos sentir o documento em mãos e quando surge a proposta de mudança de paradigma da substituição do papel pelo documento digital, gerido por um sistema de computador, é comum haver resistência por parte dos usuários. A mudança de cultura apresenta-se como um dos aspectos mais complexos que desencadeiam a burocratização na implantação de qualquer tecnologia.

Além das questões culturais, é necessário que haja também o apoio da alta gestão, diretores de órgãos e secretários de Estado, para que projetos que envolvam a Tecnologia da Informação (TI) consigam ser inseridos no rol de prioridades do Governo.

A legislação também é um quesito de suma importância no projeto de implantação de um sistema, uma vez que os decretos, leis e portarias são responsáveis por regulamentar o uso da tecnologia. No Espírito Santo a regulamentação se deu por meio do Decreto nº 4410-R, de 18 de abril de 2019 – que dispõe sobre o uso do meio eletrônico e não presencial para a interação do cidadão com o Estado e a realização de processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual; Decreto nº 4411-R, de 18 de abril de 2019, que institui o Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos (e-Docs); e Portaria nº 11-R de 03 de maio de 2019 que dispõe sobre as competências e a implementação do Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado, dos procedimentos a serem adotados para utilização da ferramenta e outras providências (ESPÍRITO SANTO, 2019).

Além desses itens apontados, de forma geral implantar um sistema na administração pública encara outros desafios. No estudo de viabilidade, por

exemplo, muitas questões são levantadas, inclusive a possibilidade de uso de outras soluções que já estão sendo utilizadas em outras esferas e poderes. Ocorre que nem sempre essas tecnologias estão adequadas às necessidades específicas de determinado Estado ou não cumprem os requisitos técnicos e legais necessários. Tendo em vista essas questões, no Espírito Santo optou-se em desenvolver essa tecnologia, por meio do sistema e-Docs, utilizando 100% de mão de obra dos desenvolvedores do PRODEST.

O e-Docs consiste em um sistema corporativo de gestão de documentos arquivísticos digitais, que contempla os procedimentos de autuação, despacho, tramitação, classificação, prazos de guarda, arquivamento e destinação final. Conforme o e-Arq Brasil, um documento arquivístico digital consiste em um documento que é tratado e gerenciado como um documento arquivístico, ou seja, incorporado ao sistema de arquivos. Já os documentos nato digitais, conforme o Decreto nº 8.539, 8 de outubro de 2015, são documentos criados originariamente em meio eletrônico.

Vale ressaltar que o e-Docs não se trata simplesmente da concepção de um sistema de informação, um GED⁹ ou outra ferramenta similar e sim de uma solução para fazer a gestão de documentos arquivísticos digitais produzidos pelos Órgãos e Secretarias do Executivo Estadual nos moldes de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivísticas de Documentos- SIGAD, segundo o e-ARQ Brasil (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011), que é o modelo de requisitos para tais sistemas no Brasil.

O sistema teria que ser capaz de contemplar o ciclo vital dos documentos, bem como estar preparado para a questão da preservação digital, atendendo aos requisitos do e-ARQ Brasil, fato esse que o coloca diretamente no contexto da gestão de documentos.

9 Gerenciamento eletrônico de documentos (GED) Conjunto de tecnologias utilizadas para organização da informação não estruturada de um órgão ou entidade, que pode ser dividido nas seguintes funcionalidades: captura, gerenciamento, armazenamento e distribuição. Não contempla o ciclo de vida dos documentos.

Requisitos e etapas de desenvolvimento do sistema

Para executar o projeto, em 2018 um grupo de trabalho foi criado com representantes do PRODEST, SEGER, SECONT e APEES para juntos discutirem questões relativas ao desenvolvimento implantação e do sistema.

O projeto foi dividido em fases, e à medida que as necessidades dos usuários surgiam, o cronograma sofria as alterações necessárias para atender demandas pontuais que eram resolvidas pelos desenvolvedores do sistema através do *backlog*¹⁰ de melhorias. Algumas etapas foram definidas para atender ao cronograma:

- Reuniões semanais e extras quando necessário (grupo de implantação);
- Levantamento de requisitos conforme e-ARQ Brasil;
- Definição das regras de negócios;
- *Sprint*¹¹ de desenvolvedores e gerentes do PRODEST;
- *Backlog* de melhorias (sempre que necessário);
- Testes em ambiente de treinamento;
- Homologação de requisitos desenvolvidos;
- Requisitos colocados em produção;
- Treinamentos e *Workshops* com os usuários do sistema.

¹⁰ *Backlog* de melhorias: refere-se a uma medida de tempo (dias, horas etc.) que representa o período em que uma determinada força de trabalho (equipe) pode finalizar uma carteira acumulada de serviços. Esta medida de tempo sinaliza a necessidade de aumentar ou diminuir o tamanho dessa equipe.

¹¹ *Sprint*: reunião de pessoas envolvidas num projeto para promover um desenvolvimento mais focalizado do projeto. Sprints geralmente duram de uma a três semanas. Sprints têm se tornado eventos populares em alguns projetos open-source (código aberto).

Principais requisitos arquivísticos do sistema

Uma das principais etapas do projeto consistiu no levantamento de requisitos necessários para que o sistema incorporasse os conceitos e procedimentos relativos à gestão de documentos arquivísticos digitais. Para tanto foi feita uma pesquisa na legislação e literatura arquivística para embasar a elaboração das regras de negócios das funcionalidades do sistema. Abaixo estão elencadas as funcionalidades arquivísticas mais importantes:

- Classificação quanto ao PCD das atividades-meio e fim;
- Aplicação do ciclo de vida dos documentos;
- Classificação quanto ao grau de sigilo conforme a Lei de acesso à informação - LAI (em desenvolvimento);
- Assinatura eletrônica;
- Módulo de captura de documentos avulsos;
- Arquivamento, temporalidade e destinação final visando à preservação digital (em desenvolvimento).

No Quadro 2 é possível observar a relação de alguns dos requisitos que já foram implantados e as próximas entregas.

O sistema e-Docs está sendo utilizado desde o final de 2018 por todos os órgãos do Executivo Estadual da Administração Direta e Indireta para processos de diárias e gradativamente outros tipos documentais também estão sendo produzidos no sistema, conforme PCD das atividades-meio e fim. Com base em relatório recente, 14.262 processos já estão em tramitação. É importante ressaltar que o desenvolvimento conta com a participação dos usuários que constantemente contribuem com dicas para melhorias do sistema.

Quadro 2 – Cronograma de Requisitos

Alguns dos requisitos desenvolvidos e implantados	Próximas entregas
Múltiplos formatos	Permitir envio individualizado quando encaminhamento for enviado para grupo
Retirar encaminhamento da caixa de entrada	Permitir receber documentos assinados via ICP Brasil;
Melhorias no encaminhamento	Adaptação da interface visual do E-Docs
Visualização rápida de documentos	Integração com outros sistemas utilizados no estado como: SIGA, SIGEFES, DETRAN-NET, SIT-RENACH;
Servidor com conta verificada	Integração dos serviços assistidos do portal do servidor
Cores do módulo de documentos	Implantação do módulo de Informações de Acesso Limitado;
Ordenação dos processos na caixa de entrada	BI* com relatórios gerenciais;
Busca por Palavras-Chave	Controle de fluxo de trabalho
Busca Avançada de Documentos	Arquivamento e Temporalidade.
Suporte à interoperabilidade do e-Docs com outros sistemas de informação;	Permitir envio individualizado quando o encaminhamento for enviado para grupo;
Despacho em Lote	
Selo Prioritário de Processo	
Notificações	
Ajuste de Custódia	
Entranhamento e desentranhamento	
Assinatura múltipla	

*Inteligência de negócios que auxiliam na produção de relatórios gerenciais.

Conclusão

Foi possível constatar que a implantação de um sistema de informação na administração pública é uma tarefa complexa e demorada. Além das questões relacionadas a recursos, que muitas vezes são escassos e não são disponibilizados imediatamente, existem as questões relacionadas à mudança de cultura, fatores esses que impactam diretamente na execução e implantação de um projeto envolvendo a Tecnologia da informação.

Outro fator muito importante é a mobilização e apoio da alta gestão do governo, tais como os Secretários e Diretores de órgãos, além de uma equipe multidisciplinar envolvida, que inclui pessoas com conhecimento técnico e legal das questões arquivísticas.

Muitas funcionalidades já foram implantadas e outras serão implementadas até o final de 2020, e a

meta é alcançar até 80% de requisitos estabelecidos pelo e-ARQ Brasil. O e-Docs pode não chegar a 100% de requisitos pelo fato de não incluir exigências como tratamento de documento em papel e outros que ficaram fora do escopo do projeto. Porém, segundo os desenvolvedores, no que tange aos documentos arquivísticos digitais o sistema contemplará todos os requisitos.

Os próximos desafios do projeto, além da integração do sistema e-Docs com todos os sistemas utilizados pelo Governo, uma vez que foi concebido nos moldes de barramento central, é trabalhar a questão da preservação digital, ou seja, a guarda permanente dos documentos digitais que possuem valor histórico e que precisam ser preservados em repositórios digitais confiáveis¹², segundo as recomendações da Re-

12 Repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) deve gerenciar documentos e metadados seguindo princípios e práticas da ar-

solução nº 43 do CONARQ. Esses repositórios precisam estar integrados ao sistema e-Docs a fim de garantir segurança na transferência e recolhimento de documentos, manutenção da autenticidade, preservação e acesso em longo prazo e a manutenção da cadeia de custódia¹³ ininterrupta. Essa etapa envolverá o APEES, que já está se preparando para absorver toda essa demanda de documentos arquivísticos digitais.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p. <Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 1ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. 198 p.

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Gestão documental aplicada*. Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2009. 54 p. <Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2017.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 09 jan. 1991.

CAMARCO, Ana Maria de Almeida. BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. 1ª ed. São Paulo: AAB-SP, 1996. 142 p.

CONARQ. Câmara Técnica de documentos eletrônicos. *e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

_____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq*. Rio de Janeiro, 2015.

ESPÍRITO SANTO. Decreto 4343-R, de 20 de dezembro de 2018. Atualiza as normas do Programa de Gestão Documental - PROCED, instituído pelo Decreto nº 1.552-R, de 10/10/2005. *Diário Oficial do Estado*, Vitória, 21 dez. 2018.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 4410-R, de 18 de abril de 2019. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico e não presencial para a interação do cidadão com o Estado e a realização de processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades do Poder Executivo

Estadual. *Diário Oficial do Estado*, Vitória, 22 abr. 2019.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 4411-R, de 18 de abril de 2019. Institui o Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos (e-Docs). *Diário Oficial do Estado*, Vitória, 22 abr. 2019.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 11-R, de 03 de maio de 2019. Dispõe sobre as competências e a implementação do Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado, dos procedimentos a serem adotados para utilização da ferramenta e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Vitória, 06 mai. 2019.

FLORES, Daniel; ROCCO, Brenda Couto de Brito; SANTOS, Henrique Machado dos. *Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais*. Acervo, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 117-132, nov. 2016. ISSN 22378723.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Manual de gestão documental*. 6ª ed. 2014, 95 p.

PROCESSO ELETRÔNICO, E-DOCS GLOSSÁRIO. < Disponível em: <https://processoeletronico.es.gov.br/e-docs-glossario>>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

Recebido em: 11/04/2018

Aprovado em: 25/05/2018

quívica no que tange à gestão documental, descrição multinível e preservação.

13 Ambiente no qual perpassa o ciclo de vida dos documentos. A cadeia de custódia define quem é o responsável por aplicar os princípios e as funções arquivística à documentação





ARTIGO

A IMIGRAÇÃO NOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Tiago de Matos Alves

*Mestrando do PPGHis UFES, Graduado em História
na UFES.*

Resumo

O artigo apresenta um resumo da imigração nos séculos XIX e XX no estado do Espírito Santo, com o objetivo de identificar as fontes que foram geradas a partir desta política imigratória oficial. Estes diversos documentos fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), sendo fonte fundamental de pesquisa e pilar para a implementação e desenvolvimento do Projeto Imigrantes, base de dados detalhada por imigrante, setor mais procurado no atendimento ao público da instituição.

Palavras-chave: Imigração, Documentos, APEES.

Abstract

The article presents a summary of immigration in the nineteenth and twentieth centuries in the state of Espírito Santo, with the objective of presenting the sources that were generated from this official immigration policy. These various documents are part of the collection of the Public Archive of the State of Espírito Santo (APEES), being a relevant source of research and pillar for the Immigrants Project, a detailed database by immigrant, the most sought after sector in the public service of the institution.

Keywords: Immigration, Documents, APEES.

Introdução

A imigração foi um importante processo social, econômico e demográfico no estado do Espírito Santo. O século XIX foi o marco desta mudança. A primeira experiência de colonização foi em 1812, ainda no período da Capitania, com a criação da Colônia Agrícola de Santo Agostinho, atual cidade de Viana, para onde foram enviados 250 imigrantes das Ilhas dos Açores, Portugal.

Após um período de 35 anos sem políticas imigratórias, é criada a Colônia de Santa Isabel, em 1847, que corresponde aos atuais municípios de Domingos Martins e Marechal Floriano, para onde foram destinados 165 colonos alemães, procedentes da Renânia, atual Alemanha, que tinham desembarcado em Vitória em dezembro de 1846.

Em 1854, no sul da Província, atual município de Rio Novo do Sul, é criada a Colônia Agrícola do Rio Novo, estatizada em 1861, que posteriormente se estendeu por diversos municípios, como Alfredo Chaves e Iconha. Em 1856, é fundada a Colônia Imperial de Santa Leopoldina, às margens do rio Santa Maria da Vitória, sendo a foz deste rio na Baía de Vitória, tendo ligação fluvial com a capital.

Em 1874 registra-se o início da imigração italiana para o Espírito Santo, com a Expedição Tabacchi,

na Colônia Nova Trento, no município de Santa Cruz (atual Aracruz).

O ano de 1875 é considerado um marco mundial na imigração, com diversas partidas dos transatlânticos de Gênova e de outros portos da Europa, como Le Havre, na França. É intensificada a imigração oficial, patrocinada pelos governos provinciais e pelo Império do Brasil. O poder público atuava diretamente nesse empreendimento, sendo que diversos contratos foram assinados entre os agenciadores, transportadores e os governos dos países envolvidos.

Os italianos representam a maioria dos imigrantes desembarcados no último quarto do século XIX, formando aproximadamente 75% do total dos imigrantes que chegaram ao Espírito Santo nos séculos XIX e XX (FRANCESCHETTO, 2013, p.1).

De acordo com os dados do “Projeto Imigrantes”, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, chegaram 56.101 imigrantes no Espírito Santo nos séculos XIX e XX, sendo 47.588 entre 1846 a 1896, o período mais concentrado do fluxo imigratório. No século XX, o número de entradas cai bastante, com apenas 7.116 pessoas¹.

¹ APEES: Projeto Imigrantes Espírito Santo, número de indivíduos indexados à base de dados até 20/08/2019.

Contexto das fontes documentais

Os principais movimentos migratórios para o Espírito Santo e para o Brasil tiveram caráter oficial, especialmente no século XIX até 1930, sendo políticas públicas implementadas inicialmente pelo Império e Províncias e, após 1889, União e Estados. Desde a saída da cidade de origem até o estabelecimento na colônia, foram armazenados diversos documentos contendo a relação dos imigrantes, reproduzidos em cada uma das etapas, para diversas finalidades administrativas. Era necessário um controle sobre esses números da parte dos países exportadores e, principalmente, os receptores dos imigrantes, que contratavam agenciadores e companhias de navegação para o recrutamento e transporte dos camponeses. Tais números eram quantificados a partir dos dados pessoais daqueles que partiam. Cada embarcação possuía uma listagem dos passageiros com a relação dos nomes, sobrenomes, idades, parentesco, país de origem, dentre outras informações. Após a confirmação desses dados, os governos ou empresas que contratavam efetuavam o pagamento aos agenciadores (FRANCESCHETTO, 2014, p.84).

O império brasileiro patrocinava ou subsidiava, direta ou indiretamente, a vinda dos imigrantes. Desta forma, era necessário registrar oficialmente todos os procedimentos realizados, como cartas, ofícios, contratos, relatórios, listas de passageiros dos navios, passaportes, entre tantos outros documentos produzidos administrativamente. Estes então eram guardados e arquivados, sendo provas dos investimentos do erário público nesses empreendimentos. O controle era necessário também por conta da quitação dos débitos dos imigrantes, como os prazos (lotes) de terra, que eram pagos em parcelas nos anos seguintes à chegada no Brasil (geralmente em 15, 20 anos). Era preciso controlar a distribuição dos lotes e localização das famílias em terrenos dos países que recebiam os imigrantes. Era necessário contar, numerar, dimensionar, ter estatísticas para o melhor planejamento desta política oficial imigratória.

No período do Império (1822-1889), a política de imigração foi centralizada. Os Diretores de Colônias e Núcleos eram nomeados pela Inspetoria de Terras e Colonização, vinculada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O orçamento também era garantido pelo governo imperial. Milhares de documentações foram geradas na correspondência destas Colônias com a Província do Espírito Santo e com o Ministério da Agricultura, relacionadas à imigração, como relatórios e ofícios encaminhados aos presidentes de província, lista de navios, matrícula de colonos, relatórios e registros de correspondências das colônias, recenseamentos, etc.

A partir de 1889, no período republicano, cada estado fica responsável por elaborar sua própria política imigratória, havendo uma descentralização. A criação das colônias e núcleos coloniais e o fornecimento de mão de obra para as fazendas de café, com o intuito de substituir o trabalho escravo, fica a cargo do governo estadual. A administração destas políticas e a nomeação também é responsabilidade exclusiva dos Presidentes de Estado. Desta forma, a documentação deste período muda, sendo basicamente comunicações dentro da mesma unidade federativa. Há poucos relatórios ou ofícios encaminhados para o governo federal, que já não tinha mais o controle administrativo ou responsabilidade no repasse de recursos financeiros e de pessoal para manter as políticas imigratórias.

Na década de 1890, verificaram-se os maiores contingentes de camponeses estrangeiros nos portos capixabas, 23.093 no total, representando 41,2% do total de imigrantes registrados no Projeto Imigrantes (FRANCESCHETTO, 2014, p.71). Em 1895, o governo italiano, baseado no relatório do Cônsul Carlo Nagar, proibiu a emigração dos italianos para o Espírito Santo, com base nos relatos dos imigrantes sobre a dura realidade verificada nas colônias e nas fazendas, justamente no momento em que aumentava o fluxo de entrada de pessoas daquele país no Estado (FRANCESCHETTO, 2014, p.63). No ano seguinte paralisou-se definitivamente a imigração em massa para as terras capixabas, agravada, principalmente, pela crise econômica provocada

pela baixa internacional do preço do café, tendo sido este o principal motivo para os Presidentes de Estado, a partir de 1896, como Muniz Freire e os seus sucessores, não continuarem uma política imigratória com dispêndio elevado de recursos (ROCHA, 2000).

A partir de então, as entradas de colonos estrangeiros são esporádicas, acontecendo principalmente pelos convites das famílias já residentes no Estado. Contudo, é destaque a ocupação de novas áreas no interior do estado, resultado do deslocamento dos imigrantes chegados no século anterior e também pelos descendentes destes em busca de terras disponíveis para a expansão da lavoura cafeeira (FRANCESCHETTO, 2014, p.71).

No ato de sua produção os documentos cumpriam uma função administrativa, de controle, de registro de informações. Posteriormente, a partir de 1908, estes foram recolhidos para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, quando foram organizados, catalogados e se tornaram um acervo permanente, de caráter histórico. São justamente estes documentos que hoje contam, com riqueza de detalhes, a história da imigração no estado do Espírito Santo.

De forma geral, as listas de passageiros trazidas pelas embarcações, os contratos de colonos e os passaportes familiares revelam informações sobre a cidade de origem dos imigrantes, os nomes dos navios, portos de embarque, datas da partida e os dados pessoais como nomes, sobrenomes, idades, profissão e religião. Já nas listas de entrada encontram-se referências sobre os locais, datas, portos de desembarque e os mesmos dados pessoais dos imigrantes. Os livros das hospedarias geralmente contêm as referências semelhantes às listas de desembarque e também indicam os portos ou vias fluviais de destino para onde os estrangeiros eram encaminhados após o cumprimento da quarentena inicial (FRANCESCHETTO, 2014, p.86).

Podemos extrair diversas informações do acervo, como o desembarque nos portos do Espírito Santo, qual era o modelo de contrato dos colonos ou regime de trabalho nas fazendas, a organização das colônias, as dificuldades, o dia a dia da administra-

ção, o que era produzido, as solicitações de verbas para obras, reclamações dos colonos, etc. Entende-se a construção de estradas, a economia baseada no café, o crescimento das colônias e posterior transformação em distritos, vilas e municípios.

A vasta documentação no período provincial é relacionada principalmente às Colônias de Rio Novo, Santa Isabel, Castello e Santa Leopoldina, incluindo os núcleos como Santa Cruz, atual Ibiracu, e Timbuí, região atual de Santa Teresa, Itarana, São Roque do Canaã e Fundão. Já no período estadual destacam-se os Núcleos de Antônio Prado (atual Colatina), Demétrio Ribeiro (João Neiva), Acioli de Vasconcelos (João Neiva), Santa Leocádia (São Mateus) e Nova Venécia. É destaque também neste período a mão de obra solicitada pelas Fazendas do sul do Estado, região de Cachoeiro de Itapemirim e do Norte, em São Mateus, baseadas no trabalho escravo até a abolição em 1888.

O estudo da imigração é fundamental para a compreensão da formação econômica, social e demográfica capixaba. Várias cidades no interior do estado surgiram a partir da imigração, como Domingos Martins, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Alfredo Chaves, Santa Teresa, Colatina, Venda Nova do Imigrante, etc.

O “Projeto Imigrantes” foi criado em 1995 para agrupar estas informações, no início da informatização do APEES, com o intuito de fornecer uma informação rápida e precisa, pesquisando diretamente pelo nome do imigrante, sem necessidade de manuseio e autenticação do documento original, colaborando na preservação do acervo. Elas são certificadas pela assinatura do diretor. A finalidade principal é obtenção de informação inicial para a obtenção de cidadania, principalmente italiana.

A pesquisa dos antepassados e a emissão do registro de entrada de imigrante é o serviço mais procurado na Sala de Consulta do APEES. Uma parte dos consulentes acaba se interessando, aprofundando as pesquisas e escrevendo blogs e livros sobre a história da família, consultando o acervo documental. Historiadores e memorialistas capixabas também

realizam estudos sobre a imigração, genealogia, história das famílias e publicam livros. Nos últimos anos houve um aumento no número de instituições e de pesquisadores que disponibilizam na internet dados e reproduções de documentos sobre a imigração nos séculos XIX e XX, colaborando para a difusão dessas fontes documentais e tornando mais rápidos e eficientes os trabalhos de busca por novas informações.

Também é realizado o atendimento aos pesquisadores acadêmicos, de diversas áreas do conhecimento, como história, geografia, ciências sociais, economia e arquitetura. No entanto, pela quantidade e relevância da documentação e pela ausência de estudos específicos sobre diversas colônias no Espírito Santo e os vários aspectos econômicos, sociais e étnicos da imigração, entendemos que há espaço para um aprimoramento das pesquisas acadêmicas com esta temática.

Documentos sobre imigração no APEES

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo conta com uma documentação variada relacionada à imigração, em diversos fundos e séries documentais. O Fundo Agricultura, que reúne documentos da divisão, registros e processos de terras e de ocupação fundiária do Estado, é o principal acervo de imigração do APEES, com documentos dos anos de 1854 a 1960.

O acervo é composto por correspondências entre autoridades, plantas, mapas, livros, listas de navios, contratos de colonos, recenseamentos, matrículas de colonos, relatórios e passaporte de imigrantes. Os documentos estão organizados em seis séries: 1-DCTC (Diretoria Central de Terras e Colonização). 2-CGT (Comissariado Geral de Terras). 3-Processos de Terras; 4-Navegação e Povoamento e 5-Memorais de Terras e 6-Diretoria de Obras Públicas². O fundo é composto por diversos documentos relevantes,

como Hospedaria de Imigrantes, Comissariado Geral de Terras, Companhia de Melhoramentos da Capital, Diretoria Central de Terras e Colonização, Companhias de Navegações. O acervo é formado por 2.300 unidades de arquivamentos distribuídas entre os suportes de microfilmes, textuais e cartográficos.

Destas séries, destacamos a Diretoria Central de Terras e Colonização por conter o acervo mais relevante do APEES relacionados à imigração. São 491 livros, onde são encontradas informações fundamentais, como Matrícula de Colonos, Registros de Correspondências dos Diretores de Colônias, Registro de Correspondências dos Diretores de Terras e Colonização, Talão de Títulos de Lotes Coloniais, Registros de Títulos Provisórios e Definitivos de Terras, Livro Tombo, Socorros a Colonos, Entradas de Doentes na Enfermaria, Registros de Nascimento e Óbito, Entrada e Saída de Imigrantes na Hospedaria Pedra D'Água, Recenseamentos, Livros de Conta Corrente e de Despesas, Mapas Estatísticos, etc.

Outra série importante é a Navegação e Povoamento, onde constam principalmente listas de vapores (navios) especialmente em viagens de cabotagem nos portos do Espírito Santo, saindo de Vitória com destino a Benevente (Anchieta), Piúma, Itapemirim, Santa Cruz e São Mateus. Outros documentos relevantes são Recenseamentos de Colonos, Ofícios e Folha de Ponto dos Empregados nas Obras das Colônias, como abertura de estradas, construção das edificações, etc.

Os documentos contam não apenas a chegada dos imigrantes. Os livros de recenseamento ou de controle posterior demonstram a situação dos estrangeiros após anos no Espírito Santo. Aparecem informações sobre o valor pendente de pagamento de cada família, principalmente relacionado ao prazo (lote) de terra. Informações também sobre as benfeitorias, patrimônio adquirido, animais como vacas, cavalos, burros, ferramentas, monjolo, moinho e casa. A quantidade de pés de café, principal produto de exportação e fonte de renda, também é registrada. Dados relevantes como o óbito de imigrantes, casamentos e nascimento dos filhos. Estas

² Os catálogos estão disponíveis para consulta no site do APEES: <https://ape.es.gov.br/agricultura>

informações geralmente se encontram nos livros de recenseamentos de colonos, feitos alguns anos após a chegada dos imigrantes e ainda no período em que estas colônias não foram emancipadas, se tornando vilas ou municípios. Após o momento da emancipação, praticamente não existem no acervo do APEES estas relevantes fontes, que revelam dados demográficos, estatísticos e sociais fundamentais. Desta forma, verifica-se como a administração das colônias era minuciosa e metódica, não sendo mantido este controle após as emancipações.

Outro tipo documental importante são os livros de registros de correspondências das colônias. Nestes livros são registradas as solicitações de verbas para diversas finalidades, como construção de estradas, benfeitorias, casas, escolas, igrejas; contratação e pagamento de funcionários, como diretores de colônias, engenheiros, topógrafos, agrimensores, professores, médicos, auxiliares, além de padres e pastores, que eram subvencionados com verba pública. A expansão das colônias, com a informação da medição dos novos lotes. As reclamações de ausência de infraestrutura, estradas, hospitais, igrejas, relatos de doenças e de epidemias, como febre amarela, malária, cólera. As reclamações dos imigrantes, as desordens, as revoltas, os crimes e as dificuldades, principalmente nos anos iniciais das colônias e núcleos. A falta de medicamentos, de alimentos e dificuldades nos transportes. É um importante relato do cotidiano destas colônias, sendo uma relevante fonte para a história social, da educação, das doenças, etc.

Dentre os diretores de Colônia destacam-se Adalberto Jahn, na Colônia de Santa Isabel, e Joaquim Adolfo Pinto Pacca, das Colônias de Rio Novo e Castello, que tiveram capacidade administrativa, superando dificuldades e conflitos, obtendo melhorias consideráveis para as colônias.

O Fundo Governadoria contém cinco séries documentais: 383, Novas Séries, Correspondências, Accioly e 751, sendo que principalmente as duas primeiras reúnem documentos relacionados à imigração. Na Série 383 são encontradas listas de navios

vindos da Europa e ofícios relacionados às obras públicas, além de ofícios direcionados ao Presidente da Província. Nas Novas Séries também são encontrados documentos, especialmente comunicações entre o Presidente de Província e o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, contendo informações como construção de estradas, emancipação de colônias, solicitações e contratações de funcionários, relação de colonos, contratos entre o governo e particulares relacionados à imigração, etc. Os catálogos das cinco séries do Fundo Governadoria, disponíveis na Sala de Consulta do Arquivo Público do Espírito Santo, estão sendo revisados para futuramente serem disponibilizados no site do APEES.

Com relação ao Fundo Polícia, destaque para as 68 caixas da Série Relação de Passageiros, com listas de embarques, desembarques e passageiros em trânsito nos portos, contendo entrada de imigrantes. São documentos de 1860 a 1921, abrangendo o período do auge da imigração.

Destaque também para os 6.937 Prontuários da Polícia Civil de diversos estrangeiros que contêm dados pessoais, digitais, endereço, filiação, geralmente constando também foto de identificação. Para a maioria dos imigrantes que chegaram a partir da década de 1930, a única fonte documental são estes prontuários, produzidos entre os anos de 1925 e 1970. São documentos sobre cada indivíduo, não permitindo identificar a forma da entrada no estado, se estavam acompanhados de familiares ou vieram sós, também não sendo informada a data de chegada no Brasil. O ano indicado como referência de entrada no Espírito Santo, então, é o do registro do documento.

Nos relatórios de presidente de província e de estado, disponíveis no site do APEES, são descritos de forma geral a política migratória oficial, os objetivos, a situação das colônias, a visão dos governantes sobre este tema.

Destacamos também centenas de mapas e plantas sobre as colônias, com a demarcação dos lotes, estradas e construção das edificações, disponíveis para pesquisa no APEES.

Conclusão

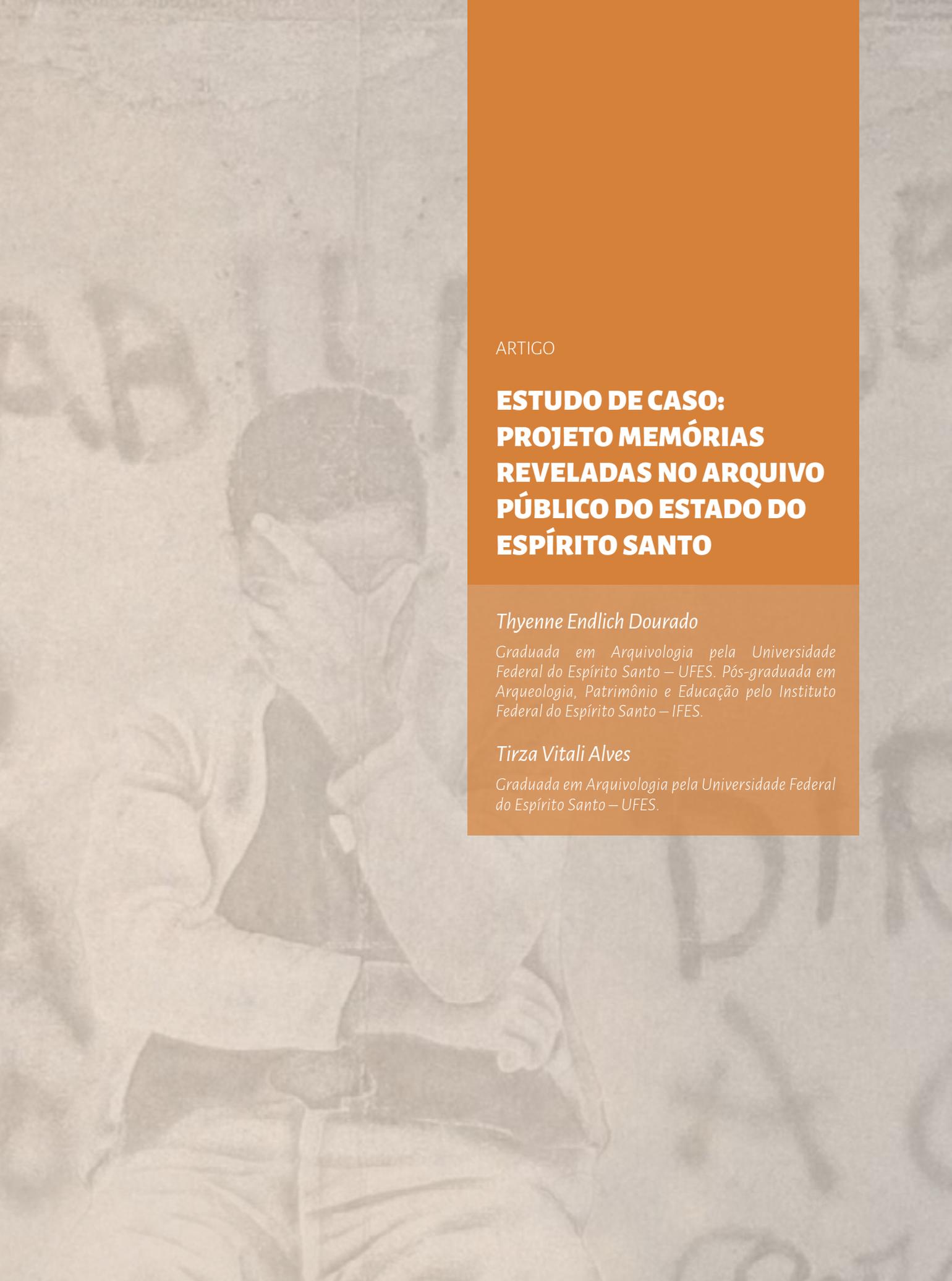
O acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito é fonte relevante para pesquisas em diversas áreas, como história política, cultural, urbana, escravidão, dentre diversos temas. Dentro desta diversidade de temas possíveis para pesquisas, destacamos neste artigo a imigração estrangeira nos séculos XIX e XX. Com uma riqueza de fontes e diversas possibilidades de pesquisas da imigração nas áreas de história, geografia, economia, ciências sociais, arquitetura, urbanismo, dentre outras, esperamos que os documentos sejam cada vez mais consultados e gerem livros, dissertações, teses, palestras e debates.

Bibliografia

- ALMADA, V. P. de Ferreira. *Escravidão e transição: O Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- BALESTRERO H. L. *O povoamento do Espírito Santo: a marcha da penetração do território*. Viana: [s.n.], 1976.
- BISSOLI, Orestes. *Memórias de um imigrante italiano*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.
- BERWANGER, Ana Regina e LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 2. Ed. Santa Maria: UFSM, 1995.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 680 p. 2010. (Coleção Canaã, vol. 12).
- DERENZI, L. S. *Os italianos no Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.
- FRANCESCHETTO, Cilmar. *Imigrantes: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. (Coleção Canaã. vol. 19).
- FRANCESCHETTO, Cilmar. *O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo como espaço de memória para a imigração italiana*. In: Italianos no Brasil [recurso eletrônico]: partidas, chegadas e heranças. (organizadores, Maria Zilda Santos de Matos... [et al.]. Rio de Janeiro: UERJ/LABIMI, 2013.
- GROSSELLI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Tradução Márcia Sarcinelli. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã. vol. 6).
- LAZZARO, Agostino; COUTINHO, Gleci Avancini; FRANCESCHETTO, Cilmar. *Lembranças Camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante*. Vitória: [s.n.], 1992.
- NAGAR, Carlo. *Relato do Cavalheiro Carlo Nagar: cônsul real em Vitória: O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana: fevereiro de 1895*. Tradução de Nerina Bortoluzzi Herzog. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995. (Coleção Canaã, v.1).
- NOVAES, M. S. de. *Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo*. [Vitória]: Instituto Jones Santos Neves, 1980.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. Ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. 670 p. (Coleção Canaã, v. 8)
- COSTA, Luciana Osorio.; GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. *A colônia do Rio Novo: 1854/1880*. São Paulo, 1981. 116f. Dissertação (Mestrado)-Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- ROCHA, Gilda. *Imigração Estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória, 2000.
- ROCHA, Gilda; MARTINS, Ismenia de Lima. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. 1984. 163f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.
- SALETTTO, Nara. *Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo: 1888 -1930*. Vitória: Edufes, 1996.
- _____. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 1996.

Recebido em: 16/04/2018

Aprovado em: 04/06/2018



ARTIGO

**ESTUDO DE CASO:
PROJETO MEMÓRIAS
REVELADAS NO ARQUIVO
PÚBLICO DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

Thyenne Endlich Dourado

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Pós-graduada em Arqueologia, Patrimônio e Educação pelo Instituto Federal do Espírito Santo – IFES.

Tirza Vitali Alves

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Resumo

A memória é um bem público, fundamental para a construção da verdade e da história. A arquivologia possui a função de preservação dos documentos, que, por sua vez, preservam a memória. O Projeto Memórias Reveladas, objeto desse artigo, surge com o objetivo de preservar a documentação e a memória dos eventos ocorridos durante a Ditadura Militar no Brasil. O artigo aponta, através de estudo de caso, como ocorreu o processo de recolhimento da documentação da Delegacia de Ordem Política e Social ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, expõe os procedimentos arquivísticos adotados, compara o antigo e o novo quadro de arranjo e relata a forma de acesso a essa documentação.

Palavras-chave: Projeto Memórias Reveladas, DOPS/ES, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Ditadura Militar.

Abstract

Memory is a public good, essential for the construction of truth and history. The archival science has the function of preserving the documents, which, in turn, preserve memory. The Revealed Memories Project, object of this paper, appears with the aim to preserve the documents and the memory of the events that occurred during the military dictatorship in Brazil. The article points out, using the case study method, how the process of gathering the Police Station of Political and Social Order documents was to the Public Archives of the State of Espírito Santo, the archival procedures adopted, compares the old and the new arrangement and describes the ways of access to these documents.

Key words: Revealed Memories Project, DOPS/ES, Public Archive of the State of Espírito Santo, Military Dictatorship.

Introdução

A memória é o principal elemento para a formação da identidade, tanto individual quanto coletiva. Um fator que interfere na sociedade, determinando as características e tradições de um povo. Segundo Henry Rousso,

Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ‘ao tempo que muda’, as rupturas que são o destino de toda a vida humana; em suma ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (ROUSSO, 1998, p.94-95).

É de extrema importância a preservação da memória para conservação dos pilares da formação da sociedade e para o entendimento das transformações que nela ocorrem com o passar dos anos. Os documentos testemunham o passado, portan-

to, trata-se de uma fonte irrefutável de informação, permitindo que o indivíduo conecte-se com o que já aconteceu. É neste contexto que o documento se torna um objeto de extrema importância para a preservação da memória.

Entre as décadas de 1960 e 1980, o Brasil foi palco de uma ditadura militar que censurava e violava os direitos políticos dos cidadãos, onde imperaram as torturas, prisões e mortes daqueles que lutavam pela resistência. Neste período, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), criada em 1924 “com a função de assegurar e disciplinar a ordem no país” (CORRÊA, 2008) e que predominou durante o Estado Novo e após a intervenção de 1964, atuava como órgão fundamental de repressão, com o objetivo de instaurar a disciplina e combater crimes de ordem que colocassem em risco o domínio militar.

Quase 25 anos após o término dessa ditadura é criado, através da Portaria Nº 204 de 13 de maio de 2009 (Brasil, 2009), no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República, o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas”, com o objetivo de tornar-se espaço de convergência e difusão de documentos ou informações produzidos ou acumulados sobre o regime político, bem como para ser polo incentivador e dinâmico de estudos, pesquisas e reflexões sobre o tema, fazendo valer, assim, o direito à verdade e à memória.

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para servidão dos homens (LE GOFF, 1994, p.471).

Dentre os arquivos localizados nos 13 estados participantes do projeto, encontra-se o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), detentor dos documentos recolhidos da antiga DOPS do Espírito Santo.

Este artigo possui o objetivo de apresentar os procedimentos arquivísticos adotados durante as etapas do projeto, focando no processo de organização, catalogação, descrição, reprodução, alimentação do banco de dados nacional e da disponibilização da informação em sua atual forma de acesso. Assim, será verificada a relevância da arquivologia no processo de preservação e disponibilização da informação e a relação direta entre o documento e a memória.

A metodologia utilizada será o estudo de caso que, segundo Antônio Carlos Gil,

(...) consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (...) seus resultados, de modo geral, são apresentados em aberto, ou seja, na condição de hipóteses, não de conclusões (GIL, 2002, p.37).

Serão utilizadas como fontes a legislação e o site do Projeto Memórias Reveladas, artigos e livros publicados sobre o assunto e a atuação dos profissionais envolvidos durante o processo, onde as informações serão obtidas através de pesquisas e da realização de entrevistas com servidores do APEES, com o objetivo de verificar os procedimentos arquivísticos realizados no acervo desde seu recolhimento até o estágio de disponibilização do acesso aos documentos.

Criação, extinção e transferência da documentação da DOPS/ES

No estado do Espírito Santo, a polícia política iniciou suas atividades em 1930, durante o governo provisório de João Punaro Bley, com a criação do cargo de Delegado de Ordem Social, sendo posteriormente, durante o governo Vargas, elevada à categoria de Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo – DOPS/ES.

O termo “polícia política” tem sido utilizado, tradicionalmente, para designar um tipo especial de modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na história do Brasil, tendo sido criada com fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ordem e a segurança pública (XAVIER, 1993, p.28).

O objetivo traçado por Punaro Bley, que comandava provisoriamente o governo do Estado como interventor federal (1930-1935), era reorganizar a estrutura jurídico-administrativa estatal e equipar as instituições responsáveis pela segurança.

Em 1933, durante seu governo constitucional, Getúlio Vargas criou a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), mudança significativa na polícia política, pois, diante desta medida, “o cargo de delegado de Ordem Social foi elevado à categoria de Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES)” (FAGUNDES, 2012).

Subordinada à Polícia Civil, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo (SESP), a DOPS/ES foi utilizada como instrumento repressor no governo ditador de Vargas e, posteriormente, tornou-se responsável pela vigilância, controle e repressão dos capixabas no período da ditadura militar (1964-1985).

O dever da polícia totalitária não é descobrir crimes, mas estar disponível quando o governo decide aprisionar ou liquidar certa categoria da população. Sua principal distinção política é que somente ela confidencia com a mais alta autoridade e sabe que linha política será adotada. (ARENDE, 2000, p.566).

Com a extinção da DOPS/ES, em meados da década de 1980, o conjunto documental foi transferido para a Polícia Federal e, em 1991, foi transferido para o APEES, através da Lei estadual Nº 4.573, de 31 de outubro de 1991 (ESPÍRITO SANTO, 1991), aprovada pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo e homologada pelo então governador Albuíno Cunha de Azevedo (1991-1994).

Entretanto, foi em dezembro de 2008, que o APEES iniciou sua participação no Projeto “Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil”, sendo um dos primeiros signatários do mesmo.

O Projeto Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil

Institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e implantado no Arquivo Nacional, o Projeto Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil tem a finalidade de reunir informações sobre fatos da história política brasileira recente, com o objetivo geral de se tornar um polo difusor das informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980.

Em fevereiro de 2005, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República criou um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar um projeto para a implantação de um centro de referência que viria a abrigar informações sobre as violações dos direitos humanos no período da Ditadura Militar no Brasil. No mês seguinte, o Grupo foi instalado na sede do Arquivo Nacional.

Após a transferência da documentação dos extintos “Conselho de Segurança Nacional”, “Comissão Geral de Investigações” e “Serviço Nacional de Informações” para o Arquivo Nacional, aquisição de materiais, treinamento de pessoal, adesão de parceiros e criação do portal e do banco de dados, foi criado, através da Portaria Nº 204 de 13 de maio de 2009 (BRASIL, 2009), o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas”.

Segundo o site do projeto¹, são seus objetivos específicos: estimular pesquisas, na perspectiva da história, da sociologia, da antropologia, da ciência política e do direito, mediante o controle das fontes primárias e da produção bibliográfica disponíveis, a busca de novas fontes documentais e o gerenciamento de instrumentos de pesquisa disponíveis e elaboração de novos instrumentos com caráter coletivo; promover amplo acesso às fontes de informação e de conhecimento assim sistematizadas, mediante a criação de uma rede virtual de amplo espectro, da montagem de exposições, da edição (em suporte-papel ou em meio digital) de obras de referência, estudos monográficos e periódicos, em parceria com outras instituições e da confecção, em parceria, de material didático; contribuir para o debate de natureza acadêmica e política sobre o período, mediante organização de seminários e eventos de caráter interdisciplinar, promoção de concursos monográficos e intercâmbio com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras.

¹ Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>> Acesso em: 20 de nov. 2014.

Atualmente o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil conta com 96 entidades parceiras, no Brasil e no exterior².

A ciência arquivística

A arquivologia pode ser definida “como a disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão de arquivos, tais como a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a comunicação e a conservação” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.24).

O início do desenvolvimento da arquivologia enquanto ciência ocorreu no final do século XIX, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses em 1898, que trazia em seu conteúdo princípios que funcionam como base para esta ciência até os dias de hoje, como o Princípio da Proveniência e o Princípio da Ordem Original.

Durante seu processo de desenvolvimento, a arquivologia era vista como uma disciplina auxiliar à história e, nesse período, as técnicas de preservação eram aplicadas aos documentos que atendiam aos interesses dos pesquisadores. Após o desenvolvimento da gestão documental, se tornou disciplina auxiliar também para a administração. Atualmente tem sido considerada uma subárea da Ciência da Informação.

Os questionamentos levantados por diversos autores mostram que, ao contrário do que se pensava, a arquivologia se trata de uma ciência e não apenas de uma disciplina. Segundo Rendón Rojas (2011), uma ciência deve estar constituída dos seguintes elementos: objetivo e objeto de estudos, metodologia e corpo teórico que incluem conceitos, enunciados gerais e teorias que cumprem a função epistemológica. Assim sendo, segundo Ramírez Aceves (2011), a Arquivologia se encaixa no conceito de ciência, pois possui todos os requisitos necessários:

O objeto de estudo da arquivologia são os documentos que constituem um fundo documental e seu objetivo é a promoção do acesso a estes documentos; seu corpo teórico é regido, principalmente, pelo Princípio da Proveniência que estabelece a formação de fundos documentais; por fim, sua metodologia é constituída pelo conjunto de operações e procedimentos aplicados ao longo do ciclo de vida dos documentos denominado tratamento documental (RAMÍREZ ACEVES, 2011, p.39).

É função da arquivologia, enquanto ciência, e do profissional arquivista promover uma boa gestão da documentação, desde sua produção até o momento da eliminação ou do recolhimento. O acesso aos documentos e o atendimento aos usuários de arquivos se tornou uma preocupação frequente, aumentando as buscas pelo aperfeiçoamento através de pesquisas voltadas para mediação e estudo dos usuários da informação. Jardim (2011) destaca que a arquivologia tem evoluído através da mudança de sua finalidade, onde a preservação e a custódia são preocupações secundárias e o acesso torna-se o principal objetivo do arquivista.

Diante dessas informações é possível compreender a arquivologia como uma ciência complexa que se encontra em pleno desenvolvimento.

O Fundo DOPS/ES no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Fundo, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, é uma “unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente passa a conviver com arquivos de outras” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.97); e, segundo o mesmo dicionário, um fundo fechado é um “fundo no qual não são acrescentados novos documentos, em virtude da supressão da unidade produtora” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.98). Com isso, é possível concluir que a documentação da extinta DOPS/ES, recolhida ao APEES, constitui um fundo fechado.

² Número aferido em 01 jun. 2019, através do site da instituição.

Para melhor entendimento do processo de organização deste fundo foi realizada entrevista com a arquivista do APEES e uma das responsáveis pelo projeto na instituição, Viviane Vieira Vasconcelos.

Segundo Viviane, a equipe do Projeto iniciou as atividades de organização do acervo com a identificação dos documentos, de modo a possibilitar o reconhecimento, sistematização e registro das informações constituídas pelo Fundo DOPS/ES, com vista a estabelecer o arranjo físico e intelectual.

A identificação dos documentos de arquivo é o primeiro passo para sua organização e guarda adequada (GONÇALVES, 1998). Ao deparar-se com um grande volume documental, é conveniente que se faça um levantamento das espécies e dos tipos documentais ali presentes, pois esse processo facilita a identificação do objetivo que levou tal documento a ser produzido. No caso específico da documentação da extinta DOPS/ES, é possível perceber que o órgão possuía diversas funções. Portanto, ao se estabelecer uma identificação da documentação, as funções ficam mais claras e a organização se dá de forma organizada e eficiente. Somente através da análise do contexto de criação dos documentos pode entender-se a integridade dos fundos e as funções dos documentos de arquivo em seu contexto original (LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2012).

Durante o processo, identificou-se que o acervo do fundo DOPS/ES é constituído por correspondências expedidas e recebidas por órgãos da Secretaria de Segurança Pública, requerimentos, depoimentos, informes, atestados de conduta de ideologia política, radiogramas, jornais, encaminhamentos, protocolos de envio e recebimento de informações, cartazes, panfletos, recortes de jornais, fotografias, inquéritos policiais, pedidos de busca, ofícios internos e externos, ordens de serviço, relatórios e livros. Assim como dossiês³ referentes a investigações de pessoas, partidos políticos, insti-

tuições públicas e privadas, organizações clandestinas, sindicatos, manifestações, eventos, eleições, atos públicos, movimentos grevistas, organizações religiosas, movimentos estudantis, Ação Integralista Brasileira e Aliança Nacional Libertadora. E também fichas policiais contendo informações sobre instituições, indivíduos, eventos, municípios, investigações, entre outros.

A data limite do acervo é 1934-1989 e a documentação possui variados gêneros documentais. Gênero documental, segundo o dicionário brasileiro de terminologia arquivística, é a

(...) reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, medição técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, (...), documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.99);

São 14,94 metros de documentação textual, 18 itens bibliográficos, 336 iconográficos⁴ e um item tridimensional (bandeira do Partido Comunista). Os idiomas existentes nos documentos são o português, o inglês, o espanhol e o italiano⁵.

Segundo Viviane, juntamente com a documentação, constam ofícios, relações dos documentos recolhidos e um catálogo com o arranjo estabelecido antes do Projeto, além de 20.159 (vinte mil, cento e cinquenta e nove) fichas de identificação da extinta DOPS/ES, que, apesar de fazerem parte do Fundo DOPS/ES no APEES, não foram objeto do Projeto Memórias Reveladas.

As mesmas foram organizadas por ordem al-

3 Dossiê: unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa para uma finalidade específica; conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento.

4 Iconográfico: gênero documental que utiliza como linguagem básica a imagem.

5 Informações retiradas do relatório do nível 1 (fundo) pertencente ao Fundo DOPS do APEES. Disponível em: <http://www.an.gov.br/mr/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=198> Acesso em: 24 nov. 2014.

fabélica por alunos do curso de arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, através de parceria realizada entre o Arquivo e a Universidade e o Arquivo Nacional pretende inseri-las ao Banco de Dados futuramente.

Todo o processo de organização da documentação seguiu as normas estabelecidas na Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, que

(...) estabelece diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR (CPF), e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p.10).

Tentou-se, dentro do possível, ainda segundo Viviane, de preservar a ordem original dos documentos, principalmente quanto aos dossiês já constituídos.

Os arquivistas não podem arranjar seus documentos de acordo com esquemas pré-determinados de classificação de assunto. Na Europa, tentou-se o emprego de esquemas diversos e nenhum apresentou resultados satisfatórios. Todos resultaram desastrosos, pois, uma vez que as peças foram retiradas do seu contexto inicial, destruiu-se muito do seu valor de prova. (SCHELLENBERG, 2002, p.110)

Para se chegar ao quadro de arranjo atual⁶, a equipe procurou, além da identificação do acervo de forma geral, levantar as relações, os históricos e as legislações que envolveram a extinta DOPS/ES. Para este fundo, a documentação foi ordenada em Séries⁷, Subséries⁸ e Dossiês.

6 Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Colecoes/QUADRO%20DE%20ARRANJO_MAIO_2018_VERS%C3%83O%20PUBLICAR.pdf> Acesso em: 10 jan. 2019.

7 Série: subdivisão do quadro de arranjo, que corresponde a uma sequência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto.

8 Subsérie: divisão de uma série, eventualmente utilizada em razão

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, arranjo é a “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos permanentes de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido”. Ainda segundo o mesmo dicionário, ordenação é o “ato ou efeito de dispor documentos ou informações segundo um determinado método” (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Segundo Janice Gonçalves (2006), ao se elaborar um quadro de arranjo, deve se ter o foco nos pesquisadores. O quadro de arranjo deve ser não só para auxiliar, mas principalmente para facilitar as pesquisas realizadas no acervo.

Concluída a organização, iniciou-se a codificação dos documentos. Todas as páginas dos dossiês foram codificadas e numeradas, de modo a preservar a ordenação física estabelecida. Os códigos de referência do Fundo seguem o padrão nacional do Projeto Memórias Reveladas.

Para melhor entendimento da codificação utilizada, pegaremos como exemplo o código utilizado no Dossiê 1 “Diretório Central dos Estudantes (DCE)”, pertencente à Subsérie “Universidade Federal do Espírito Santo” e à Série “Movimentos Educacionais”, BR ESAPEES, DES.O.ME, UFES.1, onde:

- BR – Brasil (país onde se encontra o documento)
- ES – Espírito Santo (estado onde se encontra o documento)
- APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (instituição custodiadora do documento)
- DES – Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (fundo onde se encontra o documento)
- o – Sem significado (existe devido à falha no sistema)
- ME – Movimentos Educacionais (série onde se encontra o documento)
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo (subsérie onde se encontra o documento)
- 1 – Número do Dossiê

de diversas variantes.

Para os dossiês que se encontram em séries que não possuem subséries, o código reduz-se a BR ES APEES, DES.O.“código da série”, “número do dossiê”.

Com o acervo devidamente organizado e codificado, iniciou-se o trabalho de conservação, necessário para garantir a durabilidade da documentação permanente.

Documentos em suporte de papel são basicamente constituídos por fibras de celulose. A degradação da celulose ocorre quando agentes nocivos atacam as ligações celulósicas, rompendo-as ou fazendo com que se agreguem a elas novos componentes que, uma vez instalados na molécula, desencadeiam reações químicas que levam ao rompimento das cadeias celulósicas. A acidez e a oxidação são os maiores processos de deterioração química da celulose. Também há os agentes físicos de deterioração, responsáveis pelos danos mecânicos dos documentos. Os mais frequentes são os insetos, os roedores e o próprio homem (CASSARES, 2000).

Para entendermos melhor essa fase, devemos entender conceitos definidos segundo Norma C. Cassares:

- Preservação: é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.
- Conservação: é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).
- Restauração: é um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico.

Toda a documentação foi higienizada para a retirada de sujidades, grampos e objetos metálicos. Nem todos os documentos precisaram passar por intervenções restauradoras, pois se encontravam em bom estado. Os trabalhos de restauração foram executados principalmente nos documentos pertencentes ao Movimento Integralista (Série 01 do quadro de arranjo atual), por estarem em baixo estado de conservação.

O acervo foi acondicionado em capas confeccionadas sob medida, em cartão alcalino. Além de manter o pH ideal do documento, o cartão alcalino protege da radiação da luz, fator ambiental que provoca danos devido à oxidação. Esse procedimento resultou num aumento dimensional dos maços, sendo, então, necessário o uso de caixas tipo B, que possuem tamanho maior do que as usadas anteriormente.

Para facilitar a localização, as caixas receberam etiquetas de identificação e foi criado um índice, que traz o conteúdo e a disposição da documentação no acervo. Tal medida possibilita que a busca seja mais rápida e precisa.

Também como forma de conservação, atualmente o fundo fica em uma sala climatizada com ar condicionado em temperatura controlada e imutável. Essa medida foi tomada, pois “o calor e a umidade são fatores que contribuem significativamente na destruição dos documentos, principalmente quando em suporte de papel” (CASSARES, 2000, p.14).

Com a documentação devidamente organizada e acondicionada, as informações do quadro de arranjo foram inseridas no Banco de Dados do Projeto Memórias Reveladas, elaborado pelo Arquivo Nacional. A documentação foi descrita em cada nível hierárquico, até o nível 4 (dossiê).

Como expusemos, o manuseio excessivo do documento pode levá-lo à deterioração. Mas, em contrapartida, a informação deve ser disseminada e de acesso a todos. Assim sendo, toda a documentação foi microfilmada. A microfilmagem foi realizada seguindo as regulamentações do Decreto N° 1.799, de 30 de janeiro de 1996 e da Lei N° 5.433, de 8 de maio de 1968.

O microfilme de sais de prata tem uma duração de 500 anos, comprovada em laboratório através de testes de envelhecimento realizados pelas autoridades americanas, já que a base do microfilme, sendo a mesma da fotografia, não tem ainda 200 anos (BERTOLETTI, 2002). Tal medida foi adotada para assegurar a preservação do acervo e também para facilitar a pesquisa pelos consulentes.

Com a etapa de microfilmagem concluída, o Projeto Memórias Reveladas no APEES, em parceria com o Arquivo Nacional, também foi concluído. Porém os trabalhos continuam. Atualmente a documentação está sendo digitalizada e as imagens e os dossiês estão sendo inseridos ao banco de dados do Projeto para acesso público a nível mundial.

Quadro de Arranjo

Arranjo é a operação de ordenação dos documentos arquivísticos oriundos da avaliação documental que possuem valor permanente, respeitando o caráter orgânico dos documentos (BELLOTTO, 2004). Mesmo se tratando de procedimentos diferentes, recomendados para documentações em fases distintas, o quadro de arranjo e o plano de classificação possuem semelhanças quanto aos seus conceitos. Ambos os instrumentos são importantes para que seja realizada a gestão documental, porém, enquanto o plano de classificação é utilizado para documentos em fase corrente e intermediária, o quadro de arranjo é o instrumento indicado para os documentos de valor permanente.

Para que seja elaborado o quadro de arranjo, recomenda-se que seja mantida a classificação dada na fase primária dos documentos e que sejam realizadas duas operações, sendo elas a intelectual e a operacional, respectivamente. A operação intelectual se inicia a partir da necessidade de um instrumento que mantenha a organicidade dos documentos através da hierarquização de fundos, seções, séries e tipos documentais e deve ser seguida pela fase ope-

racional, que diz respeito à organização, ordenação e acondicionamento dos documentos seguindo padrões de qualidade arquivística.

O quadro de arranjo define a forma com que os documentos remanescentes da aplicação das tabelas de temporalidade deverão ser organizados, ordenados e acondicionados nos arquivos, tendo como base a classificação realizada nas fases correntes e intermediária dos documentos. (BELLOTTO, 2004, p.31).

Portanto, pode-se dizer que o quadro de arranjo se trata de uma atividade primordial aplicada aos documentos de caráter permanente, pois é a partir desse instrumento que as demais atividades voltadas para a gestão e difusão dos documentos são elaboradas.

A documentação hoje pertencente ao fundo DOPS/ES não recebeu nenhuma classificação ou arranjo no seu órgão de origem, sendo feita apenas uma listagem sumária por unidade documental. Já sob a custódia do APEES, durante os anos de 1992 e 1993, o acervo foi organizado e recebeu um arranjo. Durante esse processo, o respeito à ordem original, princípio base da arquivologia, não pôde ser considerado, pois os documentos não possuíam organização ou qualquer relação lógica.

O sistema de arranjo elaborado à época organizava os documentos em 16 séries, sendo estas organizadas em função da espécie ou da tipologia documental, ou ainda por assunto, e assim nomeadas: dossiês, ofícios, radiogramas, requerimentos, declarações, mandados (prisão, intimação e notificação), informes, pedidos de busca, relatórios, relações, jornais, ordem de serviço, pessoal, diversos documentos, livros, fotografias.

No início das atividades do Projeto Memórias Reveladas, em 2008, a equipe identificou a necessidade de estruturar um novo quadro de arranjo, baseado na classificação anterior, porém com alterações. Através de uma primeira análise foi verificado quais documentos estavam fora de contexto. Optou-se, portanto, que fossem realocados em conformidade

com o novo arranjo proposto, assim como o enquadramento de documentos que não pertenciam ao arranjo anterior⁹.

Algumas diferenças se destacam entre os dois quadros de arranjo, e a primeira delas é conceitual. No arranjo proposto em 1993, dossiê é o nome dado à primeira série, caracterizada como “coleção de documentos referentes a certo tema ou indivíduo”. O quadro de arranjo atual, por seguir a NOBRADE, traz a descrição multinível, que possui a finalidade de contextualizar a documentação através de uma estrutura hierárquica dos fundos, partindo sempre do geral para o particular. Há seis níveis de descrição, a saber: instituição custodiadora, fundo, seção, série, dossiê e item documental. (ARQUIVO NACIONAL, 2006). Com isso, no atual arranjo, dossiê é o nível 4 da descrição, constando em todas as séries e subséries¹⁰.

Como exemplo, podemos citar a documentação referente ao Movimento Integralista. Essa documentação anteriormente pertencia à caixa 37 da série “Dossiês”. Já no quadro de arranjo atual, consta na Série 01 “Integralismo; Aliança Nacional Libertadora e Partido Comunista”, que possui 176 dossiês.

Outra problemática encontrada no antigo quadro de arranjo são os jornais. Estes pertenciam à série “Jornais”, mas também havia a caixa 38 da série “Dossiês” nominada como “Jornais”. Além disso, eram separados em caixas pela data de produção. No arranjo atual os jornais pertencem às séries 09 “Imprensa, Radiofusão e Atividades Artísticas” e 16 “Coletânea” – subséries “01 Recortes de Jornais” e “02 Exemplos de Jornais”. Na série 09 eles estão separados por nome; na série 16 por assunto, quando recorte, e por nome, quando exemplar.

Apesar de essa organização ter sido assumida, é importante destacar que os recortes de jornais que compõem dossiês pessoais continuaram juntos a esses dossiês, pois a ordem original foi considerada. Caso fossem separados, os recortes perderiam a lógica e o contexto de sua criação.

Ofícios, requerimentos, radiogramas, declarações, mandados, informes, pedidos de busca e relatórios que antes constituíam cada um uma série, foram dispersos em séries diversas, cada qual se encaixando com o tema de abrangência.

Fotografias, que antes constituíam uma série, no quadro de arranjo atual pertencem à subsérie 03 “Fotografias” da série 16 “Coletânea”. Um ponto que deve ser destacado quanto às fotografias é que, no arranjo anterior, somente oito itens estavam descritos, sendo que os restantes constavam como “outros sem identificação”. Atualmente todos os itens estão descritos e devidamente organizados.

O que se pode observar, de todas as mudanças realizadas, é a adaptação do quadro de arranjo ao objetivo que se quer alcançar. Ao ser recolhido ao APEES, o objetivo imediato para o acervo era a identificação dos documentos, portanto o quadro de arranjo feito atendia à proposta. Com o início do Projeto Memórias Reveladas o objetivo passou a ser a ordenação, a preservação e, principalmente, o acesso ao público, assim sendo fez-se necessária a elaboração de um novo arranjo.

Mediação do acervo

A Mediação da Informação segundo Almeida Júnior pode ser conceituada como

(...) toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação – direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.92).

9 Informação retirada do relatório do nível 1 (fundo) pertencente ao Fundo DOPS do APEES através do banco de dados do Projeto Memórias Reveladas. Disponível em: <http://www.an.gov.br/mr/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=198> Acesso em: 24 nov. 2014.

10 De acordo com a NOBRADE, a instituição custodiadora é classificada como nível 0.

A Mediação da Informação entende o usuário como participante e não como mero receptor. Ao contrário, ele é o norte, o fim, para o qual todas as ações estão voltadas (LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2012). Porém, apesar de ter o usuário como foco, a mediação não ocorre apenas no momento do contato deste com a documentação. Ela é um englobamento de todas as ações arquivísticas, desde o recolhimento dos documentos até a consulta, passando pelo processamento técnico recebido.

A mediação implícita ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais, em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença física do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos à distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.92).

Para melhor entendimento de como se dá a pesquisa ao Fundo DOPS/ES, no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, foi realizada entrevista com o historiador e arquivista Michel Caldeira de Souza, responsável pela Coordenação de Documentos Escritos, Audiovisuais e Cartográficos (CODEAC).

As normas para acesso à documentação do Fundo DOPS/ES seguem os mesmos procedimentos adotados para os demais fundos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. O consulente deve se dirigir ao APEES, onde, na sala de consultas, terá acesso ao catálogo do Fundo. Após a seleção do que será consultado, um formulário deverá ser preenchido, requisitando a documentação. No caso do Fundo DOPS/ES, o quadro de arranjo está disponível no site

da instituição¹¹, portanto o consulente que desejar pode fazer a requisição via e-mail.

Para reprodução da documentação, o consulente deverá assinar um Termo, se responsabilizando pelo uso das imagens.

Para assegurar a conservação do documento, é vetado o uso do flash. Ao fotografar o documento deverá ser feito o uso de máscara e luvas e o pesquisador estará sob a supervisão de um funcionário do APEES.

Segundo Michel Caldeira, a procura pela documentação do Fundo DOPS/ES não é grande quando comparada aos outros fundos do APEES. Este fundo também se difere quando comparado ao objetivo das pesquisas. Enquanto, em sua maioria, as pesquisas são de caráter acadêmico, a procura pelo Fundo DOPS/ES é de caráter pessoal.

O usuário, quem determina em última instância o que é ou não informação, se apropria dela de maneira consciente e de maneira inconsciente. Muitas informações, independente do desejo do usuário, superam, burlam e enganam os controles conscientes do usuário, alterando o conhecimento dele. Faz-se informação porque transforma/modifica o conhecimento do usuário (LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2012, p.97).

Em março de 2014 a procura pela documentação do extinto DOPS/ES teve um aumento significativo devido à repercussão dos 50 anos do Golpe Militar no Brasil. A mídia e os meios de comunicação funcionaram como fatores atrativos, despertando maior interesse do público para essa documentação e sua importância enquanto dispositivo de preservação da memória individual e coletiva.

11 www.ape.es.gov.br

Conclusão

O Projeto Memórias Reveladas se tornou uma importante ferramenta para a construção da memória política do país, e a participação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo neste projeto possibilitou ao cidadão capixaba o acesso a um rico acervo documental, pertencente a um dos períodos mais marcantes da história do Brasil. Os documentos do fundo DOPS/ES compõem o patrimônio documental do povo capixaba, assim como de todos os brasileiros.

Ainda hoje é possível observar que a ideia de patrimônio, na visão de muitos indivíduos, está ligada à arquitetura e a objetos museológicos. Essa ideia acaba por colocar o documento monumento em segundo plano enquanto patrimônio histórico. Incentivar a população a conhecer o conteúdo existente nos arquivos e sua importância para a preservação da memória é dever da instituição arquivística, do arquivista e, sobretudo, do governo, além de ser um direito fundamental do cidadão resguardado pela Constituição Federal. Segundo Cleopatra Barrios (2013), “é dever do profissional de arquivo olhar os documentos como produtores de conhecimento, como monumentos de Estado e não apenas como fonte documental”.

Observando toda a história do Fundo DOPS/ES e os procedimentos que foram realizados, conclui-se que a organização desse fundo representou um desafio para os componentes da equipe, pois o recolhimento da documentação não foi criterioso e embasado pelas normas arquivísticas. Em contrapartida, foi através da existência das dificuldades que se pôde renovar e atestar a importância da parceria entre a história e a arquivologia, uma vez que se fez necessária uma análise histórica para levantar o contexto da produção documental, fator fundamental para a organização do acervo e elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Entre os procedimentos destacou-se a elaboração do novo quadro de arranjo, imprescindível para que o projeto alcançasse o resultado final esperado.

É a partir desse novo instrumento que se torna possível realocar e acondicionar devidamente a documentação, garantindo a preservação de sua integridade, além de possibilitar acesso rápido e eficaz.

A mediação do acervo é um processo que deve estar em constante aperfeiçoamento. Promover o arquivo e buscar despertar o interesse do público é um trabalho que deve ser realizado de forma constante e dinâmica. Segundo Alberch I Fugueras (2001),

Os arquivos participam da construção dos valores de patrimônio público, memória, identidade e conhecimento e, para tanto, os usuários devem ser tanto conhecidos como motivados a participar das atividades arquivísticas por meio das ações de animação, ação, dinamização, difusão, função, promoção e proteção culturais (ALBERCH I FUGUERAS, 2001, p.46).

Através das pesquisas e entrevistas realizadas para a construção desse artigo, é possível concluir que, apesar de o Projeto Memórias Reveladas estar finalizado, as intervenções na documentação não devem ser cessadas. Faz-se necessária a constante atualização dos instrumentos de pesquisas, se adaptando ao pesquisador e seus interesses, as intervenções para a preservação da documentação e a inclusão da documentação nas mais variadas formas de acesso, seguindo a evolução tecnológica.

Referências bibliográficas

- ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. et al. Archivos y cultura: manual de dinamización. Gijón: Editorial TREA, 2001.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens. Revista Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação. V.2, n.1, p. 89-103, jan/dez. 2009.
- ARENDE, Hannah. Origens do totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. DOPS. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/mr_dops.html> Acesso em 30 set. 2014.
- BARRIOS, Cleopatra. Políticas de la mirada y la memoria en la

captura y el archivo de fotografías. *Discursos Fotográficos*, Londrina, v.9, n.15, p. 13-35, jul/dez 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BERTOLETTI, Esther Caldas. *Como Fazer Programas de Reprodução de Documentos de Arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Portaria Nº 204 de 13 de maio de 2009. Cria o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas”, no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. *Diário Oficial da União*, de 14 de maio de 2009, nº 90, Seção 1, p.2. Disponível em: < <http://www.conarq.gov.br/index.php/portarias-federais/137-portaria-n-204,-de-13-de-maio-de-2009>> Acesso em: 30 set. 2014.

CASSARES, Norma Cianflone. *Como fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD (G): Norma geral internacional de descrição*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CORRÊA, Larissa Rosa. *O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo. Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 33, 2008. Disponível em: < <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia04/>>. Acesso em: 24 out. 2017.

ESPÍRITO SANTO. Lei Nº 4.573, de 31 de outubro 1991. Transfere ao Poder Executivo as fichas e dossiês da extinta delegacia de ordem política e social - DOPS, da Polícia Civil para o Arquivo Público. *Diário Oficial do Estado*, de 05 de novembro de 1991. Disponível em: < <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI45731991.html>> Acesso em: 30 set. 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Memórias Silenciadas: catálogo seleto dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo – DOPS/ES (1930-1985)*. Vitória: CM Editora/APEES, 2012.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Quem são os inimigos? Imagens e memórias através dos cartazes, panfletos e jornais confiscados pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES)*. 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340217_TextoPedroErnestoFagundes.pdf> Acesso em: 17 nov. 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Janice. *Como Classificar e Ordenar Documentos de Arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

GUERRA, Erenice. *Memórias em Rede. Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)*. Brasília (DF), 13 de maio de

2010. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2&sid=2>> Acesso em: 17 nov. 2014.

JARDIM, José Maria. *A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia*. Brasília, 2010. Disponível em: <www.reparq.arquivistica.org/reparq2010> Acesso em: 10 mar. 2015.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.

LOUSADA, Mariana; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *A Mediação da Informação e a Arquivística: Aproximações Teóricas*. In: MARTA LÍCIA POMIM VALENTIM (ORG.). *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília: Cultura Acadêmica, 2012, p. 259-274.

PORTAL MEMÓRIAS REVELADAS. *Apresentação*. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2>> Acesso em: 05 abr. 2015.

PORTAL MEMÓRIAS REVELADAS. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3&sid=2>> Acesso em: 05 abr. 2015.

PORTAL MEMÓRIAS REVELADAS. *Objetivos*. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4&sid=2>> Acesso em: 05 abr. 2015.

PORTAL MEMÓRIAS REVELADAS. *Portaria 204*. Disponível em: <<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Portaria%20204.pdf>> Acesso em: 09 fev. 2915.

RAMÍREZ ACEVES, Merizanda. *La archivística: ¿ciencia o técnica?* In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (coord.) *Bibliotecología, archivística, documentación: intradisciplinar, interdisciplinar o transdisciplinaria*. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011, p. 39-68.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. *Acercamiento inicial: ciencia, epistemología, interdisciplinar y transdisciplinar*. In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (coord.) *Bibliotecología, archivística, documentación: intradisciplina, interdisciplinar o transdisciplinaria*. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011, p.1-11.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998

ROUSSO, Henry. *“A memória não é mais o que era”*. In: AMADO, JANAÍNA & FERREIRA, MARIETA. (COORD.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

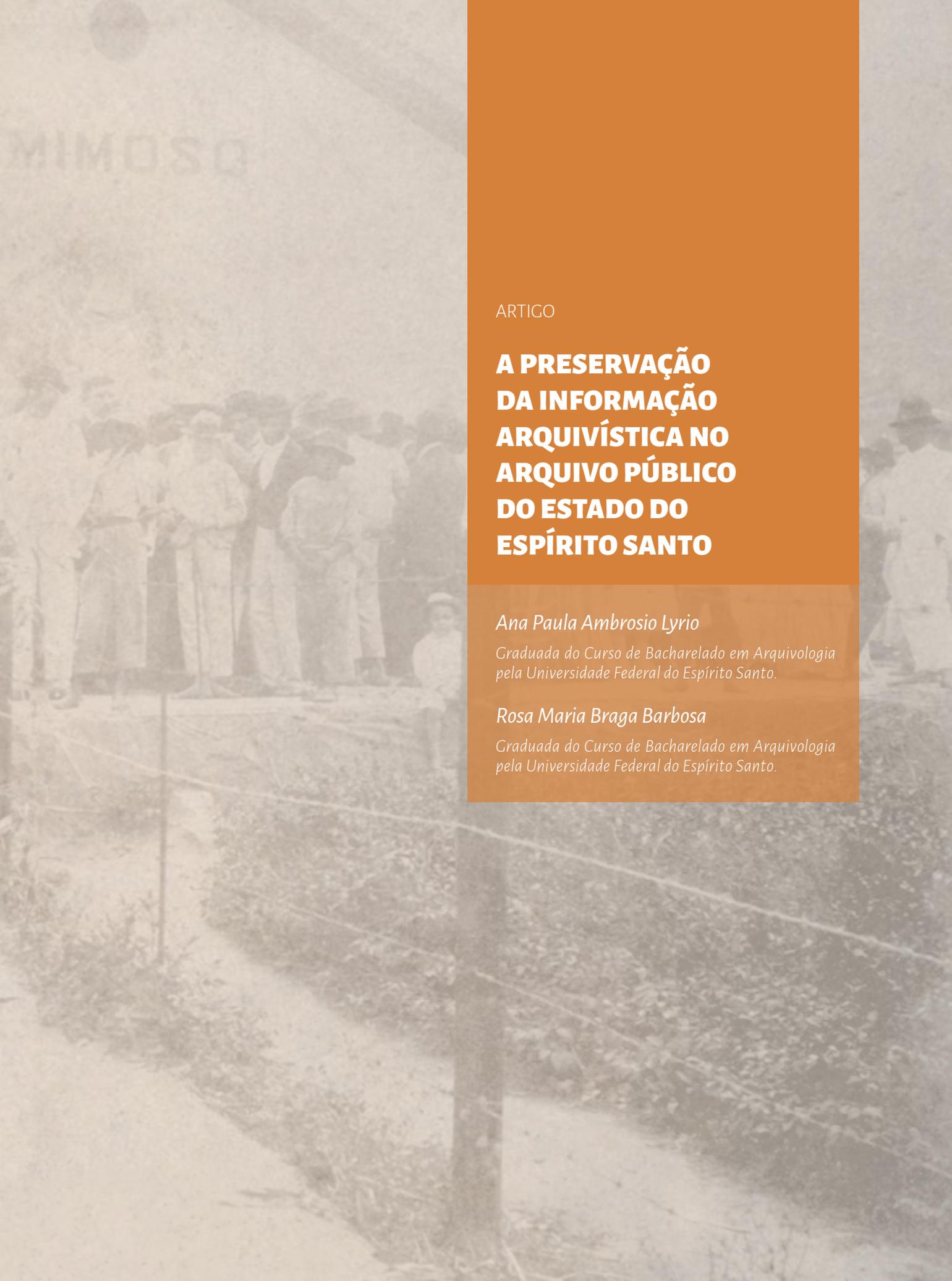
SCELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

XAVIER, Marília. *“Antecedentes institucionais da polícia política.”* In: DOPS - *A lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, Secretaria de Estado da Justiça, 1993.

Recebido em: 15/05/2018

Aprovado em: 06/06/2018





ARTIGO

A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ana Paula Ambrosio Lyrio

*Graduada do Curso de Bacharelado em Arquivologia
pela Universidade Federal do Espírito Santo.*

Rosa Maria Braga Barbosa

*Graduada do Curso de Bacharelado em Arquivologia
pela Universidade Federal do Espírito Santo.*



Resumo

Este artigo traz os resultados do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquivologia. As Visitas Técnicas realizaram-se entre os dias 14 de abril de 2012 a 20 de junho de 2012. Enquanto a pesquisa ocorreu a partir do dia 06 de agosto de 2009 até 14 de julho de 2012, admitindo-se materiais complementares no decorrer do curso. Aborda questões descritivas sobre a Preservação da Informação Arquivística no Arquivo Público do Espírito Santo (APEES), considerando métodos e ações efetivas para preservar a informação, com foco na importância do programa de preservação. Comenta sobre os riscos da perda da informação e pelo não uso de uma política de preservação preventiva. Expõe uma breve amostra do histórico do APEES e no desenvolvimento comenta sobre a solução para os problemas de acesso e gestão documental integrado à preservação. Ressalta a necessidade da criação de um programa de preservação e apresenta ações que impactem positivamente no processo de preservação e conservação e finaliza com o compromisso do APEES com a preservação e o pleno acesso ao acervo.

Palavras-chave: Preservação, informação, suportes e acessibilidade.

Abstract

This paper brings forward the results of the dissertation presented to the Department of Archival Science of the Federal University of Espírito Santo as a prerequisite for obtaining a bachelor's degree in Archives Administration. The Technical Visits took place between April 14, 2012 and June 20, 2012. While the research took place from August 6, 2009 until July 14, 2012, additional materials were admitted during the course.

It addresses descriptive issues on the Preservation of Archival Information in the Public Archives of Espírito Santo (APEES), considering effective methods and actions to preserve archival information with a focus on the importance of the information preservation program. It comments on the risk of information loss and the non-use of a preventive preservation policy. It presents a brief history of APEES and discusses the access and document management problems associated to preservation. It highlights the necessity for the creation of a preservation program and presents actions that impact positively the preservation and conservation process, ending with the responsibility of APEES with the preservation and full access to the collection.

Keywords: Preservation, information, support and accessibility.

Introdução

Este artigo aborda questões sobre a Preservação da Informação Arquivística no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), contextualizando políticas arquivísticas. Apresenta também considerações sobre a preservação digital que contribui para a gestão de documentos no APEES através da utilização dos objetos digitais que mantém os originais do acervo sem o acesso manual. O processo de digitalização de documentos, a reprodução de documentos microfilmados em meio digital, as transcrições de documentos e a Biblioteca digital são desenvolvidos num software livre que permite o acesso a assuntos diversos no qual os documentos são digitados de acordo com a grafia original para fornecer ao usuário uma reprodução idêntica do documento desejado.

O APEES tem a preocupação de executar a política de preservação dos suportes de informação que possuem valores probatórios e administrativos. O assunto desenvolvido permite reflexões com o propósito de entender os princípios e as estratégias do processo de salvaguarda documental, para desenvolver a prática correta do acesso permanente ao conteúdo informacional sem perdas e também objetiva despertar o interesse de pesquisadores, estudantes e daqueles que buscam aprofundar-se no tema da preservação da informação.

Para que as perdas sejam evitadas, é necessário intervir com as ações preventivas nos suportes portadores de informações, com o intuito de aumentar o tempo de vida do documento mantendo as suas propriedades. Para isso é necessária uma rotina de higienização, controle do ambiente, estabilização dos suportes, planejamento contra a obsolescência dos programas e dos equipamentos onde estão armazenados e por fim a migração periódica dos acervos digitais, pois alerta Hedstrom (apud Sant' Anna 2002, p. 32) que:

A migração periódica dos acervos digitais para tecnologias atualizadas contribui para a permanente

disponibilidade das informações. (...) protegendo-o das mudanças nos métodos de gravação, armazenamento e recuperação.

Os métodos necessários para preservar os documentos arquivísticos dependem do tipo de suporte físico que está registrada a informação. O APEES desenvolve ações de preservação em suportes de informação de duas naturezas especiais: a) a intervenção no suporte papel e b) a reformatação dos suportes. Com relação à primeira, são levados em conta os riscos advindos de sua fragilidade e as diversas reações químicas devido ao manuseio e ao meio ambiente desfavorável, se necessário são feitas ações de conservação e ou restauração. A segunda ação, se relevante, consiste em transferir os documentos para outro suporte visando preservá-los em longo prazo, transformando-os em objetos digitais e/ou microfilmados, para o acesso em longo termo.

Os documentos digitais mostram-se mais frágeis que os suportes convencionais, necessitando de cuidados ainda mais específicos. Andrade (2006) ressalta que:

A permanência inerente aos suportes físicos ofereceu à informação registrada uma propriedade de "auto-preservação" que os documentos digitais não oferecem por estarem em ambientes relativamente hostis. Sendo, portanto, mais frágeis, os documentos em suporte digital demandam maior atenção e zelo (ANDRADE, 2006 p.154).

Esta atenção especial que estes suportes necessitam é definida por preservação digital, entendida por Hedstrom (apud Leone 2000, p.29) como o "(...) planejamento, alocação de recursos e aplicação de métodos e tecnologia para assegurar que a informação digital de valor contínuo permaneça acessível e utilizável".

Segundo Leone (2002, p. 29), esta definição de Hedstrom constitui um alerta à necessidade de inclusão da preservação digital no planejamento e ações dentro das organizações.

A gestão do APEES previu a necessidade de desenvolver um programa de políticas de preservação com métodos adequados à conservação preventiva, dando a condição de acesso às informações ali custodiadas, para assegurar a efetiva preservação dos suportes às gerações presente e futura que buscam o conhecimento em diversas áreas.

São muitos os problemas enfrentados na execução do processo de preservação no APEES, referentes aos suportes convencionais, analógicos e digitais. O uso das tecnologias de informação na salvaguarda dos suportes pode conduzir ao problema da obsolescência tecnológica devido à inovação incremental¹, em consequência pode negar o acesso, dificultar a disseminação e a recuperação da informação, e provocar prováveis riscos de degradação, trazendo consigo outra questão, a necessidade da migração ou emulação dos arquivos. A migração pode ser feita por meio de alteração do suporte, da atualização e/ou alteração de programa, ou pela conjugação dos dois anteriores. A emulação refere-se ao processo de simular por meio de um programa, uma parte do equipamento de tal forma que um processo lógico é criado visando o equipamento ou a função original que possa permanecer disponível em seu formato original (NATIONAL LIBRARY apud SANTOS, 2005).

Após a revisão de literatura se identificou o quanto é preciso chamar atenção sobre esse assunto e, notou-se que a preservação deve ser mais discutida com o objetivo de despertar os profissionais da área arquivística para a busca pela eficiência dos processos de Preservação de Informação Arquivística.

Ainda pontuamos a importância de uma atuação sólida por parte da arquivística, no sentido de orientar e conscientizar os administradores, funcionários e colaboradores das instituições, sinalizando para a ação prioritária da implantação de programas e métodos efetivos de preservação, voltados para a informação social na esfera pública.

A preservação dos acervos de informação é uma atividade essencial que perpassa por todos os setores da instituição do APEES e despertou-nos para realizar este estudo, que focamos como objetivo geral, descrever a preservação da informação arquivística no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo com ênfase na importância do programa de preservação da informação de caráter efetivo. Utilizamos para atingir o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos:

- Desenvolver uma revisão de literatura sobre preservação da informação arquivística para entender sua importância na preservação de acervos arquivísticos;
- Diagnosticar a preservação da informação no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo através das práticas, métodos e benefícios alcançados para propor medidas adequadas que auxiliam na salvaguarda documental;
- Analisar a eficácia da preservação dos suportes informacionais no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, para divulgar a responsabilidade e acessibilidade à informação.

Para alcançar os objetivos propostos no artigo referente à preservação da informação no APEES, utilizaremos à abordagem metodológica e científica denominada estudo de caso. Segundo Bressan:

O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas (YIN apud BRESSAN, 2000, p.23).

Este método, segundo Bressan (2000), é adequado para responder às questões “como” e “por-

¹ Mudança rápida, fomentação, ampliação do desenvolvimento tecnológico.

que”. A preferência pelo uso do Estudo de Caso deve ser dada quando se estuda eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, e quando é possível fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas.

Como estratégia, para se alcançar os resultados previstos, este estudo foi realizado em três etapas:

- A primeira etapa foi uma visita técnica ao arquivo para realizar o diagnóstico através de entrevistas aos diretores, funcionários e colaboradores responsáveis pelas decisões da gestão documental, avaliação de documentos, conservação e preservação dos acervos;
- A segunda etapa foi uma pesquisa descritiva e bibliográfica, com base em estudos feitos na Legislação do CONARQ e em artigos que contemplam a preservação da informação a nível nacional.
- A terceira consistiu em entrevistas com o coordenador de gestão de documentos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Silas Raasch (Historiador e Coordenador de Gestão de Documentos), Carla Caliman (Jornalista, Assessora Técnica e componente da comissão de Avaliação Documental), Sergio Dias (Artista Plástico e Coordenador de Preservação do acervo do APEES). Foram utilizadas perguntas específicas semi-elaboradas com o propósito de obter as informações que esclareçam como é tratada a preservação da informação no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A preservação da informação no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Após diagnosticar in loco e realizar entrevista com os funcionários do APEES, o coordenador de Gestão de Documentos, Silas Raasch e a assessora técnica Carla Caliman verificou-se a existência de um plano de preservação que está sendo desenvolvido no arquivo de forma intrínseca. Foi iniciado a partir da mudança do ambiente após a instalação da nova sede, em 2011, para um edifício reformado para atender os padrões de um local apropriado para salvaguarda de documentos, independente do suporte.

Para a realização de consultas, foi criado um ambiente agradável projetado com boa iluminação e mesas bem dispersas, para o atendimento in loco ao pesquisador. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) são de uso obrigatório - a utilização de luvas e máscaras como técnica de preservação foi observada neste ambiente.

Na mapoteca constatamos que todos os mapas estão acomodados em estantes apropriadas e protegidos corretamente: acondicionados em bandejas, na posição horizontal para evitar dobraduras, com espaços entre um e outro para não haver atrito entre eles.

O ambiente onde estão preservados microfílm, fotografias e dispositivos magnéticos, tais como fitas magnéticas, disquetes e discos rígidos, está em fase de adaptação, segundo o gestor serão utilizadas estantes deslizantes para o acondicionamento dos documentos digitais e digitalizados seguindo as técnicas de preservação. Segundo Santos “iniciativas devem ser tomadas para manter sob controle o grau de deterioração dos suportes eletrônicos, principalmente o controle da temperatura e a umidade relativa do ar” (Santos, 2002, p. 61).

Alguns documentos cujo suporte é o papel podem ser acessados, mesmo com a existência de riscos de manuseio, através das cópias que foram microfilmadas. As matrizes dos microfilmes estão armazenadas em ambiente propício para evitar a de-

gradação e se necessárias outras cópias poderão ser reproduzidas através delas.

Constatamos uma riqueza de conteúdo de informações no acervo do APEES, que pode somar positivamente ao conhecimento da sociedade para o resgate cultural, histórico e administrativo. Há riscos da perda destas informações acumuladas por décadas, pela ausência e não utilização das políticas de preservação.

Para delimitar e relatar sobre estes fatos é importante um programa de preservação no ambiente arquivístico, que auxilie o arquivo como um cenário institucionalizado que desenvolve as práticas adequadas de preservação da informação. Esta abordagem será através de uma ótica arquivística utilizando o estudo literário e verificações *in loco* sobre o ambiente público objeto do estudo, o APEES.

Breve histórico do APEES

O Arquivo Público Espírito-Santense foi criado em 18 de Julho de 1908 através do decreto nº 135 do Presidente do Estado, Jerônimo de Souza Monteiro, como um anexo à Biblioteca Pública. Em 02 de Dezembro do mesmo ano, a repartição foi minuciosamente regulamentada pela lei nº 559, ficando vinculada à Secretaria Geral do Governo.

O acervo existente foi recolhido e dividido em quatro ordens (fundos): 1ª Legislativa e Administrativa; 2ª Judiciária; 3ª História e Geografia (compreendendo quaisquer manifestações do desenvolvimento científico) e 4ª Literária e Artística. Foi previsto pela lei nº 559 como os documentos ou objetos ficariam abrigados em cada ordem (fundo). Previu-se também a criação de uma biblioteca anexa ao Arquivo Público e o recolhimento de peças museológicas ao Arquivo, até o estabelecimento de um museu.

Em 3 de julho de 2006, o Poder Executivo, tendo como Chefe de Estado o Exmo.sr. Paulo Cezar Hartung Gomes, criou a “Lei Complementar n.º 370”, que reorganiza o Arquivo Público Estadual (APE) e dá outras providências.

O Governador do Estado do Espírito Santo faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º O Arquivo Público Estadual - APE, criado pelo Decreto nº 135, de 18.7.1908, transformado pela Lei nº 3.932, de 14.5.1987, em órgão de regime especial; reestruturado pela Lei Complementar nº 47, de 22.3.1994, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura - SECULT passa a denominar-se Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES, com a missão de realizar a gestão de documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Estadual, bem como tratar os documentos públicos após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados (ESPÍRITO SANTO, 2012)

Institucionalmente, é essa posição que o APEES ocupa atualmente como instituição vinculada à SECULT e detém um importante acervo documental. Ao visitar este acervo depara-se com mais de 100 anos de história existentes em documentos, cartas, fotografias, negativos, filmes, fitas de áudio e vídeo, microfilmes, mapas e diversas mídias digitais.

Atendendo às novas demandas da sociedade, o APEES entrou definitivamente na era da informação, investindo em novas tecnologias e projetos que aliam o passado à preservação da memória, se tornando cada vez mais referência nacional e internacional² e, essencial para a preservação da memória e da história do Espírito Santo.

Em 21 de dezembro de 2011 foi inaugurada a nova sede do APEES, que passou a estar localizada à Rua Sete de Setembro, 414, no centro de Vitória, no prédio onde anteriormente funcionava uma distribuidora de energia. Possui infraestrutura necessária à preservação do acervo documental, com mobiliário, climatização e luminosidade especificamente adequados para cada suporte documental. Nesse sentido, também foram realizadas diversas intervenções visando à conservação dos suportes, espe-

² Atendendo necessidades, por exemplo, de cidadãos alemães, austríacos, holandeses, italianos e suíços.

cialmente as de caráter histórico/permanente, quanto ao seu acondicionamento e com a utilização de material apropriado para cada gênero documental.

O novo cenário da arquivologia nacional, impulsionado no Espírito Santo pela criação do curso de Arquivologia na UFES, proporcionou à Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER)³, ao Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (PRODEST)⁴ e ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) uma integração através de convênio com a UFES para solucionar os problemas de acesso à informação e de guarda documental. O PROGED⁵; segundo os administradores Alessandra Baptista Lyrio, Cristiani Storch Perez, Herlon Nardoto Gomes e Sandro Pandolpho da Costa no III Congresso Consad de Gestão Pública, consiste em um trabalho conjunto a fim de solucionar os problemas de manutenção e recuperação de informações, contribuindo, assim, para o aumento da eficácia da Administração Pública Estadual e para a preservação da sua memória institucional, uma vez que todas as ações públicas, antes de se consubstanciarem, devem circular na forma de informação.

São refletidas e exercidas nesta instituição, atitudes e atividades que auxiliam os gestores e servidores que atuam com os suportes de informação. As medidas profiláticas de preservação da informação são aplicadas com a finalidade de não ser necessária a criação de processos permanentes de restauração para estabilizar os suportes.

3 Secretaria do Estado de Gestão e Recursos Humanos criada através da Lei Complementar nº 312, de 30 de dezembro de 2004.

4 Em fevereiro de 1970, em função da necessidade de automação dos serviços do governo do Estado do Espírito Santo, foi criada a empresa estatal de processamento de dados.

5 O Programa de Gestão Documental foi desenvolvido para promover a melhoria nos procedimentos referentes ao tratamento documental, da produção ao arquivamento, uma vez que todas as decisões públicas exigem um prévio armazenamento em algum tipo de suporte e de eficiência em sua circulação e guarda.

Uma revisão de literatura sobre Preservação da Informação

Quando se fala de preservação logo se pensa em proteção, segundo o - Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 135) “preservação” significa: “prevenção de documentos, logo dos suportes informacionais, a fim de evitar a deterioração e dano informacional, por meios adequados de preservação voltados aos cuidados físicos e/ou químicos”. Segundo COSTA (2003, p. 2) significa “o conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a proteção do patrimônio”.

A terminologia “preservação”, por ser genérica, necessita de um predicado para facilitar o entendimento. O termo “informação” também carece de entendimento e, segundo o dicionário de sinônimos on-line Michaelis⁶, é considerado como “ato ou efeito de informar, transmissão de notícias, comunicação, ação de informar-se, instrução, ensinamento, transmissão de conhecimentos”; na linguagem cotidiana encontraremos vários sentidos, e, no Dicionário de Terminologia Arquivística⁷ é definido como “elemento referencial, noção, ideia ou mensagem contidos num documento”; a informação no contexto dinâmico da informação é abordada ligada ao conhecimento. Kevin McGarry informa que:

Por sua própria natureza, conhecimento deve de alguma forma depender da informação; os dois termos são frequentemente intercambiáveis (...). Informação é o termo que designa o conteúdo daquilo que permutamos como mundo exterior ao ajustarmos a ele, e que faz com que nosso ajustamento seja nele percebido. Viver de fato é viver com informação (Kevin McGarry, 1999, p. 1).

6 Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 18 maio 2012.

7 Disponível em: <www.portal.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 07 maio 2012.

Portanto, quando o assunto é preservação da informação estaremos protegendo algo oriundo de um conhecimento. Os profissionais de arquivo deverão pensar que, preservar a informação é uma atividade que independe do suporte o qual o documento foi gerado, deve-se refletir o seu valor administrativo, social e histórico, para a disseminação ou transmissão posterior, pois, em qualquer suporte poderá deteriorar e correr risco de perder registros com conteúdos intelectuais, provenientes do conhecimento. Segundo Sérgio Albite:

A preservação da informação em arquivos (...), públicos ou privados, pessoais ou institucionais, hoje, não podem mais considerar apenas o documento/suporte, mas a função social da informação. Não deverá considerar apenas a causa do risco da perda, mas as consequências da perda. O 'como preservar' deve dar lugar ao 'por que preservar'" (ALBITE (2004, p. 42).

Contudo, a preservação da informação objetiva garante o conhecimento para a tomada de decisão na administração pública e privada, para a cidadania e o desenvolvimento social; permitindo a disponibilidade e o acesso à informação. Temos visto que os países com maior armazenamento de informações acessíveis são os mais evoluídos na área da tecnologia, diante da economia mundial. Para Sérgio Albite (2004, p. 44),

O desenvolvimento individual e das sociedades depende diretamente da disponibilidade, do uso, do acesso à informação como recurso estratégico. Os países com as melhores estruturas de informação são, exatamente, os que lideram a ciência, a tecnologia e a economia mundial (ALBITE, 2004, p. 42).

Os profissionais de arquivo e de preservação têm o propósito de possibilitar que os acervos sobre sua custódia tenham o maior tempo de vida útil e a maior acessibilidade e, que se mantenham preservadas as informações. "Os documentos arquivísticos

são únicos, e, automaticamente se tornam elemento chave de um planejamento⁸ de preservação que compreenda todas as ações desenvolvidas pela instituição, visando retardar a deterioração química e física, possibilitando pleno uso dos documentos sob sua custódia, incluindo a criação de um ambiente estável sobre qualquer tipo de suporte e usando métodos seguros de manuseio e guarda.

A preservação deve estar presente em todas as atividades dos profissionais da informação, integrando o planejamento ao processo de gestão documental. Devido às novas tecnologias de informação inseridas ao processo de gestão documental, os profissionais de preservação na arquivística necessitam de formação para entender as novas tecnologias que auxiliam aos processos de busca e recuperação da informação. Segundo Beck⁹ (2006) o uso cada vez mais corriqueiro das tecnologias de informação na produção e tramitação da informação passou a requerer procedimentos padronizados para preservar a integridade intelectual e probatória dos documentos em mídia ainda mais vulneráveis ao uso e à obsolescência tecnológica.

A informação é considerada universalmente um recurso básico e essencial para o desenvolvimento tecnológico, econômico, político e social; o Arquivo como instituição franqueada ao público, em decorrência do acervo documental produzido pelo poder público no âmbito Federal, Estadual e Municipal, tem o dever de permitir a acessibilidade aos indivíduos que necessitam dessas informações. Segundo Schellenberg (1974, p. 309) "a finalidade de todo o trabalho de arquivo é preservar os documentos de valor e torná-los acessíveis à consulta".

O patrimônio cultural brasileiro enfrenta dificuldades de preservação mediante a escassez de

8 MERRIL-OLDHAN, Jan; REED – SCOT, Jutta. Programa de planejamento de preservação: um manual para autoinstrução. Rio de Janeiro: Projetos conservação preventiva em bibliotecas e arquivos. Arquivo Nacional, 1997.

9 BECK, Ingrid. Museóloga, Mestre em Ciência da Informação, Consultora para projetos de preservação documental.

recursos destinados a esta atividade. É necessário esclarecer os conceitos e aprimorar o conhecimento a esse respeito, através de técnicas simples e de fácil aplicação, para que haja preservação documental e consequentemente informacional. Segundo PALETTA, YAMASHITA (2006, p.173) “A consciência da magnitude do problema da preservação resultou no aumento das propostas de preservação em bibliotecas e arquivos”.

A preservação da informação na gestão documental do APEES

Após fazer o diagnóstico no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, voltado para as práticas, métodos e benefícios de uma boa política de preservação documental, observamos que no APEES, em 1980, já começavam algumas mudanças, como a reforma no edifício do acervo, continuando no ano seguinte com algumas reestruturações, dentre elas foi um dos primeiros arquivos públicos do país a produzir um “guia de acervo documental” no ano de 1981.

Isso aconteceu, mesmo antes do documento criado pela UNESCO¹⁰, consolidando o conceito de preservação e acesso; a visão da política da preservação evoluiu a partir da década de 1980 com a quebra de um paradigma, mostrando um novo conceito. Segundo Ingrid Beck (2006 p. 2): “O novo conceito está associado à visão de que a preservação só é eficiente quando envolve ações planejadas para a salvaguarda dos acervos em seu conjunto”.

Essa ação exige um processo de mudança dentro da instituição, com análises realizadas em todo acervo, para compreender qual o programa de preservação e gestão documental mais eficaz para ser desempenhado no Arquivo. Ingrid Beck (2006 p. 3) assegura: “O processo de mudanças pode ser asso-

ciado a momentos distintos, nos quais ocorreram constatações sobre a fragilidade dos materiais e as questões cruciais de acesso, cada vez mais frequentes na sociedade da informação”.

O APEES, sendo uma instituição pública e que custodia uma enorme massa documental, mesmo que essas informações se encontrem em suportes frágeis, deve buscar a melhor maneira para introduzir o processo de preservação, não deixando de dar acesso à sociedade que tem interesse em pesquisar essas informações.

Em face da existência dessa enorme massa documental no Poder Público Estadual, bem como da relevância dessa documentação, e ainda, em atendimento à legislação em vigor no país, torna-se indispensável a elaboração de um Programa de Gestão Documental, no âmbito do Poder Público Estadual. Nesse contexto dá-se início à política nacional de arquivos públicos e privados, procedendo segundo o que está disposto na Constituição Nacional (BRASIL, 1988), no art. 23 Incisos III, que além de reconhecer que é de competência dos governos a proteção aos documentos, enfatiza na lei regulamentar 8.159 (BRASIL, 1991), no capítulo I das disposições gerais, art. 1º, que é dever do poder público, a gestão documental, e a proteção especial aos documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação.

A Gestão de documentos é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, classificação, avaliação, tramitação, uso, arquivamento, reprodução, que assegura a racionalização e a eficiência dos arquivos (Decreto nº 48.897/2004, art. 8º). Registra-se no art. 17, que a documentação da administração pública compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipal.

O APEES, como custodiador dessas informações, tem como obrigação a aplicação lógica das técnicas arquivísticas, que são indispensáveis em uma Gestão Documental. Parágrafo único - “É dever dos órgãos

10 UNESCO memória do mundo: diretrizes para salvaguarda de Patrimônios Documental Mundial/1 “O objetivo da preservação e o acesso permanente”. Memorial do Mundo, 2020, apud Ingrid Beck (2006 p.2).

da Administração Pública Estadual a gestão de documentos como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico”. Na Constituição Federal de 1988, art. 216, § 2º afirma-se: “Cabem à administração pública, na forma de lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Já o Decreto nº 48.897/2004, art. 9º, dispõe: “são instrumentos básicos da gestão de documentos os Planos de Classificação de Documentos e as Tabelas de Temporalidade de Documentos. Esses instrumentos básicos precisam sempre estar atualizados, para uma apuração e guarda coerente, dos documentos permanentes e a eliminação daqueles sem valor”.

Como instituição responsável que detém os documentos arquivísticos, o APEES deve primar por ações que componham um programa de gestão documental e preservação, levando em consideração não só o documento individual, mas lançando um olhar amplo sobre todo o acervo, Zúñiga cita:

Hoje, o profissional de preservação lança um olhar ampliado sobre o acervo, não apenas incorporando a visão arquivística do significado coletivo que possui o documento único e individual, mas sendo capaz de ver este item como parte de um sistema de elementos que determinam seu estado físico, sistema este que vai desde o documento propriamente dito até o edifício, devidamente intermediado pelas condições ambientais (ZÚÑIGA (2002, p.71).

É importante ressaltar que há a necessidade de um bom planejamento para um programa adequado de gestão e preservação de documentos, com os objetivos, as políticas e as diretrizes institucionais, somado ao levantamento das condições do edifício, do acervo, e dos procedimentos inerentes à preservação. O diagnóstico de preservação e os recursos financeiros estabelecem quais prioridades devem ser tomadas, levando em conta o valor de cada documento.

Segundo Zúñiga (2002), um perfeito programa de preservação, para equacionar e apontar soluções

dos problemas encontrados em nossos arquivos, cada item listado como etapa de trabalho tem uma problemática própria, para tal seria necessário um estudo mais profundo acerca das literaturas e prioritariamente da prática de preservação. Estas ações seriam uma das primeiras abordagens, abrindo espaço para outras, com novas metodologias de trabalho e pesquisa, moldadas de acordo com a política da instituição.

Para que o programa de preservação ocorra com sucesso, é necessário que satisfaça alguns pré-requisitos como, por exemplo, que todas as ações a serem realizadas no arquivo sejam descritas de forma clara e objetiva. Além disso, os Arquivos precisam investir mais na qualificação profissional dos seus funcionários, para que possam efetuar uma gestão documental especializada e precisa.

A gestão documental executada com fixidez através do conjunto de procedimentos e operações técnicas alusivas à sua produção, classificação, avaliação, tramitação documental, uso, arquivamento, reprodução, é uma ação que assegura a simplificação e a eficiência dos arquivos e favorece a eficiente preservação dos acervos que contêm os suportes de informação. Um dos recursos que auxilia na gestão de documentos são as Tic's¹¹, que podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem. Permitem ainda implantar a gestão e o gerenciamento da documentação eletrônica e favorece o conhecimento e os procedimentos para preservá-los e facilitar a ação do servidor no Arquivo.

Mesmo sendo essencial à prevenção e à manutenção dos suportes, o acesso do cidadão e do pesquisador aos documentos deve ser assegurado, pois

11 Tecnologia da Informação (TI) é a área de conhecimento responsável por criar, administrar e manter a gestão da informação através de dispositivos e equipamentos para acesso, operação e armazenamento dos dados, de forma a gerar informações para tomada de decisão.

é um direito do indivíduo conforme expresso na Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011:

Art. 1º desta lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Art. 37 § 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; Art. 216. § 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta os quantos dela necessitem (BRASIL, 1988).

Ainda ressaltando a importância do Programa de gestão documental no APEES é percebido que o acondicionamento físico e o arranjo intelectual dos documentos produzidos pelo Poder Executivo Estadual, se encontram em adequação ao previsto na legislação federal vigente. É imprescindível organizar, conservar, preservar e restaurar os documentos públicos de forma adequada para proporcionar transparência administrativa, contribuindo para o desenvolvimento da memória institucional e cultural capixaba.

É dever da Administração Estadual estabelecer regras claras e objetivas para avaliação, eliminação e armazenagem dos documentos públicos, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos, considerando-se o que essa adminis-

tração produziu ou aqueles que foram recebidos para custodiá-los.

A preservação da informação, através da gestão dos documentos em todos os suportes, garante o cumprimento dos direitos da cidadania e auxilia as decisões político-administrativas do Estado. O PROGED tem como objetivo garantir a preservação e o acesso à informação pública de forma rápida e segura, proporcionando transparência e excelência às ações públicas para resgatar a função social dos Arquivos, por meio da otimização de todas as etapas do ciclo de vida documental.

O Programa de Gestão Documental consiste em um trabalho integrado de gestão da informação com ações preventivas, para garantir o acesso rápido aos documentos acumulados pelo Governo Estadual, por parte do seu público interno (servidores) e de seu público externo (cidadãos), garantindo o seu direito constitucional de acesso à informação. Este trabalho é realizado com a execução de vários projetos, como; capacitação de servidores, elaboração de normas e procedimentos de gestão e preservação documental, consistindo em ações que possibilitam atenuar os problemas de resgate informacional, causados pela falta de instrumentos de pesquisa, complementando e interagindo, para melhor atingir os objetivos propostos.

Soares (2011 p. 5) cita que “à medida que se modificam os conceitos sociais, culturais e econômicos, cresce a importância da organização dos arquivos” e com isso as suas responsabilidades em discutir e praticar preservação, enfocando um conjunto de medidas para retardar o envelhecimento e aumentar a vida útil do documento. Segundo Soares:

A prática Arquivística é considerada um dos mais antigos ofícios de gestão do patrimônio intelectual, que evoluiu a partir da necessidade do resgate, da preservação e da garantia de acesso de longo termo, para os registros da produção do conhecimento humano, através de vários suportes (SOARES, 2011, p. 5).

Jardim (2003) entende e reconhece a preservação como um dos elementos integrantes das políticas públicas arquivísticas:

O conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativos, legal, científico, cultural, tecnológico etc.); relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2003, p.38).

O entendimento de Jardim (2003, p.38), diz respeito às políticas públicas arquivísticas e o dever que o Estado, qualquer que seja a esfera de poder (executivo, legislativo e judiciário) ou de governo (União, estados e municípios), tem de garantir, por se tratar de um direito constitucional do cidadão. “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (BRASIL, 1988, art. 216, § 2º). Complementando o texto constitucional, a lei dos Arquivos dispõe que é “dever do Poder Público a gestão e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991, art. 1º).

Nesse sentido, o Governo do Estado do Espírito Santo, através da atuação do Arquivo Público do Estado, assim como do PROGED, tem demonstrando preocupação com o tratamento das informações públicas visando seu amplo acesso. Entre as ações destacam-se:

- O portal instituído, <http://www.acessoainformacao.es.gov.br>, que concentra informações de todos os órgãos públicos estaduais com os requisitos que atendem aos dispositivos da Lei nº 12.527, de 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação;
- O Programa de Gestão Documental, instituído através do Decreto nº 1552-R, de 10

de outubro de 2005, que tem como principais objetivos: a padronização dos procedimentos de produção, tramitação, análise, seleção e arquivamento de documentos públicos; a capacitação de servidores para aplicação da gestão documental e a orientação dos órgãos da administração direta e indireta, quanto à implantação, execução, aplicabilidade e avaliação do Programa. O PROGED é coordenado por um Comitê Gestor, composto pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos e Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (ITI), que acompanham diretamente todas as ações necessárias à aplicação do Programa, especialmente a atuação das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos (CADS);

- O APEES está em processo de reformulação do marco legal que envolve a política estadual de arquivos, visando à integração das atividades de produção, tramitação, uso e disponibilização das informações públicas;
- Processo de atualização dos instrumentos de Gestão Arquivística: Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade das atividades-meio e o Manual de Gestão Documental do PROGED;

O compromisso do APEES com a preservação e a acessibilidade

Os gestores da informação absorveram o desenvolvimento das tecnologias e suas vantagens no armazenamento, acesso e disseminação da informação no ambiente público. O APEES absorveu inovações e no recorte do tempo, entre 2000 e 2010, entendeu que necessitava de adequar-se e implantar políticas públicas de preservação e conservação voltadas para

os arquivos, e cumprir as metas desejadas: adequar o edifício para a guarda de todos os tipos de documentos ali custodiados em suportes convencionais e suportes digitais, microfilmar documentos e outros; além de preservar, conservar, restaurar para dar acesso ao público interessado às informações ali protegidas.

O APEES, após a sua reestruturação principiou a ordenação dos arquivos ali custodiados. Ele conta com aproximadamente 11 fundos documentais, de valor permanente, preservados em caráter definitivo, em função do seu valor probatório e informativo. A maior parte da documentação é oriunda do poder executivo, das secretarias governamentais e ou instituições a ele vinculadas. Encontra-se no APEES, Fundos de Agricultura, DEIP, DOPS, Educação, Fazenda, Governadoria, Interior e Justiça, Polícia, TRE¹², Viação e Obras.

Além das ações voltadas para a conservação dos documentos permanentes, o APEES tem a missão de realizar a gestão de documentos nos órgãos do Poder Executivo Estadual, Municipal, Federal e dos órgãos de outros poderes e esferas, através de convênios firmados com o PROCED. Assim são realizadas capacitações junto às CADs, visitas técnicas, diagnósticos da situação dos arquivos, aprimoramento dos instrumentos de gestão arquivística e aprimoramento do sistema que envolve a política estadual de arquivos.

Existem documentos no acervo, já em fase intermediária advindos da fase corrente, porém, naquele cenário do APEES, é grande o interesse por parte de usuários diversos principalmente pelo seu valor administrativo. Esta documentação não se encontra livremente aberta para consulta, depende da autorização dos gestores, dos órgãos de origem e da Direção Geral do Arquivo Público do Estado. Os principais acervos e datas limites são:

- Governadoria (1858 – 1994) – processos referentes à documentação de pessoal, fi-

nanceiro e correspondência. O primeiro a ser criado, conta com 520 códices e livros, além de correspondências dos governadores do Estado;

- Educação (1859 – 1941) – processos diversos, correspondências.

O APEES também recebeu vários conjuntos documentais de arquivos privados produzidos por pessoas físicas. O acervo de origem privada é composto por quatro fundos documentais, que constam os arquivos pessoais de um ex-governador, um político, uma historiadora e um desembargador, que são frutos de doações familiares. Além das atribuições legais de recolher, tratar, preservar e divulgar a documentação pública do Executivo em decorrência de suas atividades, possuindo uma relação orgânica perceptível através de processo da acumulação, o APEES desenvolveu projetos com o objetivo de auxiliar o resgate da história dos imigrantes no Espírito Santo, dando também, início a uma nova linha de edições como a Coleção Canaã.

Através da política de arquivo em andamento no APEES, a acessibilidade aparece neste contexto com o auxílio das tecnologias digitais e suas diversidades. As ações rotineiras obedecem ao mesmo critério do Arquivo Nacional, o pesquisador que deseja obter informações e conhecimento, terá acesso a uma estrutura moderna que lhe oferece um serviço com rapidez, segurança e precisão nos documentos informacionais.

Partindo deste ponto a preservação deve ser integrada as funções normatizadas, com objetivo de atingir as metas diretamente ligadas aos seus devidos papéis, indiferentes de recursos financeiros ou de mão de obra, com a finalidade de desempenhar a organização para a guarda e preservação documental que é imprescindível para acessibilidade.

Sobre um olhar arquivístico a preservação deve ser vista como um método de ação preventiva, para equacionar e apontar soluções para os problemas oriundos dos agentes deterioradores caracte-

12 Tribunal Regional Eleitoral

rizados pelos fatores químicos, físicos, mecânicos e biológicos. O ataque de espécies bibliófagas, que se alimentam de livros e documentos, são os agentes biológicos, os quais acarretam danos irreparáveis aos suportes documentais e ao usuário, se reproduzem por fatores ambientais propícios causados pela falta de uma política de preservação explícita.

Neste contexto é abordada a necessidade da criação de um programa de preservação no APEES, não esquecendo que este programa tem a obrigação de preservar e dar acesso.

Para elaborar o programa de preservação de arquivo, deve-se começar enumerando os benefícios de sua implantação e delinear as prioridades. Para iniciar, deve ser feito um planejamento com os objetivos e políticas para equacionar os custos necessários, tanto em recursos humanos quanto em equipamentos, estabelecendo as prioridades.

É necessário para que o programa seja realizado com sucesso, que ele seja baseado nos planos já existentes no APEES, nos quais os objetivos institucionais já estão definidos e que tenha o apoio de toda a instituição, desde o maior escalão ao menor. Entretanto, o trabalho deve ser realizado em equipe, contando com a participação de membros de todos os setores, para estudo, discussão de problemas, propostas e tomadas de decisão. Como sabemos que os recursos financeiros sempre estão abaixo da necessidade da instituição, ao planejar, deve ser feita uma racionalização das despesas, analisando o custo/benefício para a instituição. É preciso que a equipe tenha o seu coordenador, mas todos devem ter a mesma compreensão dos conceitos, objetivos e diretrizes.

Após estar formada a equipe de trabalho, é indispensável a realização do diagnóstico, pois é através dele que é feito o levantamento real da situação do acervo. Conhecendo desde os tipos de materiais que compõe o acervo, a situação do laboratório de microfilmagem, os procedimentos que são tomados no momento da ação de preservação e conservação, para que se tenha um resultado preciso do risco que o acervo vem sofrendo.

Posteriormente para se calcular esse risco é necessário que se inicie uma avaliação no APEES, realizando um levantamento contendo todas as informações sobre a situação do acervo, começando pelo prédio até a descrição de todo o material que compõe o acervo fazendo uma “checklist” com a localização de todos os itens ou coletâneas. Após esse levantamento, deve ser escolhida a metodologia de trabalho, a qual deve ser selecionada de acordo com o que a equipe achar mais adequado.

Buscando ter êxito em todas as etapas na implantação do programa, é preciso um profundo conhecimento do acervo custodiado. Conhecimento este que alude no comando de todos os tipos, formatos, suportes e valores, das informações que ali estão custodiadas.

O programa de preservação é importante, porque além de envolver todo o corpo institucional, através das ações elencadas, atribui responsabilidade coletiva à medida que são tomadas as decisões possíveis de realização em grupo. Estas decisões são partes integrantes de diversos projetos que possibilitarão a continuidade do programa de preservação. Não existe um modelo exato para executar o programa de preservação, cada instituição deve buscar de acordo com seu tamanho o seu objetivo, diretrizes e recursos humanos, levando em conta todos os passos que foram pontuados anteriormente.

Segundo Solange Züñiga responde:

O que é afinal um programa de preservação? É um plano escrito, formado pelo conjunto de ações que dizem respeito às necessidades de preservação do acervo de uma instituição, estabelecidas por meio de um processo de trabalho coletivo e baseadas em prioridades também definidas em conjuntos (Züñiga, 2002, p. 77).

No APEES o planejamento do programa de preservação é necessário ser realizado através de uma abordagem multidisciplinar, por nele possuir profissionais de diversas áreas, que atuam em várias ativi-

dades, como: historiadores, bibliotecários, administradores técnicos em TI's, profissional Arquivista entre outros; pois serão esses que farão o planejamento, o diagnóstico, a avaliação, a discricção, inserindo a prioridade do acervo e outras ações que fazem parte do programa da preservação. A interação entre os profissionais da preservação da informação conduz o processo de construção, de políticas de preservação da informação estruturada e institucionalizada.

De acordo com o diretor-geral da instituição no período da pesquisa, ano de 2012, Agostino Lazzaro, o novo espaço é consequência de uma luta histórica do Arquivo, para oferecer melhores condições de acondicionamento das informações ali custodiadas e também proporcionar aos funcionários e aos pesquisadores, instalações mais adequadas para o trabalho. Para isto foi modernizado o Sistema Eletrônico de Protocolo (SEP)¹³, os instrumentos tecnológicos relacionados à tramitação de documentos, proporcionando assim, redução nos custos operacionais, com a implantação de projetos que permitem o uso de novas tecnologias de acesso às informações, adequadas à política nacional de arquivos. Na época estavam sendo realizados estudos, sobre os recursos que o Governo do Estado do Espírito Santo tem disponível para os investimentos tecnológicos, como exemplo, o GED¹⁴, ECM¹⁵, Assinatura, Certificação Digital, dentre outros.

As políticas públicas de arquivo e as diversas difusões que refletem no cotidiano da sociedade da informação (Conhecimento, Administração, Gestão, Competitividade, e Análise) têm permitido o acompanhamento das ações inerentes ao programa de preservação do APEES, que mesmo não estando ex-

plícito tem sido executado no Arquivo, começando com ações simples. Essas ações estão baseadas no plano institucional já existente no APEES, com o envolvimento de todos os funcionários, desde como fazer a limpeza adequadamente, evitando produtos químicos, o controle da umidade do ar, a temperatura correta, a luminosidade e outras atividades realizadas diariamente dentro do Arquivo.

O APEES como órgão custodiador de documentos públicos, também funciona como órgão receptor de documentos de outras secretarias do governo estadual e municipal, e para que os objetivos de preservar a informação não sejam interrompidos existe a necessidade de que antes mesmo desses suportes de informações chegarem ao acervo, recebam um tratamento especial, para serem organizados e arquivados.

Na Biblioteca de Apoio o visitante dispõe de quase quatro mil livros, 50 mil exemplares de jornais e revistas, 1.788 publicações oficiais com temática capixaba. O Projeto Imprensa Capixaba é uma das atividades do APEES que se encontra disponível para qualquer indivíduo que tenha interesse. São 73 títulos de periódicos microfilmados entre os quais os mais antigos são o Correio de Vitória, de janeiro de 1849. As cópias estão disponíveis para consulta, e os originais são usados para geração de novas cópias, para a preservação e a salvaguarda do mesmo.

O APEES como órgão responsável pela guarda das informações governamentais administrativas envolve os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual; e propõe a comissão para elaboração e a aplicação da Tabela de Temporalidade, nos setores e está elaborando um Plano de Classificação; para garantir a diminuição da massa documental acumulada, reduzindo custos de guarda, preservação, restauração e facilitar o acesso à informação.

13 É um sistema corporativo, que visa o controle operações referente às funções de produção, recebimento, registro e tramitação de processos.

14 A sigla GED significa Gerenciamento Eletrônico de Documentos ou Gestão Eletrônica de Documentos.

15 *Enterprise Content Management*, tecnologia para tratar documentos, informações e conteúdos.

Considerações finais

Concluimos que no APEES, no período analisado, abrangendo os anos de 2009 a 2012, foram executadas e praticadas, atividades que auxiliam os gestores e servidores atuantes na gestão e preservação de informação arquivística em qualquer tipo de suporte, buscando medidas de preservação, com o propósito de possibilitar que as informações sob sua custódia, tenham maior tempo de vida útil e maior acessibilidade. Existe ainda a necessidade de um bom planejamento para a realização de um programa adequado de gestão e preservação de documentos, com seus objetivos, suas políticas e diretrizes institucionais.

O APEES busca suprir esta necessidade garantindo a preservação e o acesso à informação pública, de forma rápida e segura, proporcionando transparência e excelência às ações públicas, através da parceria com o PROGED, para resgatar a função social dos Arquivos por meio da otimização de todas as etapas do ciclo de vida documental. Conta também com a execução de vários projetos como: a capacitação de servidores, elaboração de normas e procedimentos de gestão e preservação documental. Estes projetos consistem em ações que possibilitam atenuar os problemas de resgate informacional, causados pela falta de instrumentos de pesquisa, complementando e interagindo, para melhor atingir os objetivos propostos.

Em síntese conclui-se que no APEES não possui um programa de preservação explícito, mas sim implícito. Solange Zúñiga (2002, p. 75) cita: “apesar dos progressos já realizados na área de preservação dos documentos de arquivo, muito ainda temos por fazer”. E assegurando esta afirmativa orienta através da literatura a instituição a realizar um planejamento inserido nas políticas de preservação. Para que a ação executada pelo Arquivo relativa à preservação do acervo tenha sucesso é necessária a criação deste programa de preservação explícito envolvendo toda a instituição, através de planejamentos e levantamentos, para que seja apresentada a realidade do Arquivo e assim tornar clara qual a prioridade do

acervo para desenvolver medidas preventivas, paliativas e de conservação.

Entendemos o grande esforço do APEES em se adequar às normas e procedimentos de gestão e preservação documental, mas como toda instituição pública detentora de documentos, enfrenta dificuldades pela falta de conhecimentos em preservação devido às poucas literaturas com níveis mais abrangentes sobre o assunto. Somam-se a estas dificuldades as condições financeiras dessas instituições que sempre tem orçamentos reduzidos, recebendo menos do que necessitam para manutenção do acervo institucional promovendo a seletividade quanto às prioridades nas ações de preservação.

Referências

- ACHIAMÉ, Fernando Antonio de Moraes. História do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. História do APEES, 1981.
- ANDRADE, Ricardo Sodré. Tecnologia, Memória e a Formação do Profissional Arquivista. Universidade Federal da Bahia. Arquivística. net <www.arquivistica.net>, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.149-159, jan./jun. 2006.
- ARELLANO, Miguel Angel. Preservação de documentos digitais. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n.2, p.15-27, maio/ago.2004. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02v33n2.pdf>>. Acesso em: 06 de abr. 2012.
- BARBOSA, A. G.; VASCONCELOS, V. V. Equipe Arquivística do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES. “Assessoria Técnica”. <astec@ape.es.gov.br>
- BECK, Ingrid. Dois aspectos da formação em preservação documental. Arq. & Adm. Rio de Janeiro, v. 5, nº 1, jan./jun. 2006.
- BECK, Ingrid. O ensino da preservação documental nos cursos de arquivologia e biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional. Rio de Janeiro, 2006.
- BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. Gestão documental aplicada. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008, p. 54.
- BIANCARDI, Alzinete Mario Rocon. Departamento de biblioteconomia/UFES. Acesso à informação em arquivo público: uma reflexão. Trabalho realizado para obtenção de crédito na disciplina Introdução à Arquivologia do Curso de Especialização em Arquivos.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 12 mar. 2011.

_____. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 12 mar. 2011.

_____. Arquivo Nacional. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dic%20Term%20Arquiv.> pdf>, acesso em 18 maio. 2012.

_____. CONARQ. Decreto nº 7.724, o na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Diretor-Geral do Arquivo lançou o Edital AN nº 1, de 17 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=773&query=simple&search_by_authoname=all&search_by_field=tax&search_by_he> Acessado em: 01/06/2012.

BRESSAN, Flávio. O método do estudo de caso. Administração - on Line. FEA - USP. Disponível em: V.1 - Nº 1 (jan./fev./mar. - 2000) FEA - USP. Disponível em: <http://www2.uel.br/pessoal/amanthea/ctu/arquivos/monografias/estudo_de_caso.htm>. Acesso em 05 abr. 2012.

COSTA, Marilena Fragas. Noções básicas de conservação preventiva de documentos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CICT, 2003. Disponível em: <<http://www.bibmanguinhos.cict.fiocruz.br/normas-conservacao.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2009.

CASTRO, Aloísio Arnaldo Nunes. Acervo. A preservação documental no Brasil: notas para uma reflexão histórica. Rio de Janeiro, v. 23, nº 2, p. 31-46, jul./dez.2010.

DICIONÁRIO BRASILEIRO de Terminologia Arquivística. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro 2005. Disponível em: <www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dic%20Term%20Arquiv.pdf> e acessado em: 07/05/12>

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto nº 135 de 18 de julho de 1908. Declara que a Bibliotheca Pública Estadual continuará sob a superintendência de instrução pública primária e secundária e crêa o arquivo público espírito-santense. Decretos do Presidente do Estado 1902 a 1908. Vitória, Imprensa Estadual, 1911, p. 222 - 223.

_____. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Serviços: Digitalização de Imagens; Ampliação de Microfilmes em Papel Fotográfico; Transcrição de Documentos; Microfilmagem de Documentos; Atendimento ao Público e outros. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/servicos.htm>> Acesso em 14 de abr. 2012.

_____. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Histórico: O Arquivo é transformado em Órgão de Regime Especial, pela Lei nº. 3.932, de 14.05.1987. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/historico.htm>> Acesso em: 25 de maio 2012.

_____. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Histórico: O Arquivo é reestruturado pela Lei Complementar nº. 47, de 22.3.1994. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/historico.htm>> Acesso em: 25 de maio 2012.

. PROCED - PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DO

ESPÍRITO SANTO. Alessandra Baptista Lyrio, Cristiani Storch Perez, Herlon Nardoto Gomes e Sandro Pandolpho da Costa. 2005. <<http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00001990.pdf>>

_____. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Histórico: Datas-limites do Acervo: 1534 - 1822 (docs. Microf.), 1768 - 2006 (docs. Origs.). Fundado em 18 de jul. 1908. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>> Acesso em 14 de abr. 2012.

_____. Lei complementar nº 370 de 03 de junho de 2006. Reorganiza o Arquivo Público Estadual - APE e dá outras providências. Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. Gerência de atos legislativos. Disponível em: <<http://governoservico.es.gov.br/scripts/portal180.asp?pagAtual=1>> Acesso em 27 mai. 2012.

FERRÃO, Maria Teresa da Silva Neves. Revista Brasileira de Arquivometria, restauração e conservação. Integridade do papel e a estética na restauração da obras raras, vol. I, nº 6, p. 349 - 352.

JARDIM, José Maria. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 197-213, mar., 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.Php/liinc/article/viewfile/409/283>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a restauração. In: BOITO, Camillo. Os restauradores. 2 ed. Ateliê Editorial, 2003, p. 9 - 28.

LARROYD, Suzana. Trabalho de Conclusão de Curso, "Políticas de Preservação". Dissertação apresentada ao programa de Mestrado da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, p. 32. Belo Horizonte, 2002.

LOPES, Luis Felipe; MONTE, Antônio Carlos. A qualidade dos suportes no armazenamento de informações. 104p.; 23cm. Florianópolis: Visual Books, 2004.

MATTAR, Eliana. Acesso à informação e política de arquivos. In: JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas, p. 37 - 45. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MATTAR, Eliana. Acesso à informação e política de arquivos. In: LISSOVSKY, Mauricio. Quatro + uma dimensões do arquivo, p. 47 - 63. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MCGARRY, Kevin. O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória / Kevin McGarry; tradução de Helena Vilar de Lemos. - Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 1999.

OLIVEIRA, Rose Tenório. Enc. Bibl.: R. Eletr. Bibliot. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2011. ISSN e 1518-2924. Políticas arquivísticas e suas implicações na preservação, no acesso e no uso dos documentos. 1518-2924. 2011, v.16, nesp1, p60. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.Php/> Acesso em: 05 de abr. 2012.

PALETTA, F. A. C.; YAMASHITA, M. M. Manual de higienização de livros e documentos encadernados. São Paulo: Hucitec, 2004. Disponível em: <www.Arquivistica.net. Rio de Janeiro, v. 2, nº 2, p. 172 - 184 ago./dez. 2006>.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. XII Enancib (Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação). Comunicação oral. Política de informação como documento público no estado informacional, p. 1483 – 1496. Brasília, Distrito Federal, 23 a 26 out.2011.

SANTOS, Wanderley Batista dos. Gestão de documentos eletrônicos: uma visão Arquivística. A conservação e preservação de documentos eletrônicos – Brasília: ABARQ, 2002.

SANT'ANNA, Marcelo Leone, aput, Hedstrom (1996). A digitalização de documentos de arquivo: o caso das plantas de parcelamento do solo de Belo Horizonte. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, p. 29. Belo Horizonte, 2002.

SILVA, Sergio Conde de Albite. A preservação da informação na Arquivística Contemporânea. Arq. & Adm. Rio de Janeiro, v.5, n.1, jan/jun 2005.

_____. Ciência e tecnologia na preservação da informação. Acervo, Rio de Janeiro, v. 17, nº 2, p. 41 – 70 jul/dez 2004.

_____. A preservação da informação Arquivística Governamental nas Políticas Públicas do Brasil. Políticas Públicas. Rio de Janeiro: AAN/FAPERJ, 2008.

SOARES, Sandra Maria Veríssimo. Ágora. O microfilme e o digital: as duas faces da preservação. Florianópolis, v. 21, n. 43, p. 5 – 35, ago./dez.2011.

VITÓRIA (Cidade). Poder Executivo Vitória. DIÁRIO OFICIAL. Espírito Santo, 2006, p. 4.

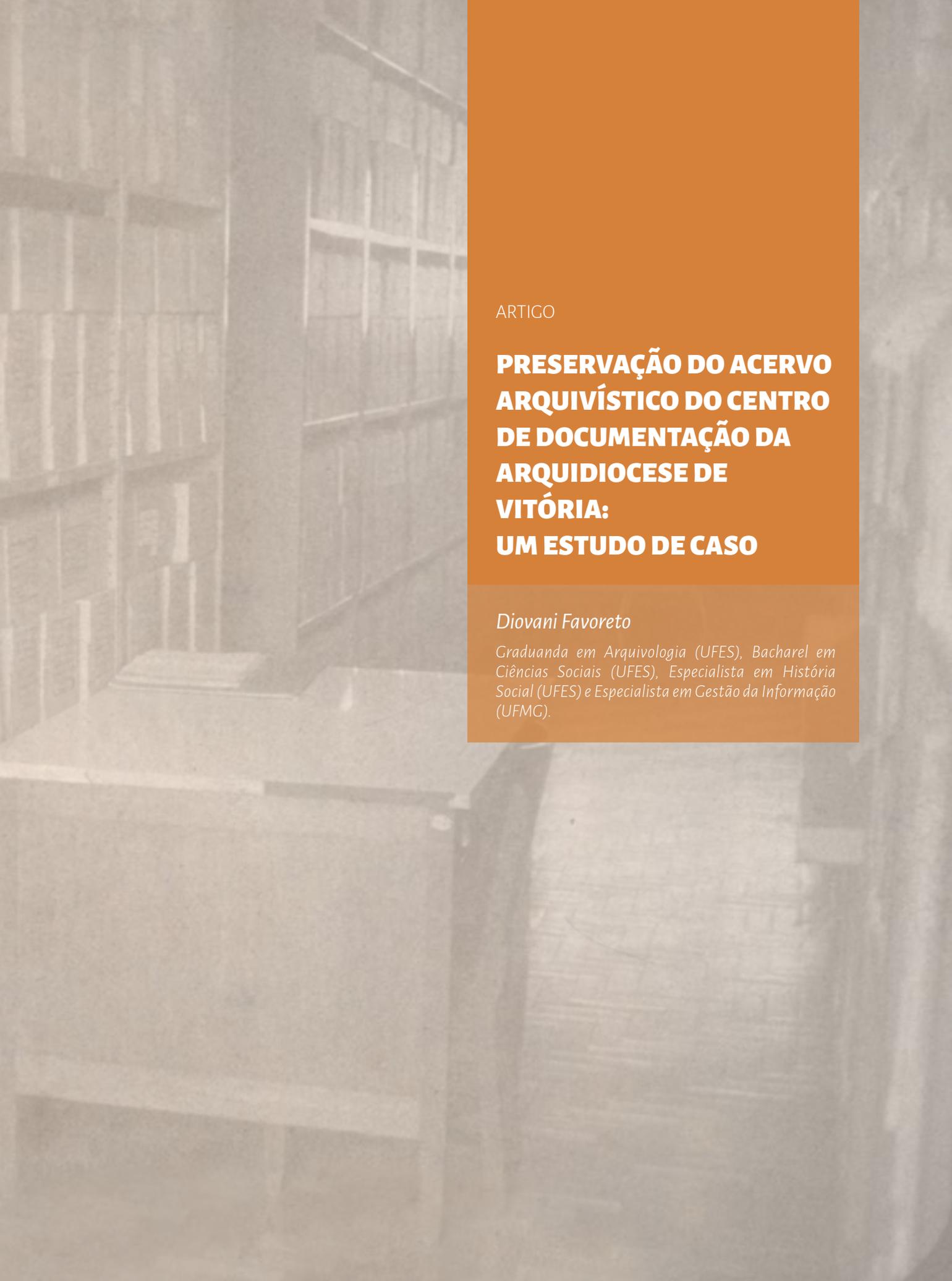
ZÜÑIGA, Solange Sette G. de. Registro. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos. Ano I, n. 1, jul. 2002. p. 71 – 89.

Recebido em: 11/04/2018

Aprovado em: 04/06/2018







ARTIGO

**PRESERVAÇÃO DO ACERVO
ARQUIVÍSTICO DO CENTRO
DE DOCUMENTAÇÃO DA
ARQUIDIOCESE DE
VITÓRIA:
UM ESTUDO DE CASO**

Diovani Favoreto

Graduanda em Arquivologia (UFES), Bacharel em Ciências Sociais (UFES), Especialista em História Social (UFES) e Especialista em Gestão da Informação (UFMG).

Resumo

O presente artigo é fruto da sistematização do plano de trabalho para a preservação de acervo arquivístico permanente do “Centro de Documentação Dom Luis Gonzaga Fernandes” ou “Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória – CEDAVES”. Trabalho realizado entre 2010 e 2014 quando 938 livros de assentamentos eclesiásticos de batismos, matrimônios e óbitos, além dos livros de registros administrativos (1821 e 2002) sofreram tratamento técnico abrangendo conservação preventiva, descrição arquivística e digitalização da documentação permanente, a partir de métodos e regras da “Norma Brasileira de Descrição Arquivística” e “Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes”, ambos do “Conselho Nacional de Arquivos” - CONARQ.

Palavras-chaves: Conservação preventiva, Descrição arquivística, Digitalização de acervo, Gestão da Informação, Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória-ES.

Abstract

This article is the result of the systematization of the work plan for the preservation of the permanent archival collection from the “Centro de Documentação Dom Luis Gonzaga Fernandes” or “Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória – CEDAVES”. This work was carried out between 2010 and 2014 when 938 books of ecclesiastical records of baptisms, marriages and deaths (1821 e 2002), in addition to the books of administrative records, underwent technical treatment that covered: preventive conservation, archival description and digitization of permanent documentation, based on methods and rules from the “Norma Brasileira de Descrição Arquivística” and “Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes”, both from the “National Council of Archives” - CONARQ.

Keywords: Preventive Conservation, Archival Description, Collection Digitization, Information Management, Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória-ES.

Introdução

Nas dependências do Convento São Francisco de Vitória-ES está guardada documentação de importância histórica para o Estado do Espírito Santo. Tal acervo abriga informações relevantes para a identidade e cultura local, considerando que contém uma vasta documentação eclesiástica sobre genealogia e história do povo capixaba.

Esse acervo produzido pela Igreja Católica Apostólica Romana, em território espírito-santense, com um recorte temporal que vai de 1821 a 2002, abriga material histórico importante para se entender a composição social, política, cultural e econômica do Espírito Santo.

Desde que foi criada, em 1892, e desmembrada da Diocese do Rio de Janeiro, a Diocese do Espírito Santo gera documentação eclesiástica importante para a produção historiográfica capixaba. Enquanto

os documentos anteriores ao século XIX encontram-se armazenados nos arquivos cariocas e compõem ainda um universo inexplorado de informações, o acervo permanente, abrigado em Vitória contou, a pouco mais de cinco anos, com a criação de um centro de documentação responsável pela preservação e difusão de tal acervo.

Em 2005, foi inaugurado o “Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória” - CEDAVES (caracterizado como entidade custodiadora)¹, um espaço destinado à guarda, organização e difusão de documentos eclesiásticos arquivísticos interdiários e permanentes. Os livros do Arquivo Perma-

¹ Entidade Custodiadora: entidade responsável pela custódia e acesso a um acervo. Também chamada custodiador. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.84)

nente da Arquidiocese de Vitória, antes tutorados pela administração do Gabinete do Chanceler arquiocesano e guardados precariamente em uma das salas do Convento São Francisco de Vitória, foram automaticamente transferidos para o CEDAVES, em sua totalidade. Junto à administração do Chanceler permaneceu apenas o “Arquivo Restrito da Arquidiocese”.

Entre o conjunto de códices de maior representatividade pertencente ao acervo podemos citar os assentamentos eclesiásticos de batismo, casamento e óbito. Estes livros englobam documentos pertencentes às diversas cidades do Espírito Santo, a partir do início do século XIX (Livro de registro de Batismo de Viana – 1831) até os anos 2002 (Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Serra), incluindo nesse acervo assentamentos de escravos, indígenas e de filhos dos migrantes e imigrantes que ajudaram a constituir as particularidades da cultura capixaba².

Além desses, o acervo possui diversos outros documentos, num universo de aproximadamente 174 volumes identificados, distribuídos entre livros tombo, correspondências expedidas e recebidas, provisões e protocolos e atas de assembleias - datadas do início do século XVIII (Livro da Irmandade São Benedito do Rosário de Vitória – 1833) até a década de 1950 (publicação ainda inédita).

Após a criação do Centro, um trabalho inicial foi realizado buscando acondicionar o material em caixas-arquivo, tendo como objetivo o acesso público, com uma pequena organização, em parceria com profissionais e alunos dos cursos de História da Universidade Federal do Espírito Santo e da Faculdade Saberes de Vitória. Essa mesma dinâmica de parceria foi empregada no acondicionamento e identificação das correspondências eclesiásticas, do mesmo acervo.

O acervo de assentamento e administrativo encontrava-se, em sua maioria, em estágio avança-

do de degradação, impedindo seu acesso, consulta e estudo. Tornando-se imperativo, assim, para a equipe que trabalhava na conservação do material, a busca de formas de preservação e difusão das informações contidas nos documentos históricos sob a guarda do CEDAVES.

Segundo Heloisa Bellotto, a necessidade de preservação pode ser assim resumida:

Por um lado, é preciso preservar como patrimônio esses conjuntos orgânicos de informações e respectivos suportes, por motivo de transmissão cultural e visando à constituição/reconstrução incessante das formas de identidade de um grupo social como tal; por outro, é imprescindível assegurar aos historiadores o testemunho de cada geração, o modo de pensar e de atuar de seus elementos quando em sua contemporaneidade (BELLOTTO, 2006, p.263).

O presente artigo, elaborado como trabalho de conclusão do Curso de Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural, na linha de pesquisa de Gestão da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tem por finalidade: fornecer subsídios para a aplicação de projetos específicos (a partir da descrição do trabalho realizado pela equipe do Centro de Documentação) buscando apontar as principais tarefas utilizadas para a preservação e a difusão do acervo documental do CEDAVES, com ênfase nas atividades de descrição do acervo para o acesso à informação.

Para isso, o detalhamento da metodologia desenvolvida torna-se fundamental, seguido de um plano de trabalho com as atividades de *conservação, arranjo, descrição e difusão*, baseado nos princípios da teoria arquivística.

Resumidamente, foi necessário o arranjo e descrição dos itens que compõem o acervo, a conservação através de técnicas não agressivas ao papel e a digitalização dos documentos e a posterior disponibilidade do catálogo na rede mundial de computadores, para que assim fosse explorado todo o potencial de informações presentes nos livros e manuscritos.

² Em 2014 foi lançada a versão impressa do “Catálogo de Livros eclesiásticos da Arquidiocese de Vitória-ES (1821-2002)”.

O foco principal do presente estudo é apresentar os métodos de conservação do acervo pertencente ao arquivo histórico do Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória, inclusive com a descrição dos melhores procedimentos encontrados. Bem como, apresentar uma metodologia de acesso à informação depositada nos documentos para pesquisadores e a comunidade de maneira geral.

Passemos então aos pormenores do diagnóstico e das atividades sugeridas para o bom desempenho do trabalho de preservação e difusão.

Estudo de caso

Em um primeiro levantamento identificou-se a presença de agentes biológicos danificadores como insetos xilófagos, fungos decorrentes da umidade e todo tipo de sujidade, desde poeira, fuligem, cinzas, excrementos, bem como cliques, grampos, trilhos metálicos, fitas adesivas e sedimentos, acumulados ao longo do tempo.

Alguns documentos necessitavam de restrições de acesso devido ao estado de conservação, sendo, portanto, imprescindível sua higienização e acondicionamento.

Havia, ainda, uma necessidade absoluta de se organizar o acervo em Fundos e Séries Documentais, respeitando-se a ordem original em que foi produzido. Ordem essa que a princípio foi preservada, respeitando-se o Princípio da Proveniência³. Isso porque, quando foi transferido para o CEDAVES, o grupo documental apresentava uma ordem coesa, conforme a dinâmica e as atividades desenvolvidas pela entidade produtora do acervo – a Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo. Resumidamente podemos citar que os documentos estavam assim distribuídos:

- **Registros cartoriais ou assentamentos eclesiásticos:**

- Subdivididos em séries por municípios/paróquias,
- **Administrativos;**
- Contábeis;
- Livros tomo;
- Registros de irmandades;
- Provisões;
- Protocolos;
- Atas gerais;
- **Correspondências:**
- Subdivididas em recebidas,
- Subdivididas em expedidas,
- **Legislação eclesial.**

Após o arranjo e a organização física do acervo tornava-se necessário inventariá-lo, conforme a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), como forma de conhecê-lo, organizá-lo e preservá-lo, além de permitir um intercâmbio desses conhecimentos com outros centros de informação do estado e do país.

Esse processo, de forma sistêmica, possibilitou o manuseio e a organização dos dados, no sentido de facilitar o acesso às informações. O arquivo histórico, mesmo centenário, não contava com nenhum instrumento de pesquisa arquivístico.

Além disso, o processo de descrição do acervo reduziu custos, distâncias, tempo e, ainda, o desgaste da documentação ocasionado pelo manuseio direto sempre que se buscava qualquer informação.

Com a criação de um Sistema de Recuperação da Informação (SRI)⁴ o trabalho de busca, por parte dos pesquisadores, tornou-se bastante simplificado. Dessa maneira, muitas informações (principalmente de assentamentos de batismo, ou melhor, registros

3 Princípio da Proveniência: princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136).

4 Sistema de Recuperação da Informação: conjunto de procedimentos, normalmente automatizados, pelos quais referências ou dados contidos em documentos são indexados e armazenados de maneira tal que possam ser recuperados em respostas às questões específicas (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 157).

de nascimento) até então desconhecidos do público capixaba, tornaram-se disponíveis para consulta.

Chegamos então a uma descrição da metodologia de trabalho e das etapas do Plano de Preservação do Acervo Permanente da Arquidiocese de Vitória. Que podem ser divididas em *conservação, arranjo, descrição e difusão do acervo* conforme trataremos nas páginas adiante.

Conservação

Como afirma Ingrid Beck “... o papel envelhece, torna-se amarelado, feltroso ou quebradiço de acordo com os agentes agressores a que esteve sujeito. Seja qual for a causa do dano, este sempre recairá sobre a celulose” (BECK, 1985, p. 11).

Desde que o CEDAVES iniciou suas atividades, em 2005, a técnica responsável, Giovanna Márcia Valfré Pereira, bibliotecária formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), buscou experiências realizadas em outros arquivos permanentes, com o objetivo de melhor adaptar os procedimentos de preservação à realidade dos documentos pertencentes ao Centro de Documentação. Em visita realizada pela profissional à Biblioteca Nacional, em 2007, foram observados os procedimentos que descreveremos a seguir, que se mostraram melhor adaptáveis à realidade do CEDAVES.

Segundo observado pela bibliotecária, no curso ministrado pela restauradora Ingrid Beck, a higienização mecânica seguida pela desinfestação em ambiente de anóxia mostrou ser a melhor solução para a conservação desse acervo documental.

Para retardar o processo de deterioração do acervo sugeriu-se, então, realizar a higienização (mecanicamente) da documentação para eliminar resquícios de agentes biológicos (poeira, fungos, animais xilófagos) e agentes químicos (retirada de fitas adesivas, grampos, prendedores oxidados, etc.).

Nesse processo, os trabalhos de conservação das folhas danificadas foram realizados utilizando

materiais de preservação conhecidos como papel especial neutro, fita reparadora e cola metilcelulose. Os reparos aqui descritos foram, em sua maioria, de pequeno porte como a reparação de folhas rasgadas e lombadas deterioradas.

Após a total limpeza mecânica, a documentação foi acondicionada individualmente em embalagens de polipropileno para a eliminação, por anóxia, de organismos vivos. Nesse processo o uso do agente, à base de ferro, “Absorvedor de Oxigênio”, foi utilizado como suporte para a real eficácia da técnica com a eliminação do oxigênio do interior das embalagens, visando ao retardo da oxidação e a morte por asfixia de qualquer organismo vivo que por ventura contaminasse o manuscrito.

O processo, segundo a literatura existente, é baseado nos trabalhos descritos por Ingrid Beck (BECK, 1985) e Norma C. Cassares (CASSARES, 2000) e segundo estudos já realizados, leva de 30 a 40 dias para completar sua eficácia. Infelizmente as tentativas de aplicação da anóxia se mostraram infrutíferas e optou-se apenas pela limpeza mecânica do acervo.

Após esse período de higienização o material foi embalado, definitivamente, em jaquetas de poliéster (tereftalato de polietileno) e acondicionado em caixas confeccionadas individualmente no formato exato dos livros e fragmentos e depositado em estantes de aço devidamente sinalizadas, visando à facilidade de acesso aos documentos originais.

Arranjo

Essa é uma das fases da tarefa em que se torna imprescindível o apoio de um profissional arquivista. Os trabalhos desenvolvidos nessa etapa referem-se ao arranjo do acervo sob a guarda do Centro de Documentação. O objetivo do trabalho foi gerar um “*Quadro de Arranjo*”⁵ para o Acervo Permanente. Tratou-se

5 Quadro de Arranjo: esquema estabelecido para arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou

de uma etapa importante do processo, pois, respeitando-se o princípio da proveniência e a ordem original, nesse momento pode-se dar consistência aos Fundos e as Séries documentais dos assentamentos eclesiásticos. Nesse caso, encontrar os vínculos orgânicos dos documentos e sua proveniência mostrou-se indispensável no tratamento arquivístico.

Para Heloisa Bellotto o arquivista trabalharia o acervo:

Analisando o material em termo de proveniência; história da entidade; origem funcional ou, atividades específicas das quais os documentos resultam; conteúdo, a extensão dos vários tópicos, eventos e períodos e; tipos de materiais (BELLOTTO, 2006, p.142).

O quadro de arranjo facilitou a identificação dos fundos e séries que compõem o acervo. Isso porque, com a criação do “Sistema de Arranjo”, ou seja, da elaboração dos procedimentos técnicos para “a organização dos documentos, tendo em vista a recuperação da informação de um ou mais fundos”, os documentos foram mais bem descritos.

Como apoio foi utilizado o livreto “Como classificar e ordenar documentos de arquivo”, cuja autora é Janice Gonçalves.

Em um primeiro momento os fundos e séries tiveram os seguintes níveis de arranjo⁶ (lembrando que essa é apenas a estrutura herdada de sua produção), assim identificados: assentamentos eclesiásticos ou registros cartoriais, administrativos, contábeis, livros tombo, registros de irmandades religiosas, correspondências dos bispos, provisões, leis e decretos eclesiais. Subdivididos em séries por municípios/paróquias.

Com a criação do *Quadro de Arranjo*, os livros administrativos foram organizados, em linguagem di-

gital, classificados por tipo e período. Por sua vez, os assentamentos eclesiásticos de batismo, casamento, óbito e ainda os assentamentos de crisma foram organizados por local de origem e período cronológico. O objetivo foi elaborar um quadro geral com todos os códices, fragmentos e documentos avulsos.

Descrição

Depois de concluída a etapa de identificação foi realizada a descrição detalhada do acervo, a fim de gerarmos um *Instrumento de Pesquisa*, ou, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.108), um “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou às informações neles contidas”, esse processo teve como produto final o Catálogo de Livros Eclesiásticos da Arquidiocese de Vitória-ES (2014), em suporte impresso e eletrônico.

Os trabalhos desenvolvidos nessa etapa referem-se à descrição detalhada tanto dos códices históricos quanto dos livros de Batismo, Casamento e Óbito e, por consequência, um *catálogo*⁷ do acervo pertencente ao Centro de Documentação.

Nessa etapa o uso da “Norma Brasileira de Descrição Arquivística” (NOBRADE) tornou-se fundamental e foi usada como referencial teórico para o desenvolvimento das atividades de descrição do acervo. Para melhor exemplificarmos o produto resultante da descrição arquivística, optamos por inserir, no Anexo I, a Série Documental “Capelania da Santa Casa de Misericórdia de Vitória” pertencente ao Fundo Documental “Cúria Metropolitana de Vitória”, objeto do presente artigo.

Quanto à transcrição das informações contidas nos registros de Batismo, este é ainda um trabalho não concluído. As informações básicas serão poste-

atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão adotada em arquivos permanentes (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 141).

6 Nível de Arranjo: Posição dos documentos em uma estrutura hierarquizada de arranjo. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 124)

7 Catálogo: instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 45).

riormente transladadas, através de um Sistema de Recuperação da Informação e alimentará a base digital com os seguintes elementos: nome, filiação, local de origem, ano de nascimento.

Os trabalhos poderão seguir o modelo adotado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, no “Projeto Imigrantes”, onde a Base de Dados constará de um instrumento de Busca, conforme o exemplo: www.imigrantes.es.gov.br. As informações poderão ser transcritas por um grupo de especialistas que, através das técnicas de paleografia, transformarão os dados registrados nos livros de batismo em um banco de informações digitais de fácil manuseio e acesso.

Por fim, disponibilizou-se no site da Arquidiece de Vitória – www.aves.org.br - o catálogo elaborado com as informações geradas pelo trabalho.

Digitalização

Depois de higienizados, e antes de acondicionados definitivamente dentro das jaquetas de poliéster, os livros passaram pelo processo de digitalização, com máquina fotográfica digital, para que as informações fossem consultadas em mídia eletrônica. “A digitalização, portanto é dirigida ao acesso, difusão e preservação do acervo documental” (CONARQ, 2010, p.6).

Certamente, há hoje uma consciência de que o processo de digitalização não é a melhor forma de conservação, pois essa mídia poderá tornar-se obsoleta no futuro e ainda considerar-se-á o alto custo desta técnica. Porém, até o momento, este é o melhor e menos oneroso método encontrado dentro da nossa realidade para que o acervo não desapareça por completo, e, ainda, para facilitar o manuseio da documentação por leigos, sem que esses causem danos ao acervo que, por si só, é único e insubstituível.

Essa é uma das formas de se preservar o manuscrito, com a redução do contato do pesquisador com o documento original.

O processo de captura digital da imagem deverá ser realizado com o objetivo de garantir o máximo de fidelidade entre o representante digital gerado e o documento original, levando em consideração suas características físicas, estado de conservação e finalidade de uso do representante digital. Recomenda-se a digitalização das capas, contracapas e envoltórios, bem como de páginas sem impressão (frente e verso) especialmente quando contiverem sinalização gráfica de numeração e outras informações. No processo de captura digital dos documentos arquivísticos para conversão em imagem, deve-se observar os parâmetros que possam significar riscos ao documento original, desde as condições de manuseio, a definição dos equipamentos de captura, o tipo de iluminação, o estado de conservação até o valor intrínseco do documento original. Os metadados técnicos a respeito do ambiente tecnológico (do documento original, da captura digital, do formato de arquivo digital gerado) e as características físicas dos documentos originais devem ser registrados em planilha e sempre que possível, devem ser encapsulados ao próprio objeto digital ou armazenados em um banco de dados. É necessário que os equipamentos utilizados possibilitem a captura digital de um documento arquivístico de forma a garantir a geração de um representante digital que reproduza, no mínimo, a mesma dimensão física e cores do original em escala 1:1, sem qualquer tipo de processamento posterior através de softwares de tratamento de imagem (CONARQ, 2010, p. 07).

Após a reprodução fotográfica foi criada uma coleção digital com os livros históricos acondicionados em mídia digital individual – CD/DVD, em formato PDF e salvo em Backup preventivo utilizando um HD externo. O objetivo final e principal de todo o procedimento aqui descrito é o livre acesso da comunidade capixaba tanto ao acervo documental em si, quanto às informações históricas neles contidas.

Conclusão

Uma das principais dificuldades encontradas pelos pesquisadores das áreas de História Regional no Estado do Espírito Santo é a carência de documentação sobre o tema. Muitos registros referentes à história do Estado se perderam em tempos passados. No entanto, ainda contamos com um universo importante de documentos, muitas vezes desconhecidos do público geral. Este é o caso do acervo sob a guarda do Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória, que abriga documentação pertinente ao dia a dia da população e acervos relevantes para a historiografia capixaba.

Podemos dizer que a organização, preservação⁸ e acesso às informações contidas no acervo histórico da Arquidiocese de Vitória é a atividade chave do CEDAVES. Isso porque, como mencionou Heloisa Bellotto, esses documentos:

Já ultrapassaram o valor primário, intrinsecamente ligados à razão administrativa e/ou jurídica pela qual foram produzidos e acumulados, e foram preservados em razão do seu valor secundário, isto é, da possibilidade de servirem de prova ou testemunho para efeitos científicos, sociais e culturais (BELLOTTO, 2006, p. 161).

Com a criação do Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória havia uma necessidade absoluta de se organizar e inventariar o acervo histórico como forma de identificar, definir, informar e tornar viável o acesso. O processo (que perpassava pela digitalização), de forma sistêmica, possibilitou o manuseio e a organização dos dados gerais, no sentido de facilitar a efetivação das atividades e adequação das ações.

E, principalmente, facilitar o contato do público em geral com as informações, considerando que hoje

não só a comunidade católica procura os serviços do arquivo da Arquidiocese, pois, a comunidade local vem ao CEDAVES à procura de informações sobre seus antepassados.

Ademais, o documento arquivístico de valor permanente é um bem cultural móvel e componente do patrimônio documental nacional. Como tal, tem direitos devidamente assegurados à sua integridade física e, assim como as outras modalidades de bens culturais móveis, recebe o amparo legal quanto ao seu domínio, guarda e proteção (BELLOTTO, 2006, p. 170).

Além disso, o arquivo histórico da Arquidiocese mostrou-se em importante fonte de pesquisa acadêmica das várias universidades e faculdades existentes no Estado, uma vez que, os registros e relatos do clero capixaba descreviam não apenas as atividades pastorais e a situação arquitetônica dos edifícios religiosos, mas também o cotidiano da população observada e atendida por eles.

Concluindo o presente trabalho, podemos citar a importância dada atualmente à memória da coletividade.

Vivemos um momento histórico em que a iniciativa privada, assim como os órgãos públicos, se voltou para a necessidade da preservação e disseminação da informação coletiva, através da micro e da macro-história, contada também pelos acervos arquivísticos, antes ainda de serem filtrados e impressos em livros de história.

Os documentos permanentes passaram a ter um novo papel social. Não mais vistos como instrumento de prova ou depositários de um passado perdido e isolado do tempo presente, e sim, como disseminadores de “memória vivida, a qual só pode existir nos grupos sociais que apresentam intensa vivência coletiva e forte identidade cultural” (VON SIMSON, 2000, p. 68).

Os centros de memória, como é o caso do CEDAVES, tornaram-se difusores da identidade coletiva que, ao mesmo tempo, definem e perpetuam os grupos sociais que os geraram.

⁸ Preservação: prevenção de deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 135).

Anexo I

Série Documental “Capelania da Santa Casa de Misericórdia de Vitória”, Fundo Documental “Cúria Metropolitana de Vitória”, referente ao acervo arquivístico gerado pela paróquia Santa Casa, recolhido ao Centro de Documentação Dom Luis Gonzaga Fernandes e tratado sob a coordenação de Diovani Favoreto e Giovanna Valfré. Texto extraído do Capítulo 18 do *Catálogo de Livros Eclesiásticos da Arquidiocese de Vitória-ES: 1821-2002* publicado em 2014.

Código de Referência: BR.CMV.SCM

Título: Capelania da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

Data (s): 1853-1996

Nível de Descrição: (3) Série

Dimensão e Suporte: Livro manuscrito – 14 livros

Nome do (s) Produtor (es): Capelania da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

18.1 - Batismos

BR.CMV.SCM.BAT.L.001

Livro de registros de batismos celebrados na capelania da santa casa de misericórdia de vitória entre os anos de 1909 a 1924. *Período:* 1909/1924. *Observações gerais:* alguns registros não constam local de realização do batismo. Registro onde o batismo foi realizado “sub conditione”. Encontrado registro de casamento anulado. *Dimensões:* 33x22x2cm. *Encadernação:* perdida. *Capa:* papelão e ncapado com papel. *Total de folhas geral/ escritas:* 50/50. *Estado de conservação da encadernação e miolo:* capas soltas e lombada perdida. Cadernos e páginas com furos nas primeiras e últimas páginas.

BR.CMV.SCM.BAT.L.002

Livro de registros de batismos celebrados na capelania da santa casa de misericórdia de vitória entre os anos de 1924 a 1932. *Período:* 1924/1932. *Observações gerais:* alguns registros não constam local de celebração do batismo. Registro com batismo realizado “sub conditione”. Encontrado registro de casamento anulado (página 47-verso). Verso da folha 3 e 4 em duplicidade. *Dimensões:* 33,1x22x1,9cm. *Encadernação:* inteira. *Capa:* papelão encapado com papel. *Total de folhas - geral/ escritas:* 50/50. *Estado de conservação da encadernação e miolo:* costura frouxa e lombada rasgada. Capas com sujidades e furos próximos à costura nas primeiras e últimas páginas.

BR.CMV.SCM.BAT.L.003

Livro de registros de batismos celebrados na capelania da santa casa de miseri-

córdia de vitória entre os anos de 1932 a 1941. *Período:* 1932/1941. *Observações gerais:* alguns registros não constam local de celebração do batismo. Alguns registros de casamentos anulados. Registros de crianças batizadas na maternidade santa isabel. Encontrado quatro registros avulsos de casamento. *Dimensões:* 33x22,2x2,5cm. *Encadernação:* inteira. *Capa:* papelão encapado com material sintético. *Total de folhas - geral/ escritas:* 100/100. *Estado de conservação da encadernação e miolo:* capas presas somente pelo tecido e lombada perdida. Algumas páginas soltas.

BR.CMV.SCM.BAT.L.004

Livro de registros de batismos celebrados na capelania da santa casa de misericórdia de vitória entre os anos de 1941 a 1945. *Período:* 1941/1945. *Observações gerais:* alguns registros de batismos no orfanato santa luiza. *Dimensões:* 33x23,4x2,2cm. *Encadernação:* inteira. *Capa:* papelão encapado com material sintético. *Total de folhas - geral/ escritas:* 100/100. *Estado de conservação da encadernação e miolo:* lombada frouxa com manchas devido a acidez.

BR.CMV.SCM.BAT.L.005

Livro de registros de batismos celebrados na capelania da santa casa de misericórdia de vitória entre os anos de 1945 a 1955. *Período:* 1945/1955. *Observações gerais:* alguns registros de batismo anulados nas páginas 56, 68 e 96. *Dimensões:* 41,7x27x3,9cm. *Encadernação:* inteira. *Capa:* papelão com material sintético. *Total de folhas - geral/ escritas:* 150/150. *Estado de conservação da encadernação e miolo:* costura frouxa, capas com furos devido a ataque de insetos, cadernos e folhas soltas com furos nas primeiras e últimas páginas.

BR.CMV.SCM.BAT.L.006

Livro de registros de batismos celebrados na capelania da santa casa de misericórdia de vitória entre os anos de 1955 a 1968. *Período:* 1955/1968. *Observações gerais:* alguns registros não constam local de celebração do batismo. Registros encontrados na enfermaria em “perigo de morte”; enfermaria em “graviter”; enfermaria de “ii classe graviter”; na maternidade “in extremis”. A partir da página 146 o livro está em branco. *Dimensões:* 41x27,5x4cm. *Encadernação:* inteira. *Capa:* papelão encapado com material sintético. *Total de folhas - geral/ escritas:* 150/145. *Estado de conservação da encadernação e miolo:* lombada soltando com furos nas capas, primeiras e últimas páginas. Fitas adesivas em algumas páginas.

BR.CMV.SCM.BAT.L.007

Livro de registros de batismos celebrados na capelania da santa casa de misericórdia de vitória entre os anos de 1991 a 1994. *Período:* 1991/1994. *Observações gerais:* apresenta os termos de abertura e encerramento com a data de 2010. Houve reforma da encadernação. *Dimensões:* 33,3x22,5x2,5cm. *Encadernação:* inteira. *Capa:* papelão encapado com material sintético. *Total de folhas - geral/ escritas:* 133/131. *Estado de conservação da encadernação e miolo:* em

bom estado. Capa com sujidades em bom estado.

BR.CMV.SCM.BAT.L.008

Livro de registros de batismos celebrados na capelania da santa casa de misericórdia de vitória entre os anos de 1994 a 1995. *Período:* 1994/1995. *Observações gerais:* o livro apresenta os termos de abertura e encerramento com a data de 2010. O livro apresenta reforma da encadernação. *Dimensões:* 33x22,1x2,2cm. *Encadernação:* inteira. *Capa:* papelão encapado com tecido. *Total de folhas - geral/escritas:* 101/101. *Estado de conservação da encadernação e miolo:* em bom estado. Com sujidades nas capas.

BR.CMV.SCM.BAT.L.009

Livro de registros de batismos celebrados na capelania da santa casa de misericórdia de vitória entre os anos de 1995 a 1996. *Período:* 1995/1996. *Observações gerais:* apresenta os termos de abertura e encerramento com a data de 2010. Houve reforma da encadernação. *Dimensões:* 33x22x2cm. *Encadernação:* inteira. *Capa:* papelão encapado com tecido. *Total de folhas - geral/escritas:* 150/150. *Estado de conservação da encadernação e miolo:* em bom estado.

BR.CMV.SCM.BAT.L.010

Livro de registros de batismos, casamentos e óbitos da capelania da santa casa de misericórdia de vitória entre os anos de 1853 a 1894. *Período:* 1853/1894. *Observações gerais:* contém registros de batismos, casamentos e óbitos. Não consta termo de abertura. Alguns registros de batismo variam dos anos de 1855 a 1892. Encontrado registro de casamento de africanos, do ano de 1855. Encontrados dois registros de óbitos do ano de 1867. Contém folhas em branco. Consta que foi encerrado devido ao seu estado de conservação. Foi aberto um outro livro nesta mesma data para substituição. Poucos registros sem local da celebração dos sacramentos. Faltam folhas de 01 a 06. Primeiro registro, na folha 07, é de novembro de 1855. Preenchido até folha 13v, com data de julho de 1900. Folhas a partir da 14ª estão em branco. *Dimensões:* 32,2x21,1x1cm. *Encadernação:* inteira. *Capa:* papelão encapado com papel. *Total de folhas - geral/escritas:* 41/13. *Estado de conservação da encadernação e miolo:* capas e costura soltas. Lombada perdida, capas com perdas e furos. Páginas frágeis, com manchas e folhas soltas.

BR.CMV.SCM.BAT.L.011

Livro de registros de batismos e casamentos celebrados na capelania da santa casa de misericórdia de vitória entre os anos de 1865 a 1909. *Período:* 1865/1909. *Observações gerais:* contém registros de batismos e casamentos. Os registros não seguem uma sequência cronológica crescente. O livro inicia-se com os registros de batismo que estão entre 1908 e 1909. Na sequência iniciam-se os registros de casamento, de forma tridentina e forma comum (variando de 1904 a 1909). Na página 23 constam os registros de batismo, de 1901 a 1904. Acontece um novo recorte de tempo e os registros de casamento, entre 1900 a 1902 (páginas 26 a 35). Novamente iniciaram registros de

batismo, de 1904 até 1908. Na página 35 (registro nº 10) consta um matrimônio com remissiva para a página 13 do mesmo livro. É reiniciado novamente com registros de matrimônio, na página 36, datado em 1904, na santa casa. A partir deste momento começam registros que não aconteceram na santa casa. Registro de matrimônio de 1883, realizado na igreja de nossa senhora da vitória. Encontrado, em 1883, registro de matrimônio realizado na igreja de nossa senhora do rosário, em vila velha. Registro de matrimônio na igreja de nossa senhora da vitória, nos anos de 1880 e 1883. Consta um registro de óbito, sem informação do local. Consta uma folha em branco. Na sequência posterior, constam registros de matrimônio celebrados na paróquia de santa cruz, no intervalo de 1875, 1876 e 1885. No meio do livro consta registro informando que os próximos não seguirão a ordem cronológica ou sucessão imediata de datas porque o livro de registros estava em poder do vigário e só foi novamente entregue em 1871. Após este registro há casamentos na vila de nossa senhora de santa cruz, entre 1870 e 1871. Entre 1868 e 1869 constam matrimônios celebrados na paróquia de nossa senhora da penha da vila de santa cruz, matrimônio na paróquia da igreja de nossa senhora da conceição do riacho. Em 1883, matrimônio na paróquia de nossa senhora da vitória. Em 1880, na vila do espírito santo. No meio do livro há um visto da visita pastoral, por dom joão nery (1897), bispo diocesano. Consta no meio do livro um termo de encerramento de 1864. Após o termo de encerramento recomeçam os registros na igreja de nossa senhora da penha de santa cruz, página 12 no meio do livro. Estes registros compreendem o período de 1865 a 1885. Há também registro de visita e recomendações do bispo pedro m. De lacerda. Nas duas últimas páginas do livro os registros voltam a ser celebrados na capela de santa casa de misericórdia, entre os anos de 1902 e 1903. *Dimensões:* “não disponível”. *Encadernação:* “não disponível”. *Capa:* “não disponível”. *Total de folhas - geral/escritas:* “não disponível”. *Estado de conservação da encadernação e miolo:* “não disponível”.

18.2 - Casamentos

BR.CMV.SCM.CAS.L.001

Livro de registros de casamentos celebrados na capelania da santa casa de misericórdia de vitória entre os anos de 1909 a 1923. *Período:* 1909/1923. *Observações gerais:* alguns matrimônios celebrados na forma tridentina. Um registro de casamento anulado. Alguns registros de matrimônio ocorridos na capela da vila rubim por ocasião das missões (de 11 a 19 de abril de 1923) e assentado no livro por autorização do exmo. Bispo, em 1923. *Dimensões:*

33x23x1,4cm. *Encadernação*: inteira. *Capa*: papelão encapado com papel e com material sintético na lombada. *Total de folhas - geral/escritas*: 49/49. *Estado de conservação da encadernação e miolo*: costura frouxa. Com furos nas primeiras páginas.

BR.CMV.SCM.CAS.L.002

Livro de registros de casamentos celebrados na capelania da santa casa de misericórdia de vitória entre os anos de 1923 a 1933. *Período*: 1923/1933. *Observações gerais*: encontrado registro de casamento realizado na vila rubim (verso da página 4). *Dimensões*: 32,5x21,7x1,2cm. *Encadernação*: inteira. *Capa*: papelão encapado com papel e com material sintético na lombada. *Total de folhas - geral/escritas*: 50/50. *Estado de conservação da encadernação e miolo*: capas e costura soltas. Capas com sujidades, páginas frágeis nas bordas e folhas soltas.

BR.CMV.SCM.CAS.L.003

Livro de registros de casamentos celebrados na capelania da santa casa de misericórdia de vitória entre os anos de 1933 a 1969. *Período*: 1933/1969. *Observações gerais*: alguns registros sem a especificação do local onde foi celebrado o casamento. A partir da metade da página 72, os registros estão em branco. *Dimensões*: 32,4x22,2x2cm. *Encadernação*: inteira. *Capa*: papelão encapado com papel e com material sintético na lombada. *Total de folhas - geral/escritas*: 100/72. *Estado de conservação da encadernação e miolo*: capa da frente e lombada perdidas. Costura frouxa e primeiras páginas soltas.

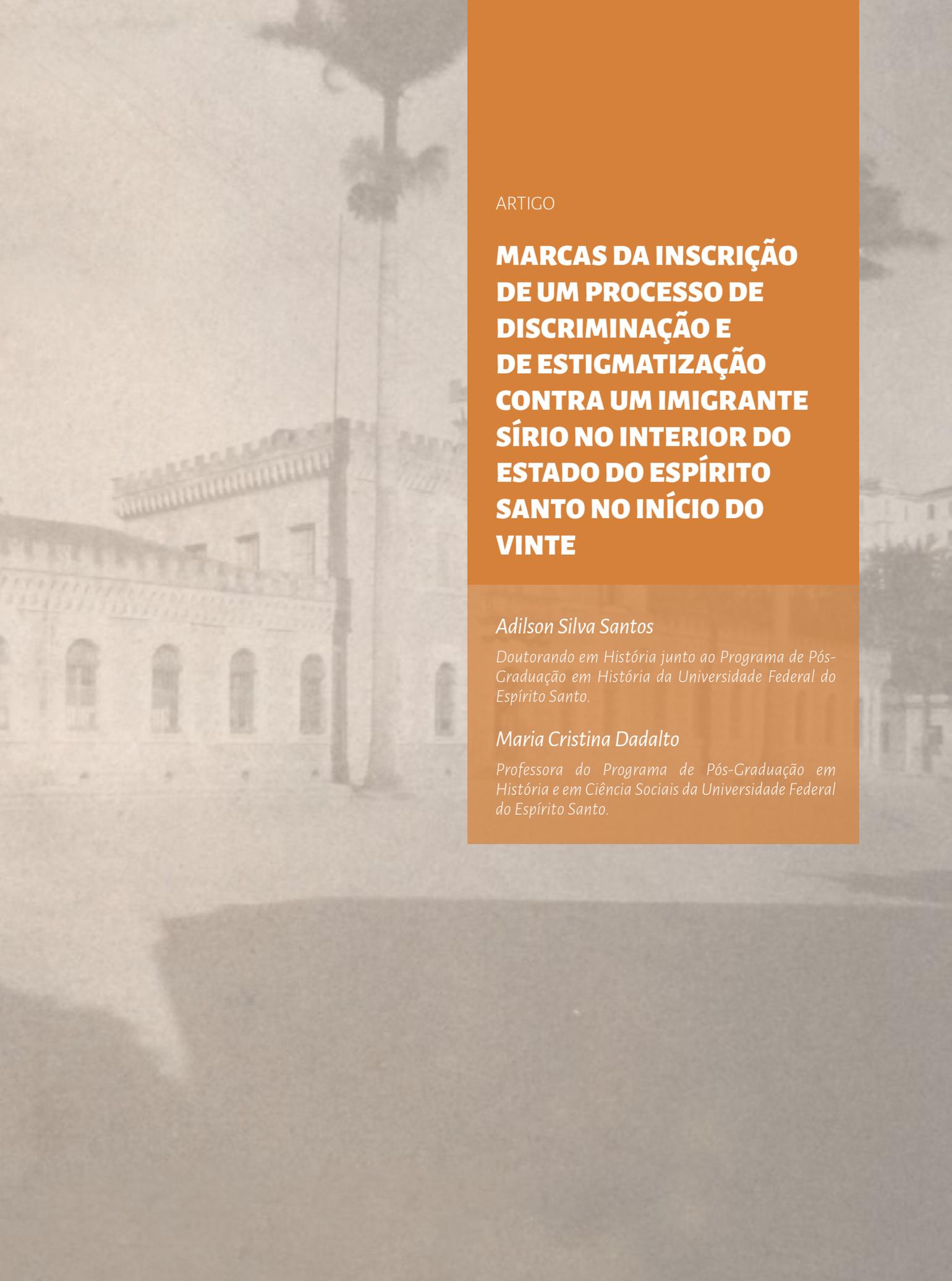
Bibliografia

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Publicações Técnicas; nº 51, 2005.
- BECK, Ingrid. *Manual de conservação de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.
- BELLOTTO, Heloisa L. *Arquivos Permanentes: tratamento documental - 4ª Ed - RJ*: Edit. FGV: 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Normas Brasileiras de Descrição Arquivística*. RJ: Arquivo Nacional, 2006.
- CATÁLOGO DE LIVROS ECLESIASTICOS DA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA-ES: 1821-2002. / Centro de Documentação Dom Luis Gonzaga Fernandes / preparado sob a coordenação de Diovani Favoreto, Giovanna Márcia Valfré Pereira. – Vitória-ES: Empório Capixaba Projetos Culturais, 2013.
- CALDAS, Esther B. *Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- CASSARES, Norma C. *Como fazer conservação preventiva em arquivo e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.
- CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*. Arquivo Nacional. 2010.
- COSTA, Marilene Fragas. *Noções básicas de conservação preventiva de documentos*. Rio de Janeiro: CICT/FIOCRUZ, 2003.
- DUARTE, Zeny. *Preservação de documentos: métodos e práticas de salvaguarda*. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2003.
- FRONER, Yacy-Ara. *Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva*. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.
- FRONER, Yacy-Ara. *Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios*. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.
- GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivos*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.
- HAZEN, Dan. *Planejamento de preservação e gerenciamento de programas*. 2. Ed. RJ: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.
- OGDEN, Sherelyn. *Armazenagem e manuseio*. 2. Ed. RJ: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.
- OGDEN, Sherelyn. *Reformatação*. 2. Ed. RJ: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.
- VON SIMSON, Olga R. de M. *Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da UNICAMP*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.) *Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias: Questões para a história da educação*. SP: Autores Associados, 2000.

Recebido em: 10/04/2018

Aprovado em: 25/05/2018





ARTIGO

**MARCAS DA INSCRIÇÃO
DE UM PROCESSO DE
DISCRIMINAÇÃO E
DE ESTIGMATIZAÇÃO
CONTRA UM IMIGRANTE
SÍRIO NO INTERIOR DO
ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO NO INÍCIO DO
VINTE**

Adilson Silva Santos

Doutorando em História junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

Maria Cristina Dadalto

Professora do Programa de Pós-Graduação em História e em Ciência Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Resumo

Este artigo analisa os desdobramentos de um caso policial envolvendo um delegado de polícia e um imigrante sírio no ano de 1921 na cidade de Iconha, localizada no interior do estado do Espírito Santo. Discute como esse imigrante foi tratado pelas autoridades policiais e busca, a partir de um caso específico, debater as relações de poder tecidas entre instituições e sujeitos considerados outsiders. Reflete sobre os indícios de discriminação e de preconceito estigmatizador que sinalizam alguns marcos que construíram tal processo. A discussão se respalda nas categorias de estigma e de outsider. A fonte utilizada é um processo disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Imigração sírio e libanesa, Iconha, Estigma, Outsider, Espírito Santo.

Abstract

This work focuses on the unfoldings of a police case involving a Head of Police Officer and a Syrian immigrant in 1921 at Iconha, a small city located in countryside of the state of Espírito Santo. It discusses how the authorities treated the Syrian immigrant and, from a specific fact, debates the power relations structured by institutions and subjects characterized as outsiders. It analyzes the prejudices and stereotypes that constructed this process. The discussion is based on the categories of stigma and outsider. The source is available at the Public Archive from the state of Espírito Santo.

Keywords: Syrian-Lebanese immigration, Iconha, Stigma, Outsider, Espírito Santo state.

Introdução

A partir do último quartel do século XIX, o Brasil se tornou destino de imigrantes libaneses, sírios e turcos. Vale lembrar que, naquela época, o país experimentava um processo intenso de assentamento de imigrantes vindos de diversos países da Europa e da Ásia por meio de um projeto político governamental, mas a entrada dos sírios e dos libaneses se deu por conta própria. Eles vinham fugindo de situações adversas e por razões várias tinham passaportes que os inscreveriam em diferentes grupos étnicos e sociais no país. Como a região da qual faziam parte estava sobre domínio do Império Turco Otomano até o fim da Primeira Guerra Mundial, muitos possuíam passaportes turcos, sendo classificados como turcos ou turco-árabes, inclusive nos censos demográficos.

Nos documentos cartoriais, como registros de nascimento, casamento e de óbito, ou em testamentos e/ou inquéritos policiais, aparecem também como sírios, embora muitos fossem oriundos de Beirute, por exemplo, que é uma cidade libanesa. Isso se

explica pelo fato da Síria e do Líbano serem considerados parte da chamada Grande Síria até a Primeira Grande Guerra, região pertencente aos otomanos (TRUZZI, 1997). Segundo Campos (1987), em terras capixabas, os libaneses somente serão tratados como tal na década de 1940.

No Espírito Santo, a imigração síria e libanesa se configurou de forma marcante e em diferentes dimensões: econômica, social, cultural e política. Segundo Campos (1987),¹ no final dos Oitocentos, os imigrantes sírios e libaneses que vieram para as terras capixabas, se localizaram primeiramente na região de Itapemirim. Tal escolha era motivada pelo fato da região ocupar uma posição importante no comércio à época, e também em função da existência de um porto pelo qual se escoava a produção do vale do Itapemirim.

¹ Em sua pesquisa, Mintaha Alcuri Campos encontrou apenas libaneses nas três cidades capixabas que pesquisou: Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Alegre.

Contudo, essa escolha não se apresentava como um roteiro determinista para seguir o percurso do rio em direção ao interior da região. Ao contrário, muitos preferiram se fixar na Vila de Itapemirim, localizada no litoral, por se tratar de um importante centro urbano. Outros optaram por marchar em direção às regiões produtoras de café, tanto as do Espírito Santo quanto as de Minas Gerais. Vale ressaltar que a rede migratória que integrava esses dois grupos migrantes assentados em terras capixabas possuía forte elo com o fluxo de sírios e libaneses localizado em Minas Gerais (CAMPOS, 1987).

Como não eram subvencionados pelo governo, os imigrantes se instalavam por conta própria, recebendo, em geral – quando isso ocorria –, uma ajuda promovida por meio da rede de parentes e amigos patrícios já assentados. Desse modo, ao se estabelecerem, tinham como ocupação, principalmente, atividades vinculadas ao comércio: primeiramente a mascateação e, depois, a fundação de casas comerciais.

Este estudo propõe, com base na micro-história, debater as relações de poder tecidas entre instituições e imigrantes sírios e libaneses no Espírito Santo. A discussão se respalda nas categorias de estigma e de *outsider* com vistas a refletir sobre os indícios de discriminação e de preconceito estigmatizador que marcavam as disputas entre diferentes grupos sociais e econômicos estabelecidos no estado.

Para tal, utilizou-se como suporte analítico um processo criminal envolvendo o imigrante árabe Jorge Aarão e o delegado de polícia de Piúma, Manuel Eugenio Portinho. Procurou-se, por meio dos desdobramentos do caso, apreender os indícios das relações de poder constituídas, plenas de discriminação e de estigma, as quais possibilitaram que o policial negligenciasse cinco queixas do imigrante. A fonte utilizada é o processo inscrito sob o número 1733, caixa 3, datado do dia 05 de setembro de 1921, disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Jorge Aarão é um imigrante sírio que se instalou no sul do Espírito Santo, e cuja trajetória envolveu a mascateação no início de sua estadia no Brasil,

e, posteriormente, o estabelecimento de um comércio. Sua inserção em terras capixabas não se deu isenta de dificuldades. Comerciante de origem síria², Aarão, 48 anos, era casado e pai de um filho, residindo – à época do recorte do estudo em caso – em Monte Belo, Iconha. De acordo com Campos (1987), ele se assentou na região de Monte Belo em 1897. Aos 33 anos, após mascatear em diversos municípios do Espírito Santo e de Minas Gerais e amealhar recursos, comprou uma propriedade em Monte Belo, iniciando um comércio.

A análise das categorias estigma e *outsider* se apoia nas perspectivas teórico-metodológicas de Goffman (1988) e Elias e Scotson (2000). Para Goffman (1988), o termo estigma pode ser usado em referência a um atributo profundamente depreciativo. De acordo com ele, podem ser mencionados três tipos de estigma nitidamente diferentes: aquele relacionado à deficiência física, outro às questões vinculadas às fraquezas humanas e, por fim, o que se refere aos estigmas raciais, étnicos e religiosos. Nesta direção, consideramos possível relacionar os casos dos sírios e libaneses aos dois últimos atributos.

Segundo a análise sociológica das relações de poder realizada por Elias, o estabelecido “é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma ‘boa sociedade’, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência” (ELIAS, 2000, p. 7). Já o *outsider* é aquele não membro que está fora dessa “boa sociedade”.

Já em Michel de Certeau (1998) buscamos apoio no conceito de tática, o qual se refere às práticas sem discurso próprio, utilizadas por quem não detém o poder. Refere-se a um ato não planejado para a obtenção de um determinado objetivo. No estudo em pauta, entendemos que, por ser um *outsider* e, portanto, um estigmatizado, a Jorge Aarão coube lan-

2 Embora Mintaha Alcuri Campos (1987) se refira a Jorge Aarão como sendo de origem libanesa, preservamos a origem síria conforme consta do inquérito policial, que é a fonte utilizada para a produção deste artigo.

çar mão de táticas para sobreviver em um ambiente extremamente hostil, com o objetivo de se inserir na sociedade brasileira e capixaba.

Imigração síria e libanesa

A imigração síria e libanesa no final do século XIX ocorreu por razões variadas, entre as quais se destacam a precária situação econômica das terras de origem e a inferioridade sociorreligiosa daqueles que eram cristãos em uma sociedade predominantemente islâmica. Contudo, a industrialização europeia e as consequentes transformações impulsionadas pelo desenvolvimento do capitalismo do final do Dezenove, impactaram significativamente a produção e os mercados locais (TRUZZI, 1997).

Essas mudanças foram pouco a pouco minando a produção “[...] de artesãos independentes ou de trabalhadores rurais que se engajavam em uma produção de pequena escala domiciliar com o intuito de complementar suas rendas” (TRUZZI, 1997, p. 20). O crescimento das cidades e, em decorrência, a criação de um mercado voltado para atender não somente às necessidades locais, mas consumidores de outras regiões, inclusive fora da Síria e do Líbano, também contribuíram para desestabilizar a produção agrícola de subsistência e incitaram o processo migratório.

Murilo Meihy (2016) destaca ainda mais quatro fatores que atuaram decisivamente para motivar a emigração libanesa³: o desprestígio de comunidades árabes no interior de estâncias de poder do Império Otomano, o aumento da influência de potências ocidentais na região, a grande crise industrial da seda na região do Monte Líbano e o recrutamento forçado de súditos árabes para engrossar as tropas otomanas na Primeira Guerra Mundial.

Knowlton (1961) apurou um total de 4.195.832 imigrantes registrados, das mais diversas nacionalidades que adentraram o Brasil entre 1884 e 1943. Desses, italianos e portugueses constituem quase dois terços, e os turco-árabes⁴ aparecem em sexto lugar, com um total de 106.088 imigrantes, o que representou 2,5% da imigração total registrada. Ainda de acordo com Knowlton (1961), o estado de São Paulo foi o que mais recebeu imigrantes, atuando como principal centro de atração de sírios e libaneses. Ao comparar a imigração anual de sírios e libaneses para o Brasil e para São Paulo, entre 1908 e 1939, Knowlton verificou que pouco mais de 50% se dirigiram para o estado de São Paulo (1961). Praticamente, todos os estados brasileiros receberam esses imigrantes, de norte a sul, com destaque para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No Espírito Santo, a região de Itapemirim, entretanto, destacava-se no século XIX como lugar privilegiado de assentamento para esses imigrantes pela existência de um porto fluvial responsável pelo escoamento da produção do sul capixaba, especialmente do café, para o Rio de Janeiro (MORENO, 2016). Para Campos (1987), o café propiciou, efetivamente, a ocupação das terras capixabas, tanto por diferentes grupos produtores⁵, oriundos de regiões cujas condições de plantio se esgotaram, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, quanto por imigrantes vindos de diversos países, como foi o caso dos sírios e libaneses. Mas a produção do café também propiciou a expansão do comércio interno, a construção de ferrovias e a urbanização.

Neste sentido, Campos (1987), avaliou que a fundação de vilas e cidades no sul do Espírito Santo e seu crescimento posterior estão intrinsecamente articuladas à prosperidade decorrente da lavoura cafeeira. Tal fato permitiu a formação de um mercado consumidor, a ampliação do comércio de secos e molhados,

3 Este autor aborda somente o Líbano, mas esses elementos elencados por ele se aplicam à Síria, com exceção da questão da seda do Monte Líbano, região circunscrita ao Líbano.

4 Segundo Clark Knowlton (1961), o uso do termo turco-árabe se explica pelo fato de o governo brasileiro ter assim classificado todos aqueles imigrantes oriundos do Oriente Próximo.

5 Entre esses grupos estão fazendeiros do Rio de Janeiro, além de fazendeiros e mineradores da região de Minas Gerais.

vendas de tecidos, armarinhos, bares, todas estas atividades nas quais os imigrantes sírios e libaneses buscavam sempre se inserir. Além disso, constituiu-se um ambiente para a ampliação do fluxo de trabalhadores não qualificados, biscateiros e ambulantes.

À medida que os imigrantes sírios e libaneses conseguiam se estruturar comercialmente, organizando locais de negócios e ampliando a rede de empreendimentos, simultaneamente se constituíam e aumentavam os conflitos com outros comerciantes já estabelecidos. Tal processo derivava da competição que se tornava mais acirrada. Até porque, dado o modo como os diferentes grupos migrantes e nacionais ordenavam seus negócios, também expandiam o número de clientes (SALETTI, 2001).

Tal competição acontecia, na perspectiva de Truzzi (1991), tendo em vista que, da mascateação à instalação das lojas, os sírios e libaneses implementaram uma verdadeira revolução nas práticas comerciais brasileiras. Com isso, redefiniram as condições para obtenção de lucro e adotaram uma política de venda a crédito. Além disso, revolucionaram ao buscar uma alta rotatividade de estoque, ao inaugurarem liquidações, ao retroalimentarem o próprio negócio, ao reinvestirem nele seus lucros e ao compensarem a redução da margem de lucro pela quantidade vendida.

Assim, esta mudança nas formas de agir e comercializar os produtos, capitaneada por imigrantes e descendentes sírios e libaneses, é um indício importante para entender a marca discriminatória e estigmatizadora criada contra esses grupos migrantes. Afinal, já tendo assentados no país europeus de diversas nacionalidades – muitos vindos com apoio governamental para criar uma nova identidade “branca” e ajudar a construir o país do futuro (LESSER, 2001), além de asiáticos, pode ser considerada muita ousadia para quem já está estabelecido, perder espaço socioeconômico para os árabes.

Nesta direção, é necessário considerar a disputa do espaço socioeconômico no processo de esbranqueamento entre comerciantes brasileiros, sírios e libaneses e de outras nacionalidades, como por-

tugueses. Meihy (2016) aponta essa problemática como pano de fundo central nos conflitos constituídos. Mas também ressalta que, ao longo do tempo, foram acrescidas questões pretensamente políticas e culturais.

Situações, inclusive, que resultaram em campanhas estigmatizantes e difamatórias nos jornais, como é o caso da língua árabe. Por esse motivo, muitos sírios e libaneses evitavam falar em árabe entre si para que os filhos crescessem falando português e fossem assimilados pela sociedade local. Acreditavam que assim não enfrentariam os preconceitos que as primeiras gerações de imigrantes árabes sofreram no Brasil (MEIHY, 2016). Corroborando esse raciocínio, Gattaz⁶ afirma que

A fim de facilitar sua integração à sociedade local, os imigrantes libaneses reelaboraram os estereótipos correntes sob a etnia visando excluir os aspectos negativos e reforçar os positivos, numa tentativa de forjar uma nova identidade que fosse compatível com a tolerância étnica brasileira. Essa nova identidade, ademais, formava-se naturalmente com a adoção da língua portuguesa e a assimilação da cultura e dos hábitos locais – uma identidade mais brasileira do que libanesa (GATTAZ, 2012, p.107).

Entretanto, a estratégia não obteve o sucesso desejado: em todo o território brasileiro, aos sírios e libaneses foram impressas fortes marcas estigmatizadoras. Uma forma de agir nesse sentido era denominá-los turcos ou turcos de prestação. Os diversos autores que tratam da imigração árabe concordam que o termo turco encontra justificativa no fato da quase totalidade dos imigrantes árabes que vieram para o Brasil até a Primeira Guerra Mundial ter passaporte turco, já que a região estava sob o domínio do Império Turco Otomano (TRUZZI, 1997; KNOWLTON, 1961; CAMPOS, 1987).

⁶ Gattaz é outro autor que trata exclusivamente dos libaneses, mas acreditamos que essa situação se aplica aos sírios também.

Porém, muitas vezes, a denominação turco era utilizada com o intuito de ferir e humilhar, de modo que os imigrantes se sentiam envergonhados e ofendidos ao serem confundidos com seus opressores e causadores da emigração (KNOWLTON, 1961). Mas havia também outras expressões, a exemplo de “turco come gente”, que visava atribuir um sentido incompatível com a moral e com os costumes da sociedade brasileira (MEIHY, 2016). Para Truzzi:

Outros elementos pejorativos irão, na maior parte das vezes, correlacionar-se a essa marca, como por exemplo as referências ao rendoso assunto dos casos de trapaças em que se envolveram. Ao defenderem-se, lambuzavam-se, mostravam que de certa forma o assunto fazia sentido, compartilhando das acusações e, como sempre acontecesse nesses casos, fornecendo uma base real para o desenvolvimento de visões estereotipadas, do preconceito (TRUZZI, 1997, p.69).

Também contribuíram para a impressão dessas marcas estigmatizadoras acusações sobre o fato dos sírios e libaneses nunca pagarem impostos, situação comum no caso da mascateação, além de falências fraudulentas que constituíram a base de algumas fortunas (TRUZZI, 1997). As considerações de Truzzi, Meihy, Knowlton e Gattaz demonstram a tessitura na qual sírios e libaneses eram representados no Brasil e se associam à perspectiva sobre estigma de Goffman.

Complementava esse retrato estigmatizador, a representação de desonestidade dos imigrantes, especialmente quando se colocava em dúvida as questões relativas ao caráter individual e de grupo, sobretudo em narrativas sobre negócios feitos com um comerciante sírio ou libanês. Também se fazia associação étnica entre o ser “turco”, no caso o sírio e o libanês, com uma representação de pão-duro e trapaceiro.

Outro aspecto fundamental na argumentação de Goffman (1988), e que consideramos importante na análise porque está presente no caso em estudo, é a questão da aceitação. Quem se relaciona com o

estigmatizado não consegue lhe dar respeito e consideração e, por conseguinte, não consegue aceitá-lo, inseri-lo. Isso acontece porque os aspectos negativos impressos em sua identidade se sobrepõem aos positivos, isto é, àqueles que poderiam contribuir para sua inserção social.

Jorge Aarão é considerado por Campos (1987) o pioneiro da imigração síria e libanesa em Iconha. De acordo com a narrativa dessa autora, sua localização na região possibilitou a instalação de inúmeros imigrantes árabes na localidade, fato que tem aderência com a rede migratória comum a esses grupos e aos demais.

[...] vieram ao seu encontro outros parentes, como Filipe Moyses, Simão Abrão, Moyses Antonio, Nicolau Naschef, Miguel Bassul, Farid Aarão e seu irmão Aarão Francisco e muitos outros que se fixaram em Monte Belo, tornando-se depois grandes comerciantes (CAMPOS, 1987, p.76).

O contexto social e econômico por onde Jorge Aarão transitava, Iconha e Piúma, era de grande efervescência econômica, sobretudo pela produção cafeeira. É importante destacar que esses locais pertenciam, até 1891, a Benevente, hoje o município de Anchieta, e se situam na região sul do Espírito Santo. Piúma, localizada no litoral, apresentou relativo desenvolvimento econômico e urbano em virtude da existência de um porto por onde se escoava a produção de café de algumas localidades, entre as quais Iconha.

Iconha, a partir do início do século XX, passou a se destacar por causa da produção cafeeira e do comércio, passando a ser sede do município, alcançando maior proeminência do que Piúma. As mudanças de nível de importância entre Iconha e Piúma se referem ao fato de que as principais lideranças políticas da região eram moradores de Iconha e, embora Piúma tivesse sido a sede do município por algum tempo, o centro político, econômico e social era Iconha (CAPRINI, 2007).

O café possibilitou essa proeminência econômica e política de Iconha. Também a imigração estrangeira para aquela região, particularmente a de italianos, favoreceu a acumulação de capital e propiciou a criação de um intenso comércio de compra e venda do produto. Necessário ressaltar que o assentamento dos imigrantes italianos em Iconha foi favorecido pela venda de lotes de terras por meio da Casa Comercial Duarte & Beiriz⁷, responsável por uma série de empreendimentos que favoreceram o crescimento de Iconha e circunvizinhança. De acordo com Caprini,

O Duarte reconhecia que os pequenos proprietários seriam consumidores em sua venda e ao mesmo tempo essa seria o local onde deixariam a produção do café. Assim, os comerciantes teriam a produção de café sem o trabalho de lidar com a lavoura, receberiam o produto, apenas comercializando, o que proporcionava maiores lucros (CAPRINI, 2007, p. 68).

Assim, Antônio Duarte⁸, um dos proprietários da Casa Comercial Duarte & Beiriz, enriqueceu⁹ e dominou a cena política da região durante parte da Primeira República, exercendo grande poder e influência sobre os destinos de Iconha. De acordo

7 A Casa Comercial Duarte & Beiriz foi fundada em 1886 pelos portugueses Antônio José Duarte e José Gonçalves da Costa Beiriz. Comercializava secos e molhados, isto é, vendia gêneros alimentícios, ferramentas, tecidos, querosene etc. Comprava a produção de café dos produtores da região e a revendia para exportadores, além da compra e venda de terras (CAPRINI, 2007).

8 Sobre o Coronel Antônio Duarte, indicamos a leitura: CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. O comércio como propulsor do poder político em Iconha: o coronel Antônio Duarte (1889-1915). 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Programa de Pós-Graduação em História, UFES, Vitória.

9 Ainda segundo Aldieris Braz Amorim Caprini (2007), a Duarte & Beiriz adquiria as terras de proprietários falidos ou do governo e as revendia em pequenos lotes aos imigrantes. Como não tinham como pagar à vista, adquiriam a crédito para pagar com a futura venda do café, o que demandava um tempo considerável. Enquanto trabalhavam e esperavam a produção, a colheita e a venda para derrubar as matas, ainda compravam fiado na mesma firma. Assim, deviam à Casa Comercial Duarte e Beiriz tanto as terras que haviam comprado quanto o que compravam fiado e os juros de tudo.

com Caprini (2007), nas duas primeiras décadas do século XX, pode-se verificar a consolidação de uma elite com alto poder aquisitivo na vila de Iconha, fruto dos dividendos oriundos da produção cafeeira.

Os sobrados bem construídos na região central, com fachadas ricas em detalhes, eram uma demonstração da conquista desse poder aquisitivo. Interessante notar que essa elite, à época, era constituída principalmente por imigrantes e descendentes de portugueses. Portanto, quando chegam os sírios e libaneses, eles são considerados *outsiders* que vêm disputar espaço na sociedade e na economia local e regional. E com uma característica a mais a ser observada: carregavam uma marca estigmatizadora que tornava mais complexa as relações de poder estabelecidas.

Assim, o desenvolvimento econômico de Iconha nas duas primeiras décadas do século XX coaduna, em certa medida, com a situação econômica do Espírito Santo na década de 1920, que vivia um momento de prosperidade em virtude da melhora nos preços do café. É consenso entre os historiadores capixabas que o café foi o produto responsável por transformar a realidade do sul do Espírito Santo. O produto atraiu importantes fluxos migratórios: em princípio, de grandes fazendeiros mineiros e fluminenses, e, depois, por meio de política governamental, de imigrantes estrangeiros, como italianos e alemães, além desses, atraiu asiáticos, como sírios e libaneses, estes sem subsídio do governo. Ademais, a valorização do café ajudou na promoção do crescimento de centros urbanos, construção de vias férreas, fortalecimento do comércio etc.

Todavia, o café não apresentou uma expansão estável, mas repleta de altos e baixos, passando por diversas crises, especialmente no final do século XIX e início do XX (SALETTI, 1996). Mas, segundo Wanicck (2008), a economia capixaba vivia um bom momento na década de 1920, porque se beneficiou da elevação continuada do preço do café no mercado internacional, e o governo estadual aproveitou para pagar antigos empréstimos inadimplentes.

Além disso, durante toda década de 1920, houve um “[...] aumento considerável da apropriação de parte do excedente da produção capixaba dentro das fronteiras do Estado” (WANICK, 2008, p. 48). Isso porque, o café do sul, que era exportado quase que na totalidade pelo porto do Rio de Janeiro, passou a ser exportado em quantidade crescente pelo porto de Vitória. O café dessa região foi atraído para a capital por meio da conclusão, na década de 1920, da ferrovia, que ligava Cachoeiro de Itapemirim a Vitória, além de outras regiões do sul capixaba e algumas de Minas Gerais, como Espera Feliz e Carangola.

O imigrante e o delegado

Nessa tessitura de efervescência socioeconômica, e que se complementava com o surgimento de uma elite constituída por imigrantes e descendentes recém-inseridos no território do Espírito Santo, é que Jorge Aarão se estabelece no estado. Vale esclarecer, ainda, que a atividade comercial desenvolvida pelos imigrantes sírios e libaneses em geral dependia de certo grau de urbanização para se efetivar.

Jorge Aarão reclamou com o major José Antunes Vieira, que o delegado de polícia de Piúma, Manuel Eugenio Portinho, foi omisso em relação a cinco queixas que ele teria feito. As queixas de Jorge Aarão chegaram ao conhecimento do Secretário de Interior do Espírito Santo através de uma carta do major José Antunes Vieira. Diante disso, o Secretário de Estado contatou o delegado de Iconha e solicitou que tomasse as devidas providências sobre o caso. O delegado, pressionado pela ordem do Secretário de Interior, tratou de intimar Jorge Aarão para ouvir as suas queixas.

Logo depois de ouvir o sírio, o delegado remeteu ao Secretário de Interior um documento em que apresenta as respostas às queixas de Jorge Aarão. Elas são, no mínimo, estranhas diante da gravidade de algumas questões colocadas por ele, especialmente daquela que, segundo o depoente, colocou em risco a vida de sua família e, posteriormente, a

sua (processo nº 1733, caixa 3, 05/09/1921)¹⁰. A seguir, então, as cinco queixas prestadas e as respectivas respostas do delegado.

A primeira é sobre o roubo de um burro e das mercadorias que ele carregava. Segundo Jorge Aarão, escurecia quando ele fazia o trajeto de Piúma em direção a Iconha com uma tropa de burros carregada de mercadorias oriundas do Rio de Janeiro. Chegando a Iconha, sentiu falta de um dos animais e da carga que levava. De madrugada, mandou dois homens procurarem o animal e o acharam amarrado. Na cena também se depararam com algumas mercadorias espalhadas, além de uma caixa contendo chapéus que os ladrões não conseguiram abrir. Diante do fato, avisou o delegado Veríssimo Moraes.

No depoimento, Aarão ainda declarou que duas mulheres, denominadas Adelaide e Maria, sabiam quem havia praticado o crime, mas não queriam informar o nome do responsável. Uma semana depois houve uma troca do delegado responsável pela região e nada mais foi feito para encontrar o(s) culpado(s). Não foi possível saber a resposta dada pelo delegado porque o inquérito está incompleto no Arquivo Público do Espírito Santo.

A segunda reclamação trata do aluguel de uma casa para dois soldados, feita por Aarão por vinte mil réis por mês. Esse aluguel foi intermediado pelo major José Antunes Vieira, que, vendo que os soldados não tinham onde morar, pediu a Jorge Aarão que alugasse para eles uma casa. Entretanto, os soldados não cumpriram com o compromisso e, passados cinco meses de seguidas cobranças, sem obter sucesso, ele pediu aos soldados que arrumassem outra casa para morar, argumentando que precisava do dinheiro do aluguel.

Queixou-se com o delegado e até com o prefeito, solicitando que fosse descontado o valor do aluguel do salário dos soldados, porém recebeu uma

10 A partir daqui, todas as citações e comentários a respeito desse processo se baseiam no processo nº 1733, caixa 3, de 05/09/1921, consultado e disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

resposta negativa. Apelou ao Secretário de Interior, que lhe respondeu ser obrigação do delegado e da prefeitura arrumar casa ou quartel para que os soldados não ficassem na rua. Quinze dias depois, os soldados desocuparam a casa sem pagar o aluguel, mas antes retiraram uma parede da casa para fazerem, com ela, uma divisão no quartel.

Segundo Aarão, ele ficou sem os aluguéis vendidos e sem a parede da casa, que, agora, não poderia mais ser alugada. Assim, perguntou Aarão aos soldados, de nome Manoel Cruz e Lindolpho Rangel da Silva: “[...] o que adiantavam em ter desocupado a casa derrubando a parede do quarto [...]; que não sabe a quem acusar do roubo do tabuado, nem pode desconfiar de ninguém [...].” O delegado, por sua vez, afirma que o próprio Jorge Aarão não sabe a quem acusar, tampouco desconfia de alguém, isentando-se da responsabilidade de investigação, tendo como suporte a fala do imigrante.

O terceiro caso aconteceu dentro do estabelecimento comercial de Jorge Aarão e envolveu sua esposa, seu filho de nove anos e um indivíduo chamado Maximino Francisco do Nascimento. De acordo com Aarão, em um dia em que estava ausente de seu comércio, Maximino Francisco do Nascimento disse para a esposa de Jorge Aarão que mataria seu marido para se casar com ela. Seu filho de apenas nove anos de idade respondeu: “Seu Maximino, você é velho, está falando com mamãe assim, não tem vergonha?” Maximino, então, lançando mão de uma garrucha, disse: “Eu já matei e mato, e caso com sua mãe”.

Ainda de acordo com o depoimento de Jorge Aarão, dois homens que estavam no estabelecimento comercial tomaram a arma das mãos de Maximino e a entregaram à sua esposa. Embora Maximino pedisse que lhe fosse entregue a arma, ela se recusou. Vendo que não teria a arma de volta, disse: “[...] se não quer me entregar eu tenho uma espingarda velha em casa e venho com ela”.

Ao chegar à casa e saber do episódio, Aarão teria procurado o delegado e denunciado o fato e, de acordo com ele, o delegado apenas perguntou pela

garrucha. Jorge Aarão disse que a arma estava com a sua mulher e que ela não queria entregar enquanto Maximino não fosse preso. Segundo Aarão, o delegado disse que ela não era autoridade para ficar com a garrucha.

Duas semanas depois, afirma o depoente, Maximino teria dormido próximo à sua casa e mandado um recado, avisando que à tarde iria à casa de Jorge Aarão armado com espingarda e facão e que Jorge Aarão deveria esperá-lo. Diante da ameaça, Aarão mandou seu filho procurar o delegado, mas ficou esperando Maximino com uma Winchester na mão “[...] para ver se ele vinha com desaforo ou não e enquanto viesse a polícia, deixando dois camaradas perto da casa para ver se ele viesse com desaforo para pegá-lo [...]”.

Segundo Jorge Aarão, nem Maximino, nem a polícia apareceram. Depois, entregou a garrucha ao tenente de Piúma, João da Costa Simões, e reclamou com ele, mas ouviu que este não tinha exercício em todo o município e ficou assim até aquele momento. Sobre a ameaça de morte feita por Maximino Francisco do Nascimento, o delegado afirmou que o fato ocorreu em uma época em que não havia nenhum policial no município, tampouco delegado, o qual se encontrava doente naquele momento.

A quarta reclamação diz respeito a um problema com um terreno em Iconha. Ele se queixa que alguém teria feito uma cerca, desrespeitando os limites que constavam da escritura e da medição judicial. Procurou o juiz de direito, mas este se encontrava em sua fazenda. Vinte dias depois, quando o juiz já estava na cidade, procurou-o e mostrou-lhe a escritura. De acordo com o depoente, o juiz o teria mandado procurar um advogado para que, por meio dele, apresentasse sua reclamação. Aarão, então, não mais se importou com essa situação.

De acordo com o delegado, essa queixa não é um caso de polícia, mas uma situação em que Jorge Aarão deveria procurar a Justiça, uma vez que se trata de um problema de briga entre donos de terrenos. Para ele, “desde que não tenha havido conflito a evitar, não cabe nenhuma ação da polícia.” A questão

que se coloca a partir da fala do delegado é: se a existência de conflito é motivo para uma ação da polícia, por que a situação que envolveu Maximino, Jorge Aarão e sua família não foi averiguada?

Já a quinta e última queixa diz respeito ao aluguel de uma casa para a prefeitura e para a câmara municipal, que deveria ser pago de três em três meses. Passaram-se duas prestações sem o pagamento e, apesar de duas petições feitas à prefeitura com o objetivo de se obter o valor da dívida, nada aconteceu. Além de não receber, teve de pagar os impostos sobre ele. Sobre essa questão, o delegado diz não ter nada a dizer, apesar de ter sido informado pelo prefeito que este teria chamado Jorge Aarão para um acordo para solucionar o problema dos aluguéis em atraso. O delegado termina o inquérito colocando-se à disposição do Secretário do Interior para qualquer outra providência.

O *outsider* e o estigma

A hipótese aqui levantada é a de que a omissão do delegado de Iconha se deve ao fato de que as queixas são originárias de um imigrante estigmatizado e, portanto, não merece consideração. Além disso, entre os demais imigrantes e descendentes já estabelecidos, muitos deles membros da elite socioeconômica, ele era um *outsider*. Muito provavelmente, se o delegado de polícia reconhecesse nesse indivíduo alguém digno de respeito e consideração, suas queixas seriam valorizadas e investigadas eficazmente. Possivelmente, se as denúncias partissem de outro imigrante ou descendente, os desdobramentos teriam sido outros.

No entanto, no caso de Jorge Aarão, os indícios sobre a conclusão do inquérito conduzem a conclusões opostas, uma vez que suas queixas e argumentos eram desacreditados pelo delegado. Considere-se que apenas o caso da ameaça de morte feita por Maximino Francisco do Nascimento seja um caso da alçada da polícia. Mesmo assim, o inquérito demons-

tra que as pessoas citadas por Jorge Aarão não foram ouvidas, tampouco as pistas que forneceu foram investigadas. Maximino, assim, não foi intimado para depor e prestar esclarecimentos.

O delegado se limitou a dizer o que o próprio Jorge Aarão disse, assegurando que não sabia a quem acusar, lançando a responsabilidade sobre outrem e eximindo-se. A despeito de manter-se persistente em prestar queixas a cada acontecimento, não é possível acreditar que todos os indivíduos sejam sujeitos passivos e que, portanto, não vão reagir às situações em que o estigma lhes é imposto. Por isso, vale a pena lançar mão do conceito de tática, utilizado por Michel de Certeau. Para ele, “[...] a tática é arte do fraco” (CERTEAU, 1998, p. 101).

Sendo um homem que emigrou de seu país de origem em busca de (e obtendo) crescimento pessoal, econômico, Jorge Aarão se utilizou de uma tática para ser ouvido diante da omissão do delegado de polícia: apelou ao Secretário de Interior do Espírito Santo. Por meio de um major¹¹, reclamou do delegado e de perseguição por parte das pessoas da localidade. Provavelmente, boa parte da população, incluindo imigrantes e descendentes de outras etnias, não conseguiria acessar esses sujeitos que se encontram em outra escala social e de poder. De acordo com Certeau (1998, p. 101),

A tática não tem por lugar senão o do outro. [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Conseguiu estar onde ninguém espera. É astúcia.

Jorge Aarão, como elo mais fraco da relação, uma vez que era um imigrante estigmatizado, utilizou-se das astúcias cotidianas na tentativa de burlar uma situação que lhe era extremamente desfavorá-

11 O processo analisado não faz referência ao tipo de ligação que existia entre Jorge Aarão e o major José Antunes Vieira.

vel. Aproveitou a conjuntura e, com astúcia, apelou a uma autoridade superior ao delegado para que lhe fosse garantida a abertura de um inquérito e, conseqüentemente, a apuração dos casos nos quais esteve envolvido, inclusive com sua família.

O inquérito dá pistas de alguns bens de Aarão: uma casa comercial; dois imóveis, um alugado aos soldados, outro à prefeitura e à câmara municipal; um terreno em Piúma; a tropa de burros nas quais transportava as mercadorias quando foi roubado. Saletto afirma que as tropas eram um negócio excelente e que muitas fortunas no Espírito Santo foram construídas através desse ofício. Foram “[...] um meio de ascensão social para os imigrantes. Estavam frequentemente associadas ao comércio, sendo o comerciante também dono de tropas” (SALETO, 1996, p. 28).

No entanto, esses bens não habilitariam o imigrante Jorge Aarão a ver suas demandas atendidas efetivamente, culminado na resolução do caso em seu favor, porque, provavelmente, o estigma pode ter tido mais peso sobre a atuação do delegado. Também pesava sobre Aarão o fato de pertencer a um grupo *outsider* entre os imigrantes e descendentes, colocando-se sempre em posição minoritária nas relações de poder com os estabelecidos. Nem, por isso, passivo diante das situações adversas.

À guisa das considerações finais

Da reclamação de Jorge Aarão sobre o fato do delegado não ter dado importância às suas queixas à resposta ao Secretário do Interior, o que se apreende é uma completa omissão dessa instituição policial frente às suas demandas. Diante da ordem do Secretário de Estado, para que tomasse providências sobre as cinco queixas do sírio Jorge Aarão, o delegado de polícia de Iconha apenas o ouviu, mas permaneceu sem intimar qualquer uma das possíveis testemunhas envolvidas no caso.

Por isso, é possível falar em estigma, uma vez que as marcas que recaíam sobre o sírio residen-

te em Iconha vão, em certos momentos, contribuir para que ele fosse desacreditado e/ou desacreditável, conforme destaca Goffman (1988). Essa situação demonstra que, mesmo utilizando-se de uma tática, as relações de força se estabelecem a partir de matizes que estão além das questões da observância ou inobservância da lei, mas que estão cristalizadas no imaginário de quem tem o poder da investigação, no caso, o delegado.

Esse processo sinaliza, também, sobre diferentes possibilidades de compreensão das relações de poder estabelecidas entre grupos imigrantes e nacionais que se assentaram no estado em diferentes épocas. E como alguns conseguiram se situar como estabelecidos e outros como *outsiders*. Mas, independente da situação econômica e de estar em posição menos privilegiada nas relações de poder associadas à marca estigmatizadora que carregava, Aarão usou os instrumentos que estavam ao seu alcance para que suas queixas fossem ouvidas.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Processos Criminais. Processo 1.733. Caixa 3.

Fontes Secundárias

CAMPOS, Mintaha Alcuri. Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo (1910-1940). Vitória, ES: IJSN, 1987.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. O comércio como propulsor do poder político em Iconha: o coronel Antônio Duarte (1889-1915). 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Trad. Efraim Ferreira Alves. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Lúcia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GATTAZ, André. Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes. 2. ed. Salvador: Pontocom, 2012.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

KNOWLTON, Clark. Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial. Trad. Yolanda Leite. São Paulo: Anhambi, 1961.

LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Unesp, 2001.

MEIHY, Murilo. Os libaneses. São Paulo: Contexto, 2016.

MORENO, Luciano Retore. Itapemirim, como tudo começou. Serra: Formar, 2016.

SALETTTO, Nara. Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930). Vitória: Edufes, 1996.

____. Itapemirim contra os sírios: jacobinismo em versão capixaba? In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA: AUTORITARISMO, REPRESSÃO E MEMÓRIA, 13., 2001, Vitória. Anais. Vitória, UFES, 2001.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1997.

____. De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.

WANICK, Flávio. Aristeu Borges de Aguiar, um presidente atropelado pela história: a política e a economia capixaba durante os anos 1928 a 1930. Vitória: Flor & Cultura, 2008.

Recebido em: 10/05/2018

Aprovado em: 05/06/2018





ARTIGO

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE JOHN THOMPSON E NIKLAS LUHMANN

Normaci Correia dos Santos Sena

Mestranda em Ciência da Informação. Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: normaci.correia@yahoo.com.br.

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o acesso à informação pública na perspectiva dos sociólogos: John Thompson e Niklas Luhmann. Para tanto, buscou-se um debate entre os conceitos dos dois autores, aparentemente distintos entre si: John Thompson, no que diz respeito à visibilidade midiática das informações e sua relevância para as manifestações sociais; e averiguar as convergências teóricas a partir da Teoria dos Sistemas Sociais ou Teoria Sistêmica de Niklas Luhmann para explicar o sistema político no contexto do acesso à informação. Destacando, que ao se ter visibilidade (acesso) de informação, tem-se, possivelmente, ações modificadoras do indivíduo na sociedade. Pretende-se, com isso, encaminhar futuros debates sobre as temáticas.

Palavras-chave: acesso à informação, visibilidade da informação, teoria dos sistemas.

Abstract

This article aims to analyze the access to public information from the perspective of the sociologists John Thompson and Niklas Luhmann. For this, a debate was sought between the concepts of the two apparently distinct authors: John Thompson, regarding the media visibility of information and its relevance to social manifestations; and to ascertain the theoretical convergences from the Social Systems Theory or System Theory of Niklas Luhmann, to explain the political system in the context of access to information. Emphasizing that by having visibility (access) of information, there are, possibly, actions modifying the individual in society. It intends to direct future debates on the issues.

Keywords: Access to information. Visibility. Theory of systems.

Introdução

O sistema político utiliza uma linguagem comum entendida por todos os indivíduos que é a comunicação. Essa linguagem possibilita a troca de informações, permitindo que a sociedade tenha opinião ou ações positivas ou negativas sobre o sistema em questão. Com isso, muitas vezes, o poder popular influencia no comportamento dos representantes do povo, o que exige desse, maior visibilidade e maior controle no que tange à informação pública.

É direito de o cidadão ter acesso à informação que se refere ao interesse do coletivo, a fim de se ter meios de combater a corrupção e exercer, de fato, a democracia. Atualmente, o sistema político brasileiro tem contribuído para o crescimento das práticas de corrupção no país, contudo é possível minimizar quando se há uma ação coletiva. Para isso, contemplada pela Constituição Brasileira e regulamentada pela Lei Federal de nº 12.527/2011, o acesso à informação tornou-se um direito fundamental para todos os cidadãos.

Assim, esse trabalho tem por objetivo analisar o acesso à informação pública na perspectiva dos sociólogos: John Thompson e Niklas Luhmann no que se refere à relevância da visibilidade midiática e a contribuição da Teoria dos Sistemas no contexto político, visando as ações coletivas por consequência do acesso às informações.

Para isso, o texto foi dividido em três seções principais que buscam demonstrar as convergências teóricas a partir da visibilidade informacional no subsistema político. Na primeira parte, é apresentado um breve histórico sobre acesso à informação no Mundo e no Brasil; na segunda parte, discorre-se sobre a visibilidade da informação à luz de Thompson, destacando a importância de se ter uma informação aberta, sem “sigilo”; e na última seção, discutem-se as contribuições de Luhmann para a sociedade da informação.

Pretende-se, com isso, compreender o conceito de informação pública e a sua relevância no contexto

do pensamento de Luhmann e Thompson, mostrando que ao se ter visibilidade (acesso) de informação, têm-se, possivelmente, ações modificadoras do indivíduo na sociedade. Por fim, tecem-se algumas considerações.

Acesso à informação no mundo e no Brasil: aspectos históricos

Organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), entre outros organismos internacionais, reconhecem que o acesso à informação pública é imperioso para a consolidação da democracia. O livre fluxo de informações e a liberdade de expressão são abordados desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos ao trazer no seu artigo 19 o seguinte: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Considerando a relevância do acesso à informação pública, a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção ratifica nos artigos 10 e 13 a necessidade de se ter uma administração pública transparente, e garantindo o acesso eficaz do público à informação, pois é fundamental para o desenvolvimento da cidadania:

Cada Estado-parte deverá (...) tomar as medidas necessárias para aumentar a transparência em sua administração pública (...) procedimentos ou regulamentos que permitam aos membros do público em geral obter (...) informações sobre a organização, funcionamento e processos decisórios de sua administração pública (NAÇÕES UNIDAS, 2007, p. 13, 14).

Esse reconhecimento pelo direito do acesso à informação pública ganha força em várias partes do mundo, possibilitando implementação de leis que regulamentem este direito, a saber: Estados Unidos,

Bulgária, Índia, México e outros. Apesar do modo indolente, no Brasil esse direito surge por uma demanda social com intuito de combate à corrupção. Tradicionalmente, o Estado brasileiro surge como uma instituição autoritária, centralizadora e burocrática, características que confrontavam a inserção dos interesses populares. Depois da ditadura militar, que durou de 1964 a 1985, o Brasil estabeleceu as bases legais do direito de acesso à informação pública por meio da Constituição de 1988. A ditadura militar no Brasil foi um período evidenciado, dentre outras características, pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura e perseguição política. Assim, o Estado mantinha e controlava as informações que eram divulgadas em seu poder.

De acordo com Marilena Chauí (1989), esse período autoritário no Brasil foi definido pela repressão às formas de luta e de organização sociais e populares; e marcado pela centralização do poder, pela interrupção de direitos políticos, sociais, econômicos e culturais à população nos vários períodos da história brasileira; pela ausência de distinção entre o público e o privado, o que dificultou o princípio da igualdade perante a lei.

Diante disso, Rolim (2007) afirma que os meios de comunicação eram versados como uma “invasão cultural”. Pois esse sistema político dominante temia que as informações transmitidas por esses meios de comunicação chegassem aos ouvidos dos revolucionários, e com a apropriação dessas informações estes poderiam criar atitudes “extremas” contra esse sistema político.

Na concepção de John Thompson (1998), o desenvolvimento dos meios de comunicação fez surgir novos tipos de ações que têm características e consequências diferentes, chamados por ele de “ação à distância”:

Enquanto nas mais antigas sociedades as ações e suas consequências eram geralmente restritas ao contexto de interação face a face e às suas circunstâncias, hoje é comum ver os indivíduos orien-

tarem suas ações para outros que não partilham o mesmo ambiente espaço-temporal [...]. (THOMPSON, 1998, p. 92).

Dentre as ações citadas pelo autor, as *formas conjuntas de ações responsivas* são as ações mais adequadas para este estudo, pois para ele:

Os receptores podem responder de maneiras semelhantes e até explicitamente coordenadas, tanto por algum aspecto da mensagem veiculada, quanto por alguma agência relativamente independente operando dentro dos contextos de recepção (THOMPSON, 1998, p. 92).

E foram justamente os triunfos populares e políticos que transformaram o sistema político brasileiro, como exemplo teve as “Diretas Já”, movimento que se manifestou com ímpeto, dentre outros motivos, a promulgação da Constituição de 1988. Cabe lembrar que o direito de acesso à informação não emerge com a CF de 1988. Ele surge, no Brasil, desde 1949 quando se regulamenta a salvaguarda de documentos sigilosos no governo Eurico Gaspar Dutra. Contudo, a CF de 1988 possibilitou o direito de acesso à informação como direito fundamental, com restrições ao acesso justificando a segurança da Sociedade e do Estado, como se vê no artigo 5º da Lei suprema da organização do Brasil:

Art 5º, xxxiii - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988, art. 5).

Contudo só em 2011, com a Lei Federal de nº 12.527/2011, conhecida com a Lei de Acesso à Informação (LAI), foi que o secreto começou a se tornar público de fato. A regulamentação desta Lei concedeu ao cidadão o acesso à informação pública. A res-

peito disso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) afirma o seguinte:

A informação de domínio público refere-se à informação publicamente acessível cuja utilização não infringe qualquer direito legal, ou qualquer obrigação de confidencialidade. Refere-se, portanto, por um lado, ao domínio de todos os trabalhos ou objetos associados a tais direitos, os quais podem ser explorados por todos sem qualquer autorização, por exemplo quando a proteção não é concedida por lei nacional ou internacional, ou devido à expiração do termo de proteção. Refere-se, por outro lado, a dados públicos e informações oficiais produzidas e voluntariamente disponibilizadas por governos ou organizações internacionais (UHLIR, 2006, p. 24).

Mesmo com todas essas legislações supracitadas, o Brasil ainda convive com o espectro da opacidade. O Estado continua justificando que o segredo é imprescindível para prevenir possíveis danos à sociedade.

Em seu artigo 3º, a LAI assegura o direito fundamental de acesso à informação, com as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública. (BRASIL, 2011, Art. 3).

Esta lei deixa claro que a publicidade é a regra; e que o sigilo é exceção. Ela propicia uma cultura de governo aberto com o desenvolvimento de uma cultura transparente e de controle social como diretrizes, garantindo à sociedade o direito de obter a informação pública, obrigando o Estado a fornecer a transpa-

rência passiva, ou seja, que responde às demandas informacionais da sociedade, e a transparência ativa, ou seja, quando se publica a informação sem solicitação prévia, nesse caso a divulgação de informações públicas é feita em seus sítios na internet.

Desta maneira, o acesso à informação propicia maior participação popular na administração pública. Portanto, a sociedade obterá mais: atenção à corrupção; manutenção dos direitos fundamentais; efetivação da democracia; consciência de voto; qualificação da gestão pública; e, melhoria do processo de decisão (ANGÉLICO, 2012).

A visibilidade da informação à luz de Thompson

Rotineiramente, ouve-se falar em “informação”. Termo utilizado muitas vezes e em múltiplos sentidos. Talvez isso aconteça pela complexidade de seu conceito, que a depender da área do conhecimento, seus significados se modificam ou se aglutinam. Na Ciência da Informação (CI) – área interdisciplinar, pós-moderna, ciência humana e social (SARACEVIC, 1996) – define-se informação em três sentidos:

informação como processo (“informação” é “o ato de informar”; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência),

informação como conhecimento (o conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias) e,

informação como coisa (atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação”, porque são relacionados como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo) (MICHAEL BUCKLAND, 1991, p. 351-352).

Já Nicholas Belkin e Stephen Robertson (1976), autores das Ciências Sociais, compreendem informação como “aquilo que é capaz de alterar uma estrutura”. Ou melhor, a informação exerce um papel de modificador no comportamento da sociedade, já que faz parte do processo de comunicação da humanidade. Para cada receptor, as ações modificadoras são diferentes por conta do repertório (vocabulário, estoques de signos conhecidos e utilizados) de cada indivíduo. Isso proporcionará uma retórica na melhor recepção da mensagem.

Para Teixeira Coelho Netto (1983), a partir do conceito de repertório, é possível definir informação como: “(...) conceito de medida de complexidade, de modo a propor-se que a taxa de uma informação de uma mensagem aumenta quanto mais complexa ela se apresentar” (COELHO NETTO, 1983, p. 128). Ou seja, quanto maior um valor informativo de uma mensagem, maior a mudança no comportamento provocado no indivíduo. Em suas palavras,

(...) a significação de um repertório para seu possuidor, é função de suas condições de uma história pessoal. Constituem esses repertórios [real e] como se pode ver, além dos conhecimentos técnicos científicos, todos os valores éticos, estéticos, filosóficos, políticos, a ideologia do indivíduo, do grupo ou da classe social (COELHO NETTO, 1983, p. 124).

Nota-se com os autores citados, como o acesso à informação é fundamental para modificar as relações na sociedade. Incontestavelmente, a invenção da imprensa contribuiu para esse processo, a partir do momento que facilitou a transmissão da informação -, que era pela interação face a face - restrito a um público. Contudo, se atinge maior visibilidade informacional no final do século xx e início do século seguinte.

Ao falar de visibilidade, nesse caso midiática, John Thompson, Sociólogo e professor da Universidade de Cambridge, contribuiu intensamente em sua obra *Mídia e Modernidade*. Se for considerada

Mídia como conjunto de comunicação social e que a internet está inserida, e que por meio da internet (sítios governamentais) se é possível ter maior visibilidade das ações governamentais.

Thompson (1998), ao relatar sobre a visibilidade na esfera pública, traz à tona a divisão entre o público e privado, referindo-se as transformações sociais desses conceitos desde a Grécia Clássica aos dias atuais. O autor destaca que a distinção entre público e privado deriva dos primeiros desenvolvimentos dos direitos romanos e da concepção romana de República, mas que vai adquirindo novos significados com as transformações institucionais. Contudo, o sentido que interessa nesse trabalho é o que surgiu no discurso sociopolítico ocidental, em que “público” significa aberto ou “acessível ao público”, ou seja, o que é “visível ou observável”. Por outro lado, privado é o que é restrito ou, nas palavras do autor, escondido do outro (nesse caso, sociedade civil).

(...) a relação entre domínio do poder político institucionalizado, que cada vez mais era exercido por um estado soberano, por um lado, e o domínio da atividade econômica e das relações pessoais que fugiam ao controle direto do poder público (THOMPSON, 1998, p. 110).

A visibilidade das ações do Estado, durante anos, tinha como objetivo a exaltação de poder e não a publicidade das decisões. Não diferente de hoje, havia uma seleção do que se revelava ao público. Todavia, com o desenvolvimento do estado constitucional moderno, bem como com os surgimentos de novos meios de comunicação, a visibilidade do poder ganha força, mas com restrições para as “(...) questões consideradas vitais para a segurança e estabilidade do estado.” Como afirma o autor: “os detentores do poder encontraram novas formas de manter segredo e novas razões para se defenderem” (THOMPSON, 1998, p. 113).

O advento da imprensa, e, posteriormente, da mídia eletrônica, facilitaram os meios de tornar público ou visível uma informação. Se antes, os indivi-

duos compartilhavam as informações pela “publicidade tradicional de co-presença”, ou seja, interação face a face, hoje esse compartilhamento é visto como publicidade mediada ou quase mediada, pois não precisa se estar no mesmo espaço e tempo para se obter uma informação instantaneamente, há um alcance maior de público.

A internet surge, e junto com ela, grandes movimentos populacionais que exigiram do governo mais visibilidade nas informações de interesse coletivo, exercendo assim o direito de ter acesso às informações. Consequentemente, leis, como exemplo, a LAI, surgiram para regulamentar esse direito, com o objetivo principal de se ter transparência pública e combater a corrupção.

Tornar as atitudes governamentais visíveis nunca foi uma tarefa fácil, mas essa conduta aproxima o Estado da sociedade e modifica as ações dos mesmos.

A contribuição de Luhmann para a sociedade da informação

O surgimento das novas tecnologias influenciou as formas de comunicação entre as pessoas. A comunicação é o elemento essencial dos sistemas sociais do sociólogo alemão, Niklas Luhmann.

Para adentrar nessa seção, e tendo em vista a abrangência do sistema político atualmente, bem como do sistema social, o arcabouço conceitual desses dois sistemas será discutido sob a óptica de Niklas Luhmann, considerado um revolucionário no conceito de sistemas sociais.

A teoria dos sistemas do referido autor traz uma abordagem diferenciada dos conceitos de “sistemas sociais” e “comunicação”. Para entender sistema na concepção de Luhmann é preciso diferenciá-lo de ambiente. O sistema tem capacidade de gerar e reproduzir seus próprios elementos estruturais; e isso, ele denomina de autopoiese. Diferentemente da teoria tradicional de que sistema é o “‘todo’ constituído por partes”, Luhmann introduz uma referência

do ambiente. Assim, ele conceitua sistema como: a relação deste com o seu ambiente, ou melhor, a diferença entre sistema e o seu ambiente. Para ele, o sistema age a partir das informações decorrentes do seu ambiente (entorno).

No entendimento de Luhmann (1992) há quatro tipos de sistemas: não-vivos, vivos, psíquicos e sociais. Os sistemas não-vivos são incapazes de produzir a si mesmos; os sistemas vivos são compostos de operações vitais, por exemplo, o corpo humano; o sistema psíquico é a consciência; e o sistema social, composto de comunicação. Desta forma, a sociedade é um sistema social, no qual inclui a Política como subsistema. Cada subsistema tem os códigos binários de informação, no caso do subsistema político seria o “poder/não poder”. Com isso pode-se inferir que os subsistemas Político e Direito se relacionam, já que o direito é a ferramenta que reconhece a política e com isso o político precisa do jurídico para sustentar seu poder (ZYMLER, 2000). Apesar desse não ser o foco desse artigo, é importante compreender essa relação.

Voltando a Luhmann, a sociedade é um macrosistema, pois abarca os subsistemas sociais: econômicos, jurídicos, políticos e outros. Estes são considerados subsistemas porque são oriundos de respostas de uma demanda social (macro); são autorreferenciais, pois são «capazes de operar com base em suas próprias operações constituintes» (LUHMANN, 1992, p. 78). Além disso, são autopoieticos porque produzem a si mesmos enquanto unidade sistêmica.

Além do exposto, a Política é considerada subsistema porque obedece alguns critérios:

Diferenciação: interna e externa; autonomia social relativa: onde os subsistemas adquirem valoresmeta (por vezes conjuntural) e uma lógica operacional que se autodetermina; especificação funcional: uma funcionalidade própria e diferenciada ante outros subsistemas; um princípio de negação: todo sistema deve ter em si o parâmetro de sua negação e elaborar vias de compreensão – Ex: O amor ódio; a política utopia; indeterminação de suas estruturas:

o que sugere relativa plasticidade e a possibilidade de incremento de complexidade tanto em seu funcionamento quanto nas respostas derivadas de “irritações” provocadas pelo seu entorno. (HELMANN, 2009 apud COUTINHO, 2010, p. 9).

Para Coutinho (2010, p. 9, grifo do autor), é o subsistema “política” que responde à demanda do coletivo:

[...] cabe ao “fazer político” a definição e a construção dos marcos regulatórios da ideia de “bem público” operacionalizada objetivamente pelos políticos (que geram decisões vinculantes), pelos funcionários públicos (buscam a consecução das decisões vinculantes) e pela opinião pública (seleciona os temas que serão discutidos). Assim, a política não se encontra enquanto oposição da sociedade. Justamente pelo seu caráter genitivo, ela é produto de uma distinção operativa em prol da e para a sociedade.

Como a sociedade é composta por organizações e interações e pode ser definida como espaço em que há comunicações, para Luhmann (1992, p. 55) “(...) a comunicação é o limite da sociedade”, é o elemento básico de reprodução no sistema social. No político, a publicidade de informações públicas torna possível uma opinião pública, ou seja, o poder comunicativo de uma sociedade é possível quando esta está inserida no contexto político.

Luhmann afirma que embora o Estado seja importante no sistema político, eles não se conjugam. O Estado é uma organização delimitada por meio dos limites territoriais que corresponde a um governo de um povo que pode ser ou não democrático, já o sistema político envolve toda organização governamental. O sistema político brasileiro é composto por três poderes: o Executivo – responsável pela execução das leis aprovadas pelo Legislativo e fazendo-as serem cumpridas, o Legislativo - se envolve diretamente com as leis; e o Judiciário - responsável por julgar as infrações às leis.

A descrição luhmanniana do subsistema político busca superar o dilema Estado x sociedade civil, a partir de uma perspectiva que enfatiza a comunicação política que ocorre em seu interior. Parte, como sempre, de uma correlação entre a evolução da sociedade como um todo e o desenvolvimento da Política (ZYMLER, 2000, p. 6).

Para Zymler (2000, p. 6) o sistema político atualmente se fundamenta em três espaços comunicativos distintos, designados por Luhmann como *Política*, *Administração* e *Público* que, com características próprias, coopera “para a produção de decisões coletivamente vinculantes”. E é justamente com a democratização do sistema político que isso se inicia, surgindo um canal de comunicação entre o público e a política.

Assim, é possível conhecer as ações do político e o público ter maior participação. Com isso, todos ganham, pois os sistemas políticos e democráticos saem fortalecidos com o acesso claro e transparente da informação pública.

Considerações finais

É notório que a LAI é um direito político, civil e social da sociedade. Essa lei não garante apenas o direito de acesso à informação, mas convida a ecoar um grito de liberdade: de expressão, de censura, de controle. Obviamente que no sistema político atual, talvez a visibilidade seja uma armadilha midiática, porém o direito de obter informação permite romper com as barreiras da opacidade. E não se pode deixar de dar esse mérito às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS). Pois elas facilitam essa ruptura das barreiras espaço-temporal, interferindo e transformando as ações das pessoas.

Thompson (1998) mostra que a mídia desempenha outras formas de sociabilidades, por conseguinte, maior visibilidade no seio político, o que gera mudanças no delineamento do poder exercido pelo político. E se “(...) levarmos a mídia a sério, descobri-

remos a profunda influência que ela exerce na formação do pensamento político e social” (THOMPSON, 1998, p. 15).

À vista disso, figura que a mídia assume a função dos representantes do povo, visto que se torna como fiscal do povo, controlando a ação estatal e dos homens públicos, transformando, portanto, a função do sistema político e exaurindo a participação popular, ou seja, o ato democrático. Na concepção de Luhmann, todo subsistema social é resposta de um macrossistema que é a sociedade, com o objetivo de atender às demandas de complexidades potencializadas pelo ambiente.

Por isso, a relevância do direito de acesso à informação pública para a sociedade civil e para todo sistema político. Desse modo, para Luhmann a comunicação é interna ao sistema social, e isso acontece quando a mensagem é compreendida. Assim sendo, pode-se inferir que a ato de disponibilizar uma informação pública transcende a publicação apenas, são influenciadores deste entendimento, a acessibilidade e a linguagem.

Referências

- ANCÉLICO, Fabiano. *Lei de Acesso à Informação Pública e seus possíveis desdobramentos para a accountability democrática no Brasil*. 2012. 133f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2012.
- BELKIN, N. J.; ROBERTSON, S. E. Information Science and the phenomena of information. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, [S.l.], v.27, n. 4, p.197-204, july-aug. 1976.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial*, Brasília, DF: Senado Federal, 5 out. 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 11 nov. 2017.
- BRASIL. Lei n.12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art.216 da Constituição Federal; altera a Lei n.8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei n.11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 2 dez. 2017.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, [S.l.], v.45, n.5, p.351-360, 1991.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COELHO NETTO, José Teixeira. *Semiótica, informação e comunicação*. São Paulo: Perspectiva, 1983. (Debates).

COUTINHO, George Gomes. A política como subsistema: a sociologia política de Niklas Luhmann. In: *SEMINÁRIO DE PESQUISA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, 4., 2010, Goytacazes, RJ. [Anais eletrônicos]. Goytacazes, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/ST14/ST14.4%20George%20Gomes%20Coutinho.pdf>. Acesso em 23 fev. 2018.

LUHMANN, Niklas. Teoria dos sistema, teoria evolucionista e teoria da comunicação. In: LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade da comunicação*. Tradução: Anabela Carvalho. Lisboa: Vega, 1992. p. 95-126. (Série Passagens).

NAÇÕES UNIDAS. Escritório contra drogas e crimes. *Convenção das Nações Unidas contra a corrupção*. Brasília: UNODC, 2007. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_corruption/Publicacoes/2007_UNCAC_Port.pdf. Acesso em: 10 fev. 2018.

ROLIM, Renata Ribeiro. Cultura e democracia: gênese da institucionalização do direito à informação no Brasil. *Redes.com*, Sevilla, v. 4, p. 267-290, 2007. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/770016/770199/direito-renata.pdf/47171699-03d2-409b-ab25-1b9e390fdf54>. Acesso em: 08 fev. 2018.

THOMPSON, John B. *Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

UHLIR, Paul F. *Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público*. Brasília: UNESCO, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001373/137363por.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ZYMLER, Benjamin. Política, Direito e reforma do Estado: uma visão funcional-sistêmica. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 37 n. 147 jul./set. 2000. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/605/r147-04.PDF>. Acesso em: 08 fev. 2018.

Recebido em: 26/04/2018

Aprovado em: 25/05/2018







ARTIGO

RESGATE HISTÓRICO DO HAITI DURANTE A GUERRA CIVIL (2006-2008) A PARTIR DE FOTOGRAFIAS DE UM SOLDADO CAPIXABA NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

Erica Duarte-Silva

*Entrevistadora (Agosto de 2013 a Maio de 2019). Livre-
Docente da Universidade Federal do Espírito Santo,
Campus São Mateus. Departamento de Ciências
Agrárias e Biológicas. Bióloga, Educadora Ambiental e
Bacharel em Turismo.*

Janini do Rozário Conceição

*Iniciação científica. Assistente de gabinete do Projeto
(Ago-2015—Dez-2016). Universidade Federal do
Espírito Santo, Campus São Mateus. Licenciatura em
Ciências Biológicas. Professora, Bióloga e Educadora
Ambiental.*

Pablo Sales Almeida

*Sujeito histórico entrevistado (Ago-2013-Mai-2019).
Organização das Nações Unidas (ONU). Missão
das Nações Unidas de Estabilização do Haiti.
(MINUSTAH) Corpo de Fuzileiros Navais. Marinha
do Brasil. Universidade Federal do Espírito Santo,
Campus São Mateus. Licenciatura em Ciências
Biológicas. Licenciando em Ciências Biológicas e
Policial Militar.*

Resumo

O presente trabalho versa sobre resultados de um trabalho de conclusão de curso, na área de Educação, de Licenciatura em Ciências Biológicas. Trata-se de um trabalho do-tipo-etnográfico, de acordo com os pressupostos de Marli André, particularmente sobre o Bairro de Cité de Soleil, Porto Príncipe, Haiti, durante a Guerra Civil (2006-2007). Utilizando Vygotsky, e a Pedagogia Dialógica de Paulo Freire, como referencial teórico, os graduandos são motivados a resgatar suas histórias de vida nas aulas. Este método objetiva trabalhar o currículo programado a partir do conhecimento prévio dos discentes. A pedagogia dialoga de José Eustáquio Romão também é utilizada em projetos de ensino que objetivam o combate a desmotivação, retenção e evasão escolar dos graduandos. Nesse contexto, emergiu a presente história de vida, resgatada no trabalho, cujo valor histórico e etnográfico transcende os aspectos educacionais.

Palavras-chave: Fuzileiros navais, Cité Soleil, Porto Príncipe, desnutrição, saneamento.

Abstract

This work concerns the results of a dissertation in the field of Biological Sciences. It is an ethnographic work based on Marli André, particularly about the Cité de Soleil neighborhood in Port au Prince, Haiti, during the Civil War (2006-2007). Using Vygotsky, and the Paulo Freire as a theoretical reference, the graduate students are motivated to rescue their life stories in class. This method aims to work the curriculum scheduled from the previous knowledge of students. The Pedagogia Dialógica of de José Eustáquio Romão is also utilized in teaching projects to avoid demotivation, retention and school dropout. In this context emerged the life history recorded in this study whose historical and ethnographic value transcends the educational aspects.

Key words: Navy Seals, Cité Soleil, Port-au-Prince, malnutrition, sanitation.

Introdução

*“Tudo que a gente faz é importante e precisa ser valorizado”
(Discente de um curso de Licenciatura-UFES
Moradora do entorno de uma unidade de conservação e
educadora ambiental desde os 14 anos)*

Este artigo consiste em três estudos de caso cuja metodologia utilizada foi o *trabalho do tipo etnográfico*, de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos de André (2015). São trabalhos de curta duração, realizado por *não-antropólogos*, ou profissionais de outras áreas da ciência. Não possuem uma finalidade etnográfica em si, mas são realizados no intuito de buscar respostas para as áreas específicas dos pesquisadores em questão. A etnografia da prática escolar foi utilizada no presente trabalho para fins de resolução de problemas na prática docente, e

subsídios para a Educação Ambiental e a Etnobiologia. Contudo, o valor histórico e etnográfico dos dados aqui apresentados transcenderam o seu caráter utilitarista, e foram compilados nesta obra, com finalidade distinta do objetivo inicial.

Os métodos utilizados na pesquisa foram: revisão de literatura científica, trabalho de campo e análise documental (ANDRÉ, 2015). Conforme expõe o autor:

Um trabalho pode ser caracterizado como do tipo etnográfico em educação, quando ele faz uso das técnicas que tradicionalmente são associadas à etnografia, ou seja, a observação participante, a entrevista intensiva e a análise de documentos. O pesquisador aproxima-se de pessoas, situações, locais,

eventos, mantendo com eles um contato direto e prolongado. Como se dá esse contato? Primeiro não há pretensão de mudar o ambiente, introduzindo modificações que serão experimentalmente controladas como na pesquisa experimental. Os eventos, as pessoas, as situações são observados em sua manifestação natural, o que faz com que tal pesquisa seja também conhecida como naturalística ou naturalista (ANDRÉ, 2015 p.25).

Observações participantes na etnografia

Optou-se no presente trabalho na observação participante como método ao invés das entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. Os trabalhos aqui apresentados versam sobre observação participante, entrevistas intensas e, isoladamente, algumas entrevistas não-estruturadas. Segue abaixo uma percepção de Malinowski sobre dados aos quais são difíceis de coletar por meio de entrevistas formais:

Malinowski percebeu que existe um problema metodológico de pesquisa relacionado à forma como certas questões são salientes no pensamento cotidiano dos membros de uma sociedade, enquanto outras não são. Há coisas em nossa existência social sobre a qual não falamos, e isso se dá por várias razões. Uma delas é o fato de que internalizamos algumas formas de comportamento na infância e seguimos repetindo-as no convívio social, de forma habitual, sem colocar atenção em tais comportamentos. Outra é que aprendemos a evitar falar - e mesmo pensar - a respeito de certos temas, como questões ligadas aos tabus, mesmo que eventos de alguma forma relacionados a tais tabus sejam frequentes. Malinowski se deu conta de que, ao permanecer por tempo suficiente com determinado grupo social, o pesquisador tem a oportunidade de observar comportamentos e eventos sociais (como certos rituais) que dificilmente seriam mencionados em entrevistas (TADDEI & GAMBOGGI, 2011).

Taddei e Gamboggi (2011) afirmam que a etnografia, pode ser entendida como mais do que uma mera metodologia, mas tomada na sua acepção de diálogo intercultural. A experiência etnográfica, como instância especial da experiência mais genérica da comunicação, pressupõe, de início, seres em coexistência contextual, fazendo uso de seus recursos conceituais e materiais, para se posicionarem um frente ao outro, na dialética entre estarem existencialmente abertos (curiosidade) e fechados (medo).

Resgate oral da história da vida

Meihy (1996) menciona como pressuposto que “a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado” (SILVA, 2004, p.11). Os sujeitos constroem conhecimentos, a partir de uma intenção determinada de fazer articulações entre o que conhece e a nova informação que pretende absorver. Diante disso, escrever sobre a história oral de vida é gratificante e envolve todo um contexto histórico e sociocultural desde o passado até o contemporâneo. “A história oral é indicada como uma perspectiva. Importante para a pesquisa de sujeitos, para os quais não há outro acesso, para responder a novas perguntas sobre antigos temas, provocar novos assuntos e abrir novas perspectivas de análises” (SILVA, 2004, p.19-20).

Breve biografia do sujeito histórico e o processo das entrevistas

Os dados aqui apresentados constituem a análise de conteúdo, de acordo com Severino (2009), de fotografias tiradas por um discente do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas antes do seu ingresso no curso, em 2010, quanto atuou como soldado na MINUSTAH, no corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, de 2006 a 2008.

A fotos foram cedidas ao presente trabalho por meio de 16 horas de entrevistas não-estruturadas entre os presentes autores: discente e professora. Por tratar-se de um assunto pouco trivial: uma Guerra Civil, observações não participantes foram feitas pela professora durante três semanas antes da primeira abordagem para o convite da entrevista. Três entrevistas foram marcadas, e em seguida, desmarcadas. Na quarta entrevista marcada, obteve-se a primeira reunião. Este fato também ocorreu no trabalho de Ferreira (2011), nas entrevistas com imigrantes africanos ilegais na França. Este fato deve-se às referidas pesquisas tratarem de assuntos com aspectos legais complexos. Contudo, desde a primeira reunião do presente trabalho já foi acordado que todos os materiais e informações coletadas na pesquisa tinham por fim unicamente conhecer a cultura haitiana no intuito de promover sua reconstrução após a Guerra civil, sem qualquer interesse em temas militares e políticos. Após esse ciclo de entrevistas, foram produzidos dois trabalhos, apresentados em congresso, sobre o ensino de Biologia a baixíssimo custo, para escolas brasileiras, caribenhas e haitianas (Duarte-Silva e col. 2014a; Duarte-Silva e col. 2014b). E desde a confecção deste trabalho, o sujeito da pesquisa ingressou em nosso núcleo de pesquisa e prática pedagógica, totalizando uma média de 144 horas de observações participantes da professora com o discente, em formato de entrevistas intensivas, do período de novembro de 2013 a dezembro de 2015.

Relatórios e fotografias de trabalho de campo realizados em Paris, França, em 2007, pela primeira autora, sobre imigrantes haitianos e africanos também foram utilizadas neste trabalho.

A guerra civil e a missão das Nações Unidas

O presente ponto do trabalho tem como mote, a situação social, política, econômica e ambiental do Haiti nos anos da última Guerra Civil enfrentada pelo país.

Vale ressaltar que após a estabilização do Haiti pela ONU, por meio da MINUSTAH, ocorreu um terremoto de grande escala em 2010, sendo hoje a realidade no país possivelmente diversa do período histórico aqui apresentado. Essa é outra relevância para este estudo de caso: retratar uma realidade socioeconômica e ambiental extremamente adversa, mas que pode ter sido alterada, positiva ou negativamente, após o desastre natural de 2010. Portanto, trata-se de um resgate histórico, de um período específico. O trabalho etnográfico de Thomaz (2010) retrata o momento logo após o terremoto em Porto Príncipe, Haiti, bem como, as relações da MINUSTAH com a sociedade haitiana.

Além de possuir um dos menores índices de desenvolvimento humano do continente americano, o Haiti passou por vários eventos de rebelião armada buscando a tomada do poder nos últimos 30 anos; o último estado de guerra civil instaurado no país sofreu intervenção das Nações Unidas a partir de 2004; A Minustah: Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, iniciada no mesmo ano, sob o comando militar brasileiro, teve por meta promover novas eleições democráticas e conter a insegurança gerada após uma rebelião armada que levou à renúncia forçada e exílio do então presidente Jean-Bertrand Aristide (REIS, 2010, P.75).

Segundo a FAO em 2010, os habitantes Haitianos sofrem com a fome, tanto do ponto de vista calórico, pois consomem menos de 2200 calorias per capita/dia, quanto do ponto de vista nutricional, pois a porcentagem de gramas proteicas per capita/dia do cidadão Haitiano é menor que a recomendada pela FAO e decresceu nos últimos anos. Baseado nisso, urge uma necessidade de importação emergencial de alimentos e resgate do modo de vida tradicional do país e seus laços culturais, para retorno às formas tradicionais de cultivos e criação de animais, ações essas de baixo custo para minimizar o atual estado de fome (REIS, 2010). Aliado a isso, a questão ambiental no Haiti está em risco, com terras exauridas pela

agricultura centenária, desmatamento de novas terras agricultáveis, e por consequência, diminuição da água disponível para a população e para a agropecuária (REIS, 2010).

Além das Forças Armadas, o Brasil conta com algumas instituições civis governamentais e não governamentais atuando no Haiti. Enquanto instituição civil, a universidade pública brasileira, mais especificamente, seus cursos de Licenciatura, deparam-se mediante duas possibilidades de cooperação internacional entre Brasil e Haiti: a primeira, mais emergencial, na reconstrução do país através da capacitação técnica de professores haitianos, fato que já ocorre, segundo análise documental. E a segunda, de cunho mais duradouro, apoiando o resgate da cultura local para que os próprios cidadãos haitianos reconstruam seus modos de produção, sustento, e suas relações socioculturais como discutida por Reis (2010). Essas relações e ações perpassam pela educação formal e informal e consequentemente pelo espaço escolar e pelo papel da educação básica e profissionalizante nesse processo.

O Haiti durante a guerra civil (2006-2007)

O bairro de Cité de Soleil é uma localidade da periferia de Porto Príncipe, não em seu sentido geográfico, mas socioeconômico na típica disparidade centro-periferia das grandes cidades latino-americanas e americanas, de um modo geral. Na vista geral do bairro, há habitações de alvenaria, mas em sua maioria as casas são construídas com outros materiais como ripas da madeira, folhas de metal, com paredes e telhas improvisadas. O terreno é plano. Diferindo das comunidades cariocas brasileiras cujas casas são sobrepostas em terreno fortemente ondulado. Há uma grande via que corta o Bairro, que separa Cité de Soleil de Bel Air, entretanto, entre a maioria das casas não há ruas, mas vielas onde seria possível o transporte a pé, de bicicleta ou moto (Figura 1).

Não há espaço para veículos transitarem. À beira de casas tanto de alvenaria quanto de madeira, observam-se valas sem cobertura nas quais é depositado o esgoto. Portanto, não há saneamento nestas casas observadas. Tanto os dejetos da cozinha, como



Figura 1 - Cité Soleil (2006-2008), Port-au-Prince, Haiti, à esquerda do leitor. E Bel Air à direita do mesmo. Foto tirada de dentro do tanque de guerra da MINUSTAH. Autor: SD. Pablo Sales Almeida. Veem-se, fora de foco, mais dois tanques brancos da MINUSTAH com soldados portando capacetes azuis. Ao lado da rodovia principal observa-se o esgoto a céu aberto. Ao fundo, um destacamento da grande cordilheira que separa o Haiti da República Dominicana, na Isla Hispaniola.



Figura 2 - *Cité Soleil* (2006-2008), Port-au-Prince, Haiti. Detalhe do sistema de esgoto. As casas não possuem encanamento e os dejetos da cozinha e banheiro são depositados nesta vala ao lado das moradias, gerando riscos de saúde aos moradores. Foto: SD. Pablo Sales Almeida.

do banheiro são levados pelos moradores de suas casas para a vala paralela a poucos centímetros das paredes das residências. Quanto à relação dos moradores com o esgoto, a vala, muitas vezes, precisa ser ultrapassada para o morador ir até o outro lado da rua, ou viela. Foram observadas nas fotografias, crianças com os pés descalços próximos a valas. Animais, como porcos, se alimentando da água das valas.

A água, para beber e cozinhar, é coletada fora das casas, e trazida pelos moradores para suprir suas necessidades básicas (Figura 2). A água potável é um elemento escasso no Haiti para populações menos favorecidas (Reis, 2010). Em um fotografia foi possível observar painéis grandes de alumínio contendo água dentro na porta das casas (Figura 3). Em outra fotografia, observou-se uma jovem com uma bacia de alumínio lavando roupas na porta de sua casa de alvenaria. Esta casa pertencia a uma parte mais estruturada urbanisticamente do Bairro. A jovem portava uma bela saia comprida costurada a partir de retalhos coloridos. Nota-se uma estética cultural nos seus trajes. As roupas penduradas no varal entre uma casa e outra da viela também eram coloridas e belas. E as casas pintadas de verde, e rosa, com dizeres como placas de informação nas paredes. O co-



Figura 3 - Port-au-Prince, Haiti. Casas de alvenaria. Ausência de encanamento e saneamento dentro das casas. Lavagem das roupas em bacias nas alamedas. Foto: SD. Pablo Sales Almeida.

mércio informal é uma atividade econômica significativa do Porto Príncipe, Haiti, no período estudado.

Em Cité de Soleil a maioria das casas era de alvenaria constituída por bloquetes sem reboco ou de madeira. Poucas casas de alvenaria pintadas são observadas. A senhora, mãe de família, fotografada nesta casa, diferia da jovem com roupas coloridas e portava um traje branco. Suas filhas estavam, uma mais jovem, nua, com cerca de cinco anos, e outra, entre oito e dez anos, vestida com uniforme bastante formal, e pés descalços.

Os cabelos são cuidados com tranças de diversos tipos. No centro de Porto Príncipe, tendo o centro como região economicamente mais privilegiada e a periferia como população mais marginalizada das oportunidades e necessidades básicas, pode-se dizer que há (poucas) senhoras, mas há, com cabelos alisados, apliques e tranças afro. Ou seja, senhoras com acesso às tecnologias de cabelereiro e à cultura afro globalizada, observada na cultura afro-brasileira no norte do Espírito Santo, Brasil, e em Paris, França, tanto no seu centro quanto na sua periferia, mas vale ressaltar, assim como mostram os índices geográficos, que a população que tem acesso aos serviços básicos e estrutura urbanística, e de índice



Figura 4a - Port-au-Prince, Haiti. Estética. Influências da globalização e de fatores externos na estética Haitiana. Foto: SD. Pablo Sales Almeida.



Figura 4b - Port-au-Prince, Haiti. Estética. Festa da Bandeira. Data comemorativa do calendário Haitiano. Foto: SD. Pablo Sales Almeida.

de desenvolvimento humano médio a bom no Haiti é extremamente pequena, seja ela africana, mestiça ou europeia (Figura 4a e 4b).

No centro de Porto Príncipe, apesar da estrutura pequena do ponto de vista espacial e tecnológico, há posto de gasolina, loja de conveniências, hotel com padrão internacional de turismo, belas praias paradisíacas pelo país, resorts, correios, igrejas cristãs. O fato de ser um país com sistema capitalista propicia que as edificações luxuosas possam conviver lado a lado, de forma legalizada, com grandes extensões urbanísticas que não atendem às necessidades básicas dos cidadãos como água encanada, captação de esgoto, energia, comida suficiente do ponto de vista calórico e proteico. O que é pungente no Haiti ocorre nos países latino-americanos e africanos, em menores proporções. A desigualdade social não é um fenômeno particular do Haiti, mas se intensifica devido as grandes dificuldades socioeconômicas e ambientais do país.

Em Cité de Soleil não havia coleta de lixo. Os resíduos orgânicos e não biodegradáveis eram acumulados em montes com relativa proximidade das casas e ao lado das grandes valas de esgoto. Em uma das fotografias, observam-se as moradias de alvenaria não rebocada e também de tapumes de madeira, uma vala de esgoto do tamanho de um pequeno cór-

rego, e montes de lixo de um lado. Do outro lado da vala, vê-se uma feira livre com venda de frutas, legumes e farinhas, todas dispostas no chão pela pouca disponibilidade de madeira existente no país (Figura 5). O costume de apresentar os alimentos para venda, no chão, também foi observado em Paris, em 2007, no Bairro de imigrantes haitianos de Chateau Rouge, onde pequenos abacates ou avocados eram vendidos por muitos comerciantes informais haitianos.

Outras populações de imigração legalizada, ou ilegal, também habitam o Bairro de Chateau Rouge, dentre eles, observaram-se comunidades que lá vivem como africanos subsaarianos de países francófonos como Senegal, Congo e Costa do Marfim. Países africanos saarinos como Mali, Argélia, Tunísia e Marrocos, orientais do oriente médio como o Líbano, e do extremo oriente, cujas nacionalidades não foram possíveis atestar. Desde o Tsunami de 2004, no Oceano Índico, a imigração de populações orientais litorâneas do Sri Lanka até os países próximos ao Cantão, na China, como Malaysia, Tailândia e Filipinas, é bastante expressiva em Paris.

Baseado no exposto acima, não se sabe, no presente trabalho, se o hábito de organização dos produtos das feiras livres no chão é um costume cultural ou uma imposição da ausência de artefatos como mesas para exposição dos produtos.



Figura 5 - Cité Soleil (2006-2008), Port-au-Prince, Haiti. Feira livre com venda de frutas, legumes e farinhas, todas dispostas no chão, como costume cultural. Contudo, próxima ao lixo e a vala de esgoto. Não havia coleta de lixo periódica no período estudado. Esgoto a céu aberto. Foto: SD. Pablo Sales Almeida.

No Mercado Municipal de Porto Príncipe existe, diferentemente de Cité de Soleil, um mercado simples, porém com características globalizadas da sociedade ocidental cristã. Há mesas de madeira com coberturas dispostas como nos mercados públicos latino-americanos de Santo Domingo, República Dominicana, e nos mercados públicos brasileiros. Com a diferença de que o mercado público de Porto Príncipe é a céu aberto, sem edificações.

Há venda no mercado público de produtos industrializados como sapatos. Não é possível atestar se os sapatos vendidos são novos, ou usados. A prática de venda de roupas e sapatos usados dos países industrializados é relativamente comum na África, por exemplo, embora incipiente no Brasil. Não foi possível atestar a origem também dos sapatos, se

são chineses, brasileiros, americanos, europeus ou de outra origem. Em uma parte do mercado público são abatidos animais, em sua maioria caprinos e ovinos. Porcos se movimentam por toda a cidade, tanto nas vielas de *Cité de Soleil*, como no mercado público durante o abate dos caprinos e ovinos. Entretanto, na presente entrevista, foi ressaltado que o haitiano não consome porco na sua dieta. Maiores investigações necessitam de ser realizadas para atestar essa informação. Frangos são abatidos no ambiente doméstico pelas mulheres enquanto o trabalho de açougueiro nos mercados é realizado por homens e jovens rapazes aprendizes (DUARTE-SILVA et al. 2014b). Há açougueiros que possuem mesa de madeira para o abate dos animais, geralmente feito com machadinhas e facas. Estes são mais habilidosos em seus ofícios, pa-



Figura 6 - Port-au-Prince, Haiti. Venda de alimentos no Mercado Público de Porto Príncipe. Foto: SD, Pablo Sales Almeida.

recem possuir mais treinamento para tal, e possuem um artefato a mais: uma mesa de madeira para trabalho. Há também outros açougueiros que trabalham no chão do mercado e possuem igualmente menos técnicas de abate dos animais, contaminando mais a carne com os micro-organismos presentes no meio. Nenhuma das duas classes de açougueiros aqui citadas possui água para a realização e esterilização nos abates. Duarte-Silva e col. (2014) analisou esta prática juntamente com profissionais de zootecnia de uma universidade brasileira e recomendou o fogo como estratégia de esterilização da carne após o abate. O fogo já é utilizado no Mercado Público do Haiti para esse fim. Resta saber se se trata de uma prática amplamente disseminada ou não (Figura 6).

Outros produtos industrializados são vendidos por senhoras no centro da cidade, nas calçadas,

em mercados informais. São vendidas latas de milho, ervilha, pacotes de macarrão, detergente ou lava-louças, dentre outros produtos de limpeza e comidas enlatadas (Figura 7). Há também nos mercados públicos e informais no centro da cidade, bem como no mercado de Cité de Soleil, sacas de arroz e milho, principais carboidratos utilizados na dieta haitiana. O feijão não é consumido amplamente no país, diferentemente de outros países latino-americanos como Brasil, Cuba, República Dominicana e Colômbia, colonizados por Portugal e Espanha (Figura 8). Diferentemente do Haiti, colonizado pelos franceses. Há de se considerar também a origem Africana das populações haitianas, mas aproximadas das imigrações compulsórias que aconteceram na Lousianna, nos Estados Unidos da América, do que dos países latino-americanos acima citados. Pretende-se desenvolver futuros trabalhos



Figura 7 - Haiti, estrada. Divisa com a República Dominicana. Mercado livre de venda de alimentos. (2006-2008). Foto: SD. Pablo Sales Almeida.

de campo no intuito de resgatar padrões em comum da história Africana dessas duas localidades colonizadas, após 1498, por franceses, Porto Príncipe (Haiti) e Nova Orleans (EUA).

O Voudou é um traço cultural, documentado por Arostégui e Potes (2012), onde as divindades do Candomblé, Umbanda, Santeria cubana e Voudou, separadamente, têm seus ritos comparados nos diversos países com colonização africana na América: Colômbia, Suriname, Brasil, e Antilhas Maiores: Cuba, República Dominicana e Haiti. A religião afro-americana em Nova Orleans e no Haiti é o Voudou. O acervo do presente trabalho possui duas fotografias de um centro de Voudou. O centro de voodoo estava localizado em uma casa de alvenaria, com as paredes pintadas de verde, e em uma grande mesa, um altar. Neste altar havia um crânio humano, muitas velas, pedras grandes como seixos, bebidas alcólicas e imagens cristãs como crucifixo e uma Nossa Senhora cristã e católica, denotando o sincretismo religioso europeu e africano. As bebidas

alcólicas são elementos em comum do voodoo com a Umbanda brasileira, sendo, neste último, a bebida oferecida aos deuses por intermédio dos médiuns. Bonecos de pano, vulgarmente associados com a prática do voodoo, foram observados na cor vermelha, sem a presença, entretanto, dos alfinetes.

Por fim, fotografias do centro da cidade de Porto Príncipe mostram as senhoras vendendo comida pronta nas ruas, também retratadas com zelo por Thomaz (2010). São senhoras que montam suas mesas nas ruas da capital e oferecem como produtos o almoço, ou *déjeuner* francês, contendo em sua maioria, arroz branco, milho e frango. Uma influência francesa, ibérica e americana de alimentação na figura do frango, arroz e milho, respectivamente. Além do milho, arroz e frango, vegetais como manga, banana, café, cana-de-açúcar e cucurbitáceas como abóbora, chuchu, melão, melancia foram observados na dieta haitiana. Duarte-Silva e col. (2014a ; 2015b) propõem práticas educativas de Biologia a baixíssimo custo, envolvendo a alimentação



Figura 8 - Port-au-Prince, Haiti. (2006-2008). Centro da Cidade. Mercado livre de alimentos industrializados e produtos de limpeza.
Foto: SD. Pablo Sales Almeida.

comum do Brasil e Haiti como mote para o ensino. O trabalho foi desenvolvido numa perspectiva de educação CTSA : Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente, tendo a educação como elemento protagonista na transformação socio-ambiental. Segundo Reis (2010), a agricultura possui terras exauridas no Haiti, somente dois por cento das florestas do país estão preservadas e falta água potável para o plantio e consumo.

Nas casas por trás das senhoras que vendem alimentos, nas fotografias, percebe-se as paredes das edificações de alvenaria, essas sim, de dois andares, cravejadas de balas, e algumas paredes destruídas, caídas.

O transporte de mercadorias nas ruas asfaltadas é feito por carrinhos de duas rodas com tração humana, como na Índia, e nas capitais do Brasil, dentre as populações de recicladores de papel e alumínio. O transporte de pessoas é feito no centro de Porto Príncipe pelos tap-tap (Figura 8), pequenos carros coloridos, que comportam de cinco a dez pessoas em

média, com uma cabine e uma caminhonete transformada com bancos para transporte de pessoas.

O colorido das decorações dos diversos tap-tap expressa a cultura haitiana em sua essência, a despeito das guerras civis (no plural, pois tiveram muitas em sua história) (REIS, 2010) e dos desastres naturais como furações, comuns no Mar do Caribe e Golfo do México, e o terremoto de 2010. Há desenhos no fundo dos tap-tap, uma fotografia mostra o desenho realista de Wyclef Jean, cantor de origem haitiana, famoso internacionalmente, na cultura pop norte-americana. Segundo o entrevistado, ele era um ídolo no país nesta época, assim como o ex-jogador da Seleção Brasileira, Ronaldo Nazário.



Figura 8 - Estética Haitiana. Haiti. Port-au-Prince. (2006-2008). *Tap tap*. Foto: SD. Pablo Sales Almeida.

Considerações finais

O trabalho possui relevância na área educacional, sobretudo, em dois argumentos. Primeiramente, no emprego do *trabalho do tipo etnográfico* enquanto pesquisa educacional no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Esta modalidade de pesquisa propicia que seus resultados possam subsidiar práticas pedagógicas mais inclusivas e realistas, e, portanto, mais efetivas nas transformações socioambientais, o que é uma finalidade da pesquisa em Ensino de Biologia. A segunda razão consiste no valor histórico e cultural dos dados coletados pelos licenciandos, que transcende o seu utilitarismo pela Biologia, e documentam pequenas porções da História de comunidades negligenciadas, “invisíveis”. Dão voz a sujeitos e geram do-

cumentos que são escassos na literatura científica. E, sobretudo, retratam culturas das quais os estudantes não imergiram para o trabalho do tipo etnográfico, mas vivenciaram por períodos de três a dez anos, em algum momento de suas histórias de vida.

Por fim, a conscientização do licenciando enquanto sujeito histórico é um resultado relevante no processo ensino-aprendizagem. A valoração científica de vivências cotidianas, bem como a aplicabilidade desses dados nas Ciências (Humana, Social, Biológicas, Agrárias) desperta no licenciando o desejo de prosseguir os estudos, questionar seu papel social no mundo, dentre outros fatores, como a luta pelo seu desenvolvimento social pessoal e comunitário.

Vale ressaltar que a linha mestra do trabalho consiste na História de ocupação das Américas pelos europeus. Dentre os processos de ocupação desta-

cam-se o genocídio, e a miscigenação com o indígena, como estratégia bélica de ocupação (RIBEIRO, 2006) e o tráfico de africanos escravizados como um dos elementos centrais do sistema de produção das colônias de exploração e da cultura surgida a partir deste contexto (FREYRE, 2010). Tanto o Haiti como o Brasil, sobretudo o norte do Espírito Santo, possuem em sua história o traço cultural indígena, europeu e africano, com grande persistência da etnia afro-americana no contemporâneo (RIBEIRO, 2006; FREYRE, 2010; DUARTE-SILVA E COL., 2014A; HOFFMANN, 2014). As culturas indígena e africana foram sobrepujadas pela cultura europeia ocidental e cristã e as populações indígena e negra, em sua maioria, compõem os grupos com as menores oportunidades e acesso à sociedade constituída nas Américas até os dias atuais (MUNANGA, 2006; HOFFMANN, 2014).

Assunto das diretrizes curriculares para a Educação, as relações étnico-raciais indígenas e afro-brasileiras, bem como a história Ameríndia e Africana (MEC, 2015), são retratadas nos presentes estudos de caso, e os resultados das pesquisas dos discentes são paulatinamente debatidos, enquanto tema transversal, nas aulas de Ensino de Biologia e Educação Ambiental do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Bibliografia

- ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Etnografia na prática escolar*. Campinas, SP: Editora Papirus. 2015.
- CARMONA, G. B. e DELGADO, R. C. *La creatividad del docente y su impacto en la formación de los estudiantes universitarios*. Cuba: Imprensa del Palacio de Convenciones de Habana. 2014
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes. 2000.
- CHABROL, M. translated by Oliver Waine, "Château Rouge: a 'Little Africa' in Paris? The users and usages of a migrant commercial centrality", *Metropolitica*, Paris, 22 de março de 2013.
- DUARTE-SILVA, É., MACIEL, T.S., SALES, P. A. Práticas de Ensino em Biologia envolvendo conexões culturais do Brasil com o Caribe. *Anais do Congresso Internacional de Educación Superior*. UNIVERSIDAD 2014. 2014a
- FERREIRA, J. Do estrangeiro ao excluído: Formas contemporâneas de classificação dos imigrantes africanos em uma organização humanitária francesa. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, v. 22, n. 2, p. 61-81. 2011.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Ed. Record, Rio de Janeiro, 2010.
- HOFFMANN, Zilda. *O perfil sociodemográfico e étnico do corpo discente do CEUNES: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Vale do Cricaré. São Mateus-ES. 2014.
- MACIEL, T.S., SOUZA, A. F. C., Cruz, J.J., Aguiar, V.R., SALES, P. A., MARGIERO, K. P. F., FALQUETO, A. R., FURIERI, K. S., DUARTE-SILVA, É. Práticas de Ensino em Ciências de baixo custo destinadas a escolas Brasileiras e Haitianas. *Anais do IV ENECIÊNCIAS*. 2014.
- MEC. *Diretrizes Curriculares nacionais para a formação inicial em ensino superior*. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. 2015.
- MEIHY, J. C. S. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola. 1996.
- MUNANGA, K.; GOMES, N. L. *O Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Global. 2006.
- NARDOTO, E.L. & LIMA. H. *Histórias de São Mateus*. 1ª ed. São Mateus, Espírito Santo: Edal/Editora Atlântico Ltda. 1999.
- SILVA, A.M.H.D. FORMAÇÃO DE PROFESSORAS: Resgate da educação feminina católica na Escola Normal São José (1916 –1972). *Dissertação de mestrado. Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora*. Juiz de Fora-MG. 2004.
- REIS, V.O. 'Insegurança alimentar e Degradação Ambiental: desafios e oportunidades da Embrapa no Haiti'. *Revista Habitus*, v. 8, n.2, p. 70-82, Rio de Janeiro. 2010.
- RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo. 2006.
- ROMÃO, J. E. *Pedagogia Dialógica*. Ed. Cortez, São Paulo. 2006.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 304 p. 2009.
- TADDEI, R. e GAMBOGGI, A. L. Etnografia, comunicação e meio ambiente. *Caderno pedagógico*, v. 8, n.2, p. 09-28. 2011.

Recebido em: 12/05/2018

Aprovado em: 11/06/2018

ARTIGO

**ECOS DE
RESSENTIMENTOS E
IMPOTÊNCIA O PERDÃO
NOS ANOS 30,
UM PASSEIO EM RAÍZES
DO BRASIL**

Giselly Rezende Vieira

Mestre em História Social das relações políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), professora de história e técnica responsável pela área de conhecimento de História na Assessoria de currículo e Educação Ambiental da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU).

Resumo

*Buscamos discutir questões relevantes tanto no âmbito teórico-metodológico, quanto no âmbito temático, apropriando-nos da ideia de ressentimentos e da teoria psicanalítica, para demonstrar o enlace profícuo entre história e literatura e história e psicologia, atravessando as fronteiras entre as ciências humanas ao desviar o olhar para os mecanismos psicológicos e sociais que regem as formas de interação entre os indivíduos e o ambiente que os cerca. De tal modo, propomos a leitura que percebe a obra *Raízes do Brasil* como ensaio que manifesta ressentimentos de determinado grupo dentro do contexto histórico pós Revolução de 1930 e de institucionalização do modernismo.*

Palavras-chave: História—Ressentimentos—Geração de 1930

Abstract

*We seek to discuss relevant issues both in the theoretical and methodological scope, as well as in the thematic scope, appropriating the idea of resentments and psychoanalytic theory, to demonstrate the fruitful link between history and literature and history and psychology, crossing the frontiers between sciences by looking at the psychological and social mechanisms that govern the ways in which individuals interact with the surrounding environment. Thus, we propose a reading that perceives the work *Roots of Brazil* as an essay that expresses resentments of a certain group within the historical context post Revolution of 1930 and institutionalization of modernism.*

Key words: History - Resentments - Generation of 1930.

Introdução

Consideramos artesanal o ofício do historiador e sua prática investigativa. De tal modo, propomos nesse artigo a leitura que percebe a obra *Raízes do Brasil* como ensaio que manifesta ressentimentos de determinado grupo dentro do contexto histórico pós Revolução de 1930 e de institucionalização do modernismo, que buscava compreender a modernidade precoce.

Assim, seguiremos indícios que podem ser lidos como sintomas sociais. Defendemos ainda o ponto de vista de que o historiador pode ser visto como um decifrador de sintomas. Carlo Ginzburg (2002, p.67) nos alerta para a necessidade de maior precisão do método nas pesquisas documentais, sobretudo, quando se trata de narrativas escritas. Também indica a perspectiva metodológica que se orienta a partir do menos, estreitando o escopo de nossa investigação.

Revel (1998, p.129), seguindo as considerações de Ginzburg (2002), apresenta o recurso da microanálise. Em primeiro lugar, entendida como a expressão de um distanciamento do modelo comumente aceito: o de uma história que desde a origem se

inscreveu, explícita ou implicitamente, num espaço “macro”. Em contrapartida, o trabalho micro analítico propõe a técnica intensiva da reconstituição total de um retalho do tecido social. Ou seja, não há realidade pessoal que não seja social, nem há coletividade fora de sua encarnação nas pessoas. Logo, não é mais possível entender o sujeito fora da sua dupla dimensão: individual e coletiva. A dimensão individual que se expressa indiretamente, de forma latente, na ação coletiva não deve ser descartada na análise da realidade histórico-social. Os indivíduos são sacudidos por conflitos ambivalentes em suas emoções que, nos momentos de sobriedade (consciente), não compreendem. Procuram reduzir suas tensões por meio de estratégias defensivas, em geral inconscientes, ressalta Barros (2008, p. 71). Carlo Ginzburg (1988, p.73) reforça o argumento de que a história é uma forma de investigar. Quando definido o campo onde se realiza a investigação (o território), o pesquisador-tecelão busca os indícios de um padrão que (re)une as informações numa interpretação que encontra seu significado no contexto teórico que sustenta pela urdidura dos fios. A consciência da teia revelada no

trabalho do pesquisador é verificável percorrendo-se o tapete com os olhos em várias direções. O tapete seria o paradigma que a cada vez é usado e conforme o contexto denomina-se venatório, divinatório, indiciário ou semiótico.

Ginzburg (2002, p.13-45) introduz a discussão da tensão entre retórica e prova e busca demonstrar que as provas visíveis e palpáveis não são as únicas possíveis de serem averiguadas pela narrativa histórica. Haveria indícios mudos, também, palpáveis de averiguação. Barros (2008, p.75) indica que a máxima lacaniana é apropriada neste momento, porque vai ao encontro da argumentação sustentada por Ginzburg: a necessidade de pensar critérios fora da herança positivista. Nessa direção, devemos perceber que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que o condicionam.

Assim, em relação ao devir histórico, validamos a perspectiva que entende ser indispensável considerar a dimensão subjetiva das emoções inconscientes na interpretação das contradições e a ambivalência das ações humanas. Sobretudo, aos estudos do político, a psicanálise pode servir de teorização da relação do sujeito com o mundo. E, aos estudos históricos que se dedicam à aplicação de métodos que coincidem com tendências de análise de conteúdo, as teorias da linguística e as técnicas da comunicação podem indicar interpretações mais sensíveis e que não tenham aversão a uma história que propõe partir do indivíduo.

Ressaltamos que, no cerne da metodologia micro analítica, encontra-se efetivamente o indivíduo. No entanto, sua centralidade é instrumental, indica Revel (1998). O indivíduo é importante enquanto lugar dessa atividade intensa e especificamente humana de leitura, de interpretação e de construção do “real”. Essa atividade é ao mesmo tempo individual e social. Individual porque é marcada pela percepção limitada e particular de cada ator social. Social porque se desenvolve por meio da interação e da negociação com um meio.

Mais uma vez, indicamos que nossa proposta consiste em um exame contextual, que percebe a época, o meio e a ambiência como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a lógica do texto. Para Levi (1996, p.175), trata-se de interpretar as fontes escritas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, reconstrua a superfície social do *locus* em que se desenvolveu a revolução de 1930 e a constituição do Estado Novo em 1937.

Desse modo, intentamos por uma antropologia interpretativa, conforme orienta Levi (1996, p. 177), ou uma hermenêutica crítica dos discursos conforme indica Ricouer (1990) – que consistem em recolocar as significações dos indivíduos e grupos em contextos históricos e sociais explicáveis. Assim, conforme enfatiza Todorov (1973, p.209 – 253), estudaremos a literalidade e não a literatura. Estudaremos não a obra, mas as virtualidades do discurso literário, que o tornaram possível: é assim que os estudos literários poderão tornar-se uma ciência da literatura.

Por uma dupla leitura de Raízes do Brasil

Em seu primeiro módulo, a disciplina *História e historiografia das representações políticas*¹ desenvolveu a proposta de pensar obras clássicas² da historiografia

1 Disciplina ministrada pelo Professor Doutor Thiago Nicodemos, no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em História, da Universidade Federal do Espírito Santo, no curso de Mestrado em História social das relações políticas.

2 Ressaltamos que as obras utilizadas neste módulo são textos que fazem referência uns aos outros, ou seja, esses autores estão projetando, num lugar/ espaço e tempo, um pensamento intelectual – a cultura universitária. São textos capazes de informar o tipo de pensamento intelectual brasileiro do século XX. O objetivo ao adentrarmos estas obras foi pensar os tratamentos dados por esses intelectuais a um mesmo problema, verificando uma linha de pensamento que evolui. Foram analisadas e consideradas obras clássicas:

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & senzala*. 46. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2002. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 23. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1994. Florestan Fernandes. *Cir-*

brasileira do século XX, percebendo-as como objeto histórico e aporte teórico de pesquisas. Sem dúvida, o exame histórico dessas obras deve observar as duas camadas de leituras. E justificamos essa trajetória pela dissertação de mestrado que almejamos desenvolver. Nela, pretendemos refletir sobre os Diários³ do Presidente Getúlio Vargas, sobretudo, percebendo-os como fontes históricas capazes de evidenciar ações e relações entre indivíduo e sociedade, estabelecidas durante a década de 1930. Analisamos estes textos enquanto documentos da época, encarrando-os na sua própria historicidade. Especialmente, nos interessa o problema dos ressentimentos na década de 1930 no Brasil.

Portanto, pretendemos abordar o termo *geração ressentida*⁴ em seu sentido categórico literário, conforme proposta de Roberto Vecchi (2004, p.460). Logo, escolhemos olhar o ensaio de Sérgio Buarque de Holanda como fonte reveladora da ambiência e maneiras de agir e pensar historicamente durante os anos 30 no Brasil.

Há, então, o interesse pelo indivíduo, suas reações íntimas, suas contradições abertas ou encobertas, que revelam uma teia de relações entre os indivíduos e os grupos, como sugere Jacques Revel (1998, p. 129), segundo o conhecimento e análise das fontes. E, em conformidade com as pesquisas historiográficas atuais, arriscamos fugir da história única, criadora de

estereótipos, desviando o interesse para as histórias dos conflitos, das incoerências e das ambiguidades que são os ressentimentos⁵. Nossas considerações inserem-se no interior das percepções operadas por Pierre Ansart, que concebe a ideia de pluralidade de sentimentos para a formação dos ressentimentos, sugerida na leitura de Nietzsche (2006) e Scheler (1994) em que predominam o ódio e o desejo de vingança. Deste modo, se faz justificada a utilização neste trabalho do termo ressentimentos, no plural. Além desta conformidade, lembramos as considerações de Arendt (2001, p.301) sobre a impotência do perdão como peça fundamental na duração dos ressentimentos. Ansart percebe a presença de intensidades variáveis e graduais de ressentimentos.

O autor distingue, portanto, três níveis de intensidade, influenciado pela leitura de Freud (1932, p.391 - 401) e suas considerações sobre o ciúme. Para Pierre Ansart (2004, p.17), tais considerações podem ser aplicadas às situações concretas de ressentimentos. Foi Freud (1932, p.393) quem, primeiramente, se referiu a “ciúme comum”, sendo todos nós portadores; um segundo nível, o ciúme “constituído”, que levaria a uma rivalidade e seria passível de tratamento; e, por fim, o terceiro nível seria o ciúme “delirante” que levaria ao suicídio.

Interessados na superfície social dentro da qual esses casos acontecem, acreditamos, conforme Giovanni Levi (1996, p. 176), que uma vida ou um grupo podem ser compreendidos através dos desvios, ressentimentos, conflitos e efeitos que acontecem em contextos que os justificam.

Assim, utilizamos a *Raízes do Brasil e Sobrados e Mucambos* como fontes capazes de elucidar um período impar da história republicana brasileira. Produto

cuito fechado. 23ª ed. São Paulo: Hucitec, 1977.

3 VARGAS, Getúlio; PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral; SOARES, Leda. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995; vol. I.

VARGAS, Getúlio; PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral; SOARES, Leda. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995; vol. II.

4 O autor pensa por geração ressentida os intelectuais que se posicionaram em narrativas literárias às margens da postura modernista. Trata-se de narrativas que, de alguma forma, fazem uma crítica contundente ao modelo e aos valores da civilização técnica industrial que se afirmara após a ruptura de 1888–1889, responsável por desencadear, como diria Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil, a nossa revolução*. Ver em: VECCHI, Roberto. *A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia Regina (org.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

5 Conceito-chave para nossa reflexão, reconhecemos nos ressentimentos a existência de conjunto de sentimentos mistos. É preciso sublinhar que os ressentimentos, por seu aspecto mais sombrio, procedem de pulsões por vezes agressivas e destrutivas, pulsões de morte como chamou Freud (1932, p.401). Ver: ANSART, Pierre. *História e Memória dos Ressentimentos*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia Regina (org.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. P.15 - 36.

de ressentimentos. Como afirma o autor: “trouxemos de terras estranhas um sistema completo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam à vida brasileira” (HOLANDA, 1995, p.121). Nossa reflexão perpassa pela ideia de que o recorte temporal em exame equivale a um período de intensa transformação, de busca e reencontro com uma identidade nacional, de construção e procura no passado da representação de nação brasileira e ajuste cultural entre a experiência colonial e a recém-nascida república brasileira. Almejamos construir um texto que toque o chão histórico do período em análise, ou seja, que reconstitua o pensamento desta geração. Nessa tentativa, iniciamos com as considerações de Vecchi (2004, p.457 - 469) a respeito de *Raízes do Brasil*:

[...] é pela década de 30, particularmente por uma obra que marca um trânsito importante pelo menos na apreensão da formação do país, isto é *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Livro fundamentalmente de metáforas, texto fundador, pela ideia seminal de formação que define e aprofunda, da tradição crítica fundamental do século encerrado, *Raízes* é um marco divisório que se recorta, justamente. A partir da confluência das duas tradições, a da modernidade precoce e a do modernismo, que tiveram – como tentamos mostrar – um posicionamento próprio no que diz respeito ao recurso ao ressentimento na formação de estéticas e sensibilidades sentidas como modernas. (VECCHI, 2004, p.465)

Portanto, *Raízes do Brasil* apresenta-se como miríade do passado, ensaio que versa sobre o legado colonial. O fio condutor é a modernidade, ao projetarem o futuro, e a ideia de resquícios coloniais, em relação às práticas sociais herdadas dos tempos de colônia. O autor problematiza as mudanças e permanências que levam à modernização brasileira e à transposição do eixo dinâmico da economia agroexportadora para o setor urbano industrial. E também investiga a origem da nação, a mescla que se deu. O híbrido. O brasileiro que retorna ao passado em bus-

ca de respostas feitas no presente. O dilema é atual e a resposta antiga.

A essas inestimáveis vantagens acrescenta-se ainda, em favor dos portugueses, a já aludida, neles, de qualquer orgulho de raça. Em resultado de tudo isso, a mestiçagem que representou, certamente, notável elemento de fixação ao meio tropical não constituiu, na América portuguesa, fenômeno esporádico, mas, ao contrário, processo normal. Foi, em parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sua (HOLANDA, 1995, p.66).

Torna-se fundamental a reflexão sobre este ensaio, percebendo-o como fonte reveladora, capaz de exprimir a mentalidade de uma geração, repleta de radicalismo intelectual. Em um ambiente turbulento, pós “revolução de 1930” à instalação do Estado Novo em 1937, trata-se de um contexto histórico entre guerras, de crise, do avanço do fascismo e do socialismo, de desafios para o progresso e a industrialização. Logo, versaremos sobre o posicionamento do autor frente a este período em que não podemos falar em unificação. Aqui, vale ressaltarmos o importante estudo de Marilena Chauí (1986) sobre a sociedade brasileira de então. Segundo esta autora, as duas classes fundamentais da sociedade e do período eram a burguesia e o proletariado, porém, no caso brasileiro, não se encontravam plenamente constituídas. Alcir Lenharo (1986) confirma a tese levantada por Chauí e acrescenta que no interior da classe dominante nenhuma de suas frações era portadora de um projeto universalizante em condições de legitimar sua hegemonia social e política.

Sobretudo, buscamos ponderar em relação às formas de compreensão e representação ressentidas quando esta geração vê-se frente ao moderno. Holanda (1995) utiliza os “contrários”, os antônimos, que indicam dupla perspectiva. As oposições. A polaridade de seu ensaio não pretende denegrir uma face em relação à outra, pelo contrário, o ensaio comporta

dois polos e dupla perspectiva. O passado e presente, além da projeção do futuro. O autor acolhe as oposições e metáforas por acreditar que *Raízes do Brasil* se constitui por um movimento de contraponto.

Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos e imaginações para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é uma força normativa, salvo onde servir à vida social e onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas exteriores das sociedades devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas. (HOLANDA, 1995, p.161)

Assim, a rivalidade, as oposições e os contrários deste ensaio obrigam ao pesquisador uma análise interna, buscando verificar a lógica do texto e outra, externa, que verifica o contexto em que foi escrito. A partir dessas leituras, identificamos um texto que versa sobre o legado ibérico, o ruralismo, o homem cordial e a apropriação privada do Estado. Nessa leitura, os resquícios coloniais são vistos como obstáculo. Na outra leitura, atenta ao contexto, percebe um autor politicamente ativo com posições de “esquerda”, legítimas no embate eleitoral pelo voto direto e a luta pela cidadania. Mais além, Antônio Candido (1995) observou a atualidade do ensaio quanto à vida política do país na década de 1930. Antônio Candido (1995, p.23 - 24) ressalta “o radicalismo potencial” e a “mensagem política” entrelaçada ao jogo da metodologia dos contrários.

Geração Intelectual ressentida?

Acreditamos que *Raízes do Brasil* fornece indicações elementares para compreender certas posições e debates historiográficos do período que pretendemos estudar – contexto dominado pela descrença no liberalismo tradicional e de busca por soluções novas

para velhos problemas, seja à direita ou à esquerda. Os ressentimentos ao velho e transplantações de outras elaborações engenhosas ficam evidentes na obra: “Se no terreno político e social os princípios do liberalismo têm sido inútil e onerosa, não será pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade” (HOLANDA, 1995, p.188).

Sobre o liberalismo, o autor sentencia suas possibilidades de encaixe e a falsa sensação de naturalidade:

Com efeito, no liberalismo, a ideia da bondade natural do homem é simples argumento; seria ilusório supor que tal convicção repouse em alguma simpatia particular pelo gênero humano, considerando no conjunto ou em cada um dos seus indivíduos. Trata-se de uma teoria essencialmente neutra, despida de emotividade e que se enquadra facilmente em fórmulas. (HOLANDA, 1995, p.185)

Deste modo, escolhemos, para melhor compreensão do autor e da obra, aproximá-la da obra *Sobrados e Mucambos*⁶. Entendemos que os dois ensaios preocupam-se com a herança e trabalham o efeito do período colonial, a predominância, a permanência e as adaptações de algumas características. E, também, por entendermos que a montagem proposta da formação da nação brasileira a partir de aspectos da colônia são bem parecidos. Isto indica que os autores estavam em diálogo e frequentavam os mesmos círculos de socialidade. A palavra-chave de futuro para esses historiadores é modernização. Essa geração pretende um diagnóstico do presente e, para tanto, retorna ao passado colonial para conhecer-se, observando, sobretudo, o problema da modernidade futura, pois essa geração acredita que a modernidade, como processo histórico, ainda não está dada, ela se propõe para o futuro.

6 A análise que arriscamos justifica-se por *Sobrados e Mucambos* ter sido publicado originalmente em 1936, mesmo ano em que Holanda publica *Raízes do Brasil*, permitindo-nos fazer um panorama do debate historiográfico da geração de 30.

Observamos que enquanto *Casa Grande & Senzala* preocupa-se com o período colonial em si, em *Sobrados e mucambos*, Freyre (2006, p.673 – 746) introduz personagens e espaços urbanos, por isso a escolha desta obra em especial. Ressaltamos que estes novos personagens invadem a velha Casa Grande em decadência: são as hipotecas, os bancos e os filhos e genros bacharéis. “As cidades tomaram das fazendas e dos engenhos esses filhos mais ilustres” (FREYRE, 2006, p. 737), observa o autor.

Os engenhos, lugares santos donde outrora ninguém se aproximava senão na ponta dos pés e para pedir alguma coisa – pedir asilo, pedir voto, pedir moça em casamento, pedir esmola para festa e igreja, pedir comida, pedir um copo de água para beber – deram para ser invadidos por agentes de cobrança, representantes de uma instituição arrogante da cidade – o banco (FREYRE, 2006, p.736).

Nesse sentido, as duas obras preocupam-se com a construção da nação brasileira. Porém, pensam o mesmo problema de formas diferentes, enquanto Holanda versa que os resquícios coloniais atrasam a modernização, e trabalha a ideia de ruptura em sua tese; Gilberto Freyre nos dá a ideia de amálgama entre a modernidade pretendida e os resquícios da colônia, sua tese considera que mesmo contendo mazelas, há, também, potencialidades. (FREYRE, 2006, p.677)

O método empregado pelos autores estudados nos permite considerações frutíferas sobre a trajetória da historiografia brasileira. Sobretudo, podemos propor que estas obras indicam uma mudança de perspectiva em relação à historiografia tradicional. O que nos induz a relacionar a geração intelectual de 1930 com a ideia de mudança, ou, pelo menos, com a proposta de problematizar o velho. Então, os dois autores advogam a interdisciplinaridade e negam as barreiras absolutas entre as ciências. Freyre (2006, p.677) traz critérios de estudo psicossociológicos e, ao mesmo tempo, histórico e social; empregando

várias técnicas, e não apenas uma. Na tentativa de compreender e interpretar a sociedade patriarcal brasileira adentrou as fronteiras ecológica, sociológica, psicológica, antropológica e folclórica.

Em especial, destacamos as considerações deste autor sobre o diálogo entre história e psicologia. De acordo com Freyre (2006, p.680 – 681), necessita-se de uma história orientada pela psicologia para compreender o brasileiro, produto de séculos de Brasil, isto é, de interpenetração de influências culturais diversas, dentro de condições peculiares a determinado espaço geométrico e não apenas social. O que Gilberto Freyre (2006, p.680) chama de “sociologia da família” – são estudos que atribuem importância à casa, ao espaço privado e suas práticas sociais.

Gilberto Freyre (2006, p.740) sustenta a hipótese de que o patriarcalismo “urbanizou-se”, sua ideia perpassa pela compreensão de interações entre o privado e público que empreenderam a formação social do Brasil. O autor estabelece metáforas espaciais, para estabelecer as interações sugeridas acima:

Ao declínio do poder político do particular rico – poder de que fora sede cada casa-grande ou sobrado mais senhorial, mais importante ou mais nitidamente patriarcal em seus característicos – correspondeu o aumento de poder político público, encarnado por órgãos judiciais, policiais ou militares ou simplesmente burocráticos do governo monárquico e, depois, do republicano, não raras vezes instalados em antigas residências patriarcais (...). Tal o caso do palácio do catete e o do Itamarati (FREYRE, 2006, p. 740).

Confirmando o interesse da geração para com poder patriarcal, Holanda (1995, p.81) nos chama a atenção para o pátrio poder – o quadro familiar - organizado segundo as normas clássicas do direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica e exportadas para o Brasil na colonização. Para o autor, é poderosa a sombra patriarcal que persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. Nas palavras de Freyre (2006, p. 740), há “uma invasão do

público pelo privado, do Estado pela família”. E mais: indica ressentimentos da geração ao afirmar que “um demônio pérfido e pretensioso” (HOLANDA, 1995, p. 81 – 82) insiste em obscurecer nossos olhos para um mundo de essências mais íntimas e nos leva a organizar nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude comprovada.

O pensamento totalitário investe o Estado na figura do criador da nação e dos seus componentes. Anterior à sua criação, o Estado é o lugar onde a Nação enquanto projeto se põe inteiramente visível (BRESCIANI, 1983, p.8).

Em outras palavras, foi preciso, na visão de *Raízes do Brasil*, que as novas instituições fossem amparadas em princípios consagrados e certas virtudes senhoriais foram transplantadas para o público. Assim, a família patriarcal fornece o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados.

O chefe que conduz a multidão nada mais é do que o prolongamento da autoridade paterna e a família o primeiro grupo e o mais importante dessa cadeia que ata o indivíduo ao coletivo nacional (LENHARO, 1986, p.46).

Para Holanda (1995, p.86) o legado colonial com seu modelo patriarcal consagrado amparou as instituições republicanas. O autor versa que o processo de crescimento dos núcleos urbanos e o processo de absorção das populações rurais corresponderam a um desenvolvimento da já tradicional herança de dependência em que se achavam colocadas as cidades em face dos domínios agrários.

Raízes do Brasil argumenta que na ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções recentemente criadas eram recrutados entre os indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidades e tendências características dessa classe. Então, inspirados

pela herança do privado, estes homens se veem diversos do que são e (re)criam no público novas preferências e repugnâncias. “É raro que sejam das boas”, lamenta Sérgio Buarque de Holanda (1995, p.188).

Consideramos que a tese apresentada indica dependência dos centros urbanos brasileiros com a ditadura dos domínios rurais, pois a regra, para o autor, em todo o mundo e em todas as épocas, foi sempre o contrário: a prosperidade dos meios urbanos fazendo-se à custa dos centros de produção agrícola. O movimento inverso que teria acontecido no Brasil justifica mais ressentimentos. A conclusão do autor é que “o predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as suas aparências, foi antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio” (HOLANDA, 1995, p.92).

A hipótese lançada é que não foi a rigor uma civilização agrária a que os portugueses instauraram na colônia brasileira, foi, no entanto, uma civilização de raízes rurais. E a permanência da herança rural transportou para o público o tipo de organização familiar dos domínios rurais, sobretudo a respeito da autoridade dos proprietários de terra, do patriarcal, aquele que nunca sofria réplica. “A alma coletiva traz a marca do seu complexo de Édipo”, alega Alcir Lenharo (1986, p.46) e, mais, “nessa relação tipicamente patriarcal entre alma coletiva, que é filha, e o chefe, que é o pai, o chefe assume funções sacerdotais” (1986, p.46). Sobre a herança rural, Holanda (1995) dialoga com Freyre (2006), ao indicar o poder simbólico do pátrio poder, através da descrição dos mobiliários produzidos nos engenhos:

Hoje mesmo, em certas regiões, particularmente no Nordeste, apontam-se, segundo o Sr. Gilberto Freire, as ‘cômodas, bancos, armários, que são obra de engenho, revelando-o não sei quê de rústico de sua consistência e no seu ar distintamente heráldico. (HOLANDA, 1995, p.80)

Há desordem histórica social do Brasil na visão de Holanda (1995, p. 187), este é o problema a

ser resolvido para que se (re)construa a nação. E os ressentimentos estão na consciência da falta, nas fraturas, nos vazios e transplantações no processo de formação nacional, conforme considera o autor:

É bem compreensível que semelhantes ocupações venham a caber, em primeiro lugar, à gente principal do país, toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos. E que, transportada de súbito para as cidades, essa gente carregue consigo a mentalidade, os preconceitos e, tanto quanto possível, o teor de vida que tinham sido atribuídos específicos de sua primitiva condição (HOLANDA, 1995, p.82).

E, por fim, identificamos os ressentimentos do presente vivido por estes intelectuais, componentes de uma geração que dialoga com o externo e, a partir dele, se volta para a essência, em busca de algo que represente o brasileiro, ao mesmo tempo que instituições públicas são criadas, legislações avançadas e o domínio sacerdotal do Estado é instaurado. Os ressentimentos vão além dos traumas e fraturas da colônia. Estão presentes no interior dos grupos que dialogam a respeito da modernidade que se apresenta no horizonte. Os discursos em debate, no interior da intelectualidade desta geração, mostram-se ressentidos entre os iguais.

Considerações finais

Na verdade, a tentativa da geração dos anos 30 de examinar o problema da formação brasileira tinha mais de ensaística do que de sociológica, constituindo-se mais um esforço de introspecção coletiva do que de análise científica. Pois, essa *geração ressentida* vê-se devorada pelo problema que remete à (re) construção da identidade nacional. O problema do pertencimento. O problema da modernização. Ao não sentir-se representada, a geração de 30 percebe-se imersa numa memória indigesta: a herança colonial. A questão apresenta-se sensível às memórias

que se avizinham de sentimentos de rancor passivo, alimentado, contudo, pelas certezas do saber científico da historiografia que advoga estes ensaios. Certamente, esta geração intelectual trabalhou estes afetos no intuito de construir identidades nacionais que atendessem ao problema levantado. Mas, talvez, não projetasse que estavam a construir identidades fortemente ressentidas.

Quem sabe, os ressentimentos contidos nos anos 30 apresentam papel fundamental na elaboração da ideologia de nacionalidade e na construção simbólica da nação, visto que os ressentimentos criam valores e antivalores. E *Raízes do Brasil* é extremamente violento na representação do passado que não passa. Em formas de metáforas, o autor reconstrói a má formação do Brasil. E seu argumento está nas elites cordiais – a metáfora do “homem cordial” é decisiva para compreendermos o ensaio – pois, são as elites cordiais, resquícios da colônia, obstáculos na modernidade para a formação do espaço público.

Ainda, consideramos que *Raízes do Brasil* propõe uma revisão radical do próprio modernismo. Em concordância com Vecchi (2004, p. 465), pensamos que a obra em questão promove uma rearticulação projetual decisiva, pois percebe o problema da formação da nação brasileira como “um processo vivo de identificação conflituoso”. E fórmulas internacionais não encaixariam na problemática plural de nossa má formação e suas permanências.

Vecchi (2004, p. 466) observa que, ao contrário da faceta ressentida em práticas modernista que desejavam preencher o vazio “de uma arte, de uma literatura, de um pensamento, enfim, que traduzia um anseio qualquer de construção”, percebemos que Holanda (1995) “verticaliza” a experiência modernista ao argumentar contra a ideia de expressão nacional afastada da terra e do povo. Propõe que nem sempre a modernização está atrelada à modernidade, ou seja, nem sempre urbanização e revolução técnica produzem modernidade. O caso brasileiro demonstraria esta hipótese: a permanência da velha cordialidade expõe o passado que não passa.

Bibliografia:

ANSART, Pierre. *História e Memória dos Ressentimentos*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia Regina (org.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. P.15 - 36.

BARROS, Márcia. *História e Psicanálise – um diálogo possível*. (p.67 -80) IN: SOUZA, Olga Maria Machado Carlos de; SOUBBOTNIK, Michel Alain (Org.). *Enlaces: psicanálise e conexões*. Vitória – Espírito Santo: GM Gráfica & Editora, 2008.

BARROS, Márcia. *História e Psicanálise – um diálogo possível*. IN: SOUZA, Olga Maria Machado Carlos de; SOUBBOTNIK, Michel Alain (Org.). *Enlaces: psicanálise e conexões*. Vitória – Espírito Santo: GM Gráfica & Editora, 2008, p.67 – 80.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Comunicação à 35ª Reunião Anual da SBPC*. 1983, mimeo, p.8.

CANDIDO, Antônio. *Post-Scriptum*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p.12 - 24.

CHAUÍ, M. FRANCO, Maria Sylvania Carvalho. *Ideologias e Mobilização Popular*. Cedec/Paz e Terra, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & senzala*. 46. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Cia das letras, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LENHARO, Alcir. *Pátria como família*. In: LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: papirus, 1986.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Ricoeur, Paul. *Interpretação e ideologias*. 4. ed. - Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

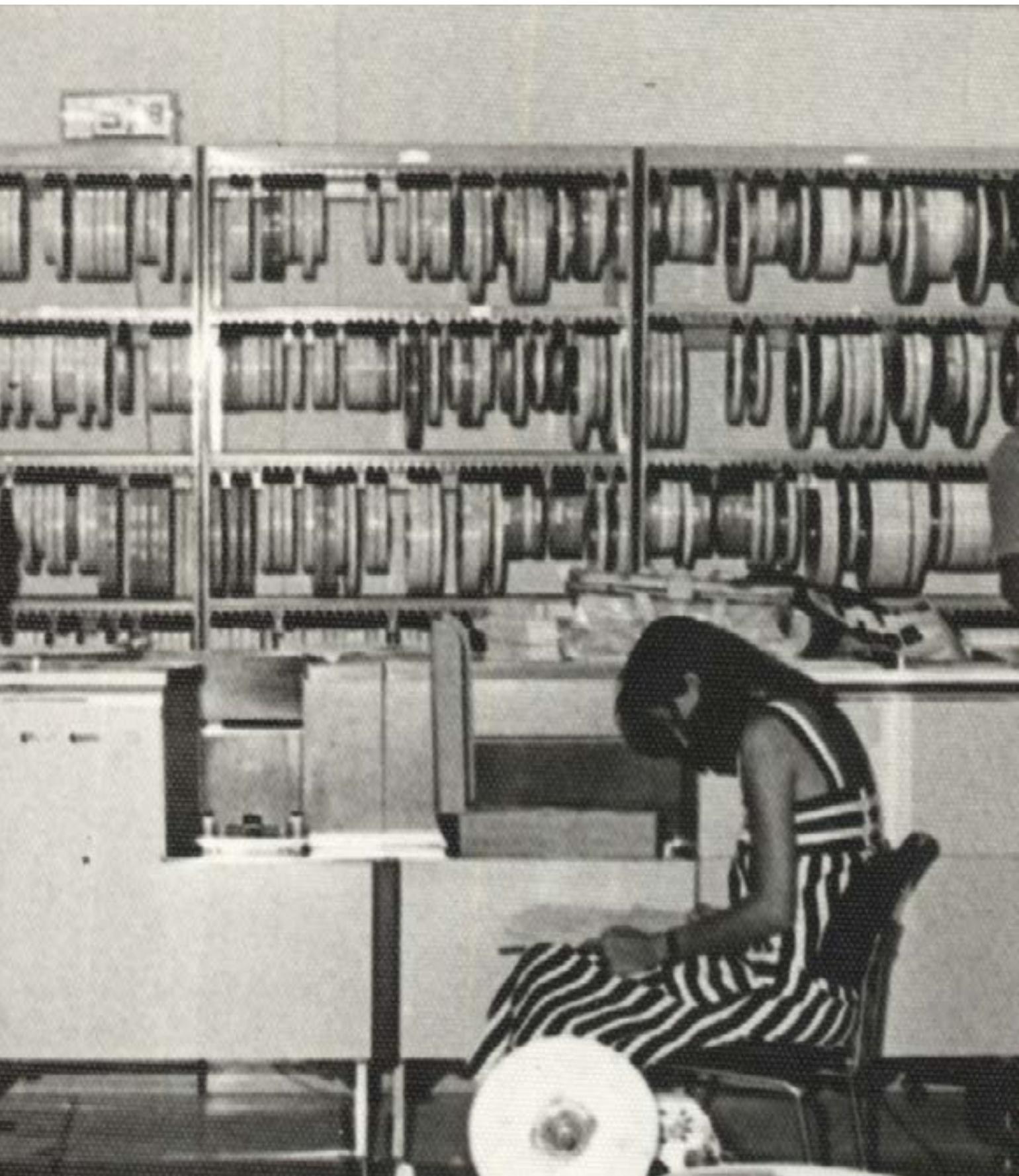
TODOROV, Tzvetan. *As categorias da narrativa literária*. (p. 209 – 254) In: BARTHES, Roland; ECO, Umberto; TODOROV, Tzvetan. *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. 3. ed. - Petrópolis: Vozes, 1973, p.209 – 253.

VECCHI, Roberto. *A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia Regina (org.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p.457 – 469.

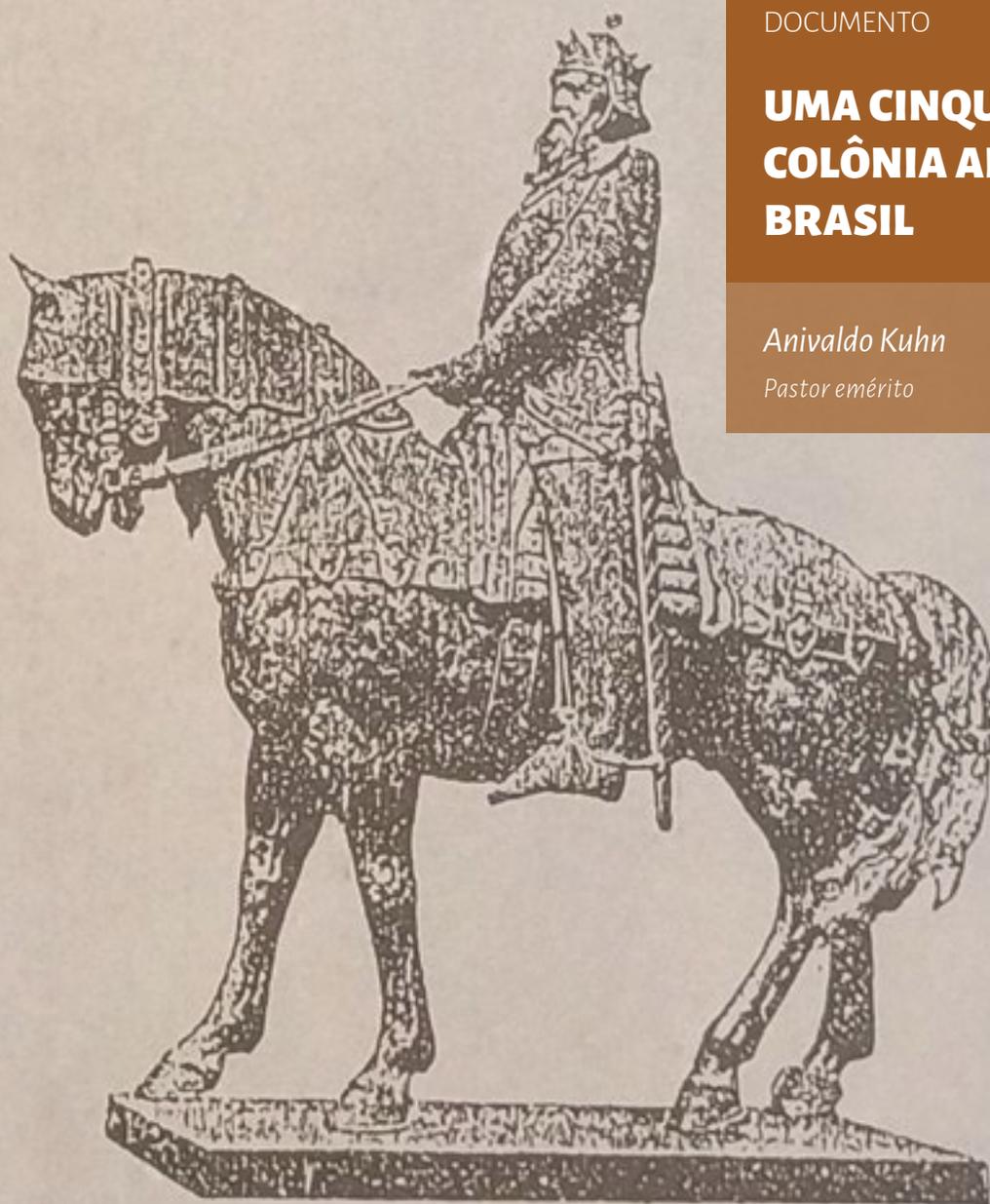
Recebido em: 08/05/2018

Aprovado em: 04/06/2018









DOCUMENTO

UMA CINQUENTENÁRIA COLÔNIA ALEMÃ NO BRASIL

Anivaldo Kuhn

Pastor emérito

in seinen Besitzungen stehen, und von allen Seiten, von Brasilien und Südamerika, von Brasilien und Peru...

Es ist die Zeit der Glorie, wo man über das herrliche Reich Brasilien hinweg auf die unerschöpflichen Reichtümer des Landes...

Kaiser Wilhelm-Grandchild am Protestantischen Kirchentag in Peter.

Im herrlichen Glanz der großen Kaiser, dessen die weltliche Welt in christlichen Reichthum...

50 ANOS DE UMA COLONIA ALEMÃO NO BRASIL. Das 50jährige deutsche Kolonien in Brasilien.

von H. Dold, Missionar. — P. DOLD - MISSIONAR

Santa Cruz, 6. Dez. 1896.

Seitdem und hierher, habe am 12. März 1843 unter dem Namen 'Colônia' im Jahre von Kaiserin ein...

Brasilien hat in den letzten Jahren zu einem großen Gange seiner Entwicklung erblüht...

in, um den ein Regiment leicht griff; in der Zeit...

Die Kaiserthumstiftung von der Kaiserzeit in Brasilien.

Der erste und wichtigste Schritt zum Kaiserthum ist das von Kaiser Johann III. (1822 - 1864)...

Fonte PMA 03 15 PLANO DE SIMAN 15002 1896-42

RESENHA

Tradução de artigo, publicado originalmente em alemão gótico, em 1896, pelo padre alemão Told, de Santa Isabel (Domingos Martins) por ocasião do cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes alemães à Colônia de Santa Isabel, contendo informações históricas sobre os primeiros desbravadores. A tradução é do pastor luterano, Anivaldo Kuhn.

TRADUÇÃO

UMA CINQUENTENÁRIA COLÔNIA ALEMÃ NO BRASIL

Padre Dold, Missionário de Santa Isabel, 08 de Dezembro de 1896.

Lenta e festivamente adentrava no dia 12 de Março de 1895 o nosso vapor “Lisboa”, no porto de Vitória. Digo lenta e festivamente, porque a entrada não acontece ligeira por causa do razoável perigo da proximidade das rochas e da margem. No nosso navio havia uma alegre movimentação, pois nenhum dos nossos passageiros tinha visto antes a capital da província do Espírito Santo e agora, se apresentava na entrada pela primeira vez uma radiante imagem tropical. Há uma hora ainda estávamos sobre o imenso vasto mar e agora numa imponente rua de água. À esquerda, saudavam os coqueiros da terra firme, à direita, verdes ilhas e ao longe abanavam montanhas azuis. São as montanhas do Espírito Santo com as duas colônias, Santa Isabel e Santa Leopoldina, as metas da nossa viagem. É certo que a baía do Rio De Janeiro é inquestionavelmente a mais magnífica e certamente vale, por isso, como a mais bela do mundo. A entrada do porto de Vitória, no tocante às suas paisagens é, a seu modo, mais agradável e lembra uma viagem sobre um rio tropical.

Vitória, a capital da província do Espírito Santo, localiza-se sobre uma ilha, em parte sobre terreno pedregoso, no formato um tanto de anfiteatro. A cidade só conta com dez mil habitantes, mas alcançou significativo sucesso nas últimas décadas como ponto comercial. Sob a perspectiva religiosa, Vitória é uma grandeza decadente. A espaçosa matriz (igreja paroquial), a grande torre da igreja jesuíta, agora catedral, o colégio estadual jesuíta, agora palácio presidencial, as isoladas e despovoadas igrejas e conventos dos franciscanos e carmelitas calçados, junto com o túmulo vazio do padre José de Anchieta, o grande apóstolo desta província e a grande inscrição sobre a capela do Sacramento da velha matriz: *Lauda, Victoria, Salvatore tuum* (Louva, Vitória, o teu Salvador!). Tudo isso evoca a saudade e nos permite ver dias passados, dias de católicas grandezas e glórias.

A velha Vitória católica, com todo o seu esplendor religioso, despençou, “da Filha de Sião desapareceu a sua glória”. As ruas perto dos velhos mosteiros “estão de luto porque ninguém vem à festa”; “mas a filhinha não está morta, ela apenas dorme” e aguardem o momento em que ela ressuscitará para a nova vida. Esse dia da ressurreição acontecerá - assim esperamos - já no próximo ano - naquela hora em que o novo bispo consagrado do Espírito Santo adentrar em Vitória como sua nova cidade episcopal.

und Stg. Zum Glück hatte hier der Regierender Statthalter...

Zur Hilfe von Santa Maria ist geschick, unentgeltlich an...

Obwohl die die Wirklichkeit, besonders bei den Häusern...

Der militär. Institut. Transporter an bei Hilfe von...

Der der Schienen bei Brasilia ist sehr wenig bei...

die die mit den Zeitbedürfnissen Brasiliens...

Die die...

Das der der...

Der der...

Die die...



Die Standbilder von Kaiser Wilhelm und Friedrich Barbarossa vor der Halle des Schlosses in Berlin.

Zu unsern Bildern.

Was, was ist! Die hochgeliebte Bildnisse, das sind die die die...

Die die...

Das der der...

Para sua bênção o Brasil ganhou nos últimos anos algumas novas dioceses. Ainda em meados do século XVI o bispado - arquidiocese - do Rio de Janeiro abrangia todo o Sul do Brasil, a partir do Rio Doce, incluindo a nossa província do Espírito Santo. Esse bispado - maior que todo o Império Alemão - foi dividido pela primeira vez em 1744. Há alguns anos, quase toda a província do Rio de Janeiro foi separada do bispado de Niterói, que junto com a província do Espírito Santo foi elevado a um novo bispado de Niterói (residência em Campos). Agora, neste ano, também o Espírito Santo foi separado e elevado a bispado.

A este recém-criado bispado é que pertencem nossas duas colônias alemãs, Santa Isabel e Santa Leopoldina. A primeira celebra no próximo ano de 1897 seu jubileu de cinquenta anos de existência. Sua irmã, a colônia Leopoldina, é de data mais recente. Foi no dia 20 de Outubro de 1846, no dia de São Vendelino - que os antigos colonos ainda destacam com lucidez - que o veleiro "Filomena" da Antuérpia aportava com os primeiros colonizadores alemães no porto do Rio. Era a honrada gente brava da região do Trier e do Hunsrück querendo tentar a sorte no tão elogiado Brasil.

Mas certamente muitos deles teriam ficado na sua pátria, se tivessem sabido das carências, especialmente as iniciais, que os aguardavam no novo mundo. No início, eles moraram em precárias cabanas na paróquia de Viana. Passaram-se três meses até abrirem uma estrada pela mata até a atual paróquia de Santa Isabel. Entrementes, a febre tropical e outras doenças já haviam diminuído significativamente o grupo. A época da chegada não foi propícia para a aclimação. Quem viaja ao Brasil, escolha os seus meses de inverno, fim de maio até setembro.

Toda a paróquia da Santa Isabel, área que só se consegue circundar em 50-60 horas, era há 50 anos floresta virgem, habitada por antas, gatos selvagens das mais variadas espécies, veados, macacos e serpentes venenosas. Até hoje ainda não foi possível a extinção das cobras; todos os anos ocorrem casos de mordeduras de cobra, sendo que diversos colonos já tiveram que deixar a vida dessa maneira. As onças tornaram-se mais raras, contudo as panteras ainda são bem frequentes em uma parte da paróquia; as antas ainda continuam se reproduzindo e são caçadas pelos colonos. Aos principais inimigos dos colonos - contam os porcos do mato e os macacos, que são muito prejudiciais às plantações de milho e outras. Também o bicho-de-pé (*pulex penetrans*), que há alguns anos tornara-se um suplício na África Central, mas que aqui é nativo, ocorre nas colônias alemãs; contudo nunca ouvi dele ter se tornado em algum lugar uma praga como na África.

Desmatar e cultivar esta selva, na qual até há 50 anos nenhum europeu havia adentrado, era o objetivo de um pequeno grupo de colonos alemães. Os primeiros colonos, conforme já destaquei, foram treverianos (Tréveris), depois seguiram os hessenianos, luxemburgueses e mais tarde um grande número de pomeranos. Com isso, estava estabelecida a diversidade das concessões. No ano de 1852, 18 famílias católicas construíram a atual igreja paroquial na vila de Santa Isabel, enquanto os protestantes, a uma robusta hora acima mais longe, fundaram a pequena Vila Campinho e lá mesmo construíram um templo com uma bela torre.

A Igreja Católica foi murada e a protestante socada como construção de barro “pisé”, como aqui na América do Sul não é raro. Recomenda-se aqui a construção de barro “pisé” em razão do baixo custo e da sua durabilidade. Ao mesmo tempo, construiu-se ao lado da igreja uma casa paroquial sobre uma suave elevação onde estava a capela de Bonifácio.

O nome de Isabel, a colônia recebeu segundo a nobre princesa Isabel (em espanhol, Isabella), a filha do destronado imperador. Ela ocupou o trono três vezes por períodos mais longos durante a ausência de seu pai. Durante sua última regência, no dia 13 de Maio de 1888, ela aboliu a escravidão no Brasil. Padroeira da colônia tornou-se a padroeira nominal da princesa: Santa Isabel de Portugal.

Até o dia de hoje a colônia celebra anualmente no início de julho um culto festivo e procissão do seu patrocínio. A todos os leitores familiarizados com a história da missão no Brasil será de interesse perceber que a Paróquia de Santa Isabel limita-se ao sul com a Paróquia de Benevente, o último distrito de atuação do grande padre Anchieta, apóstolo do Brasil. Em Benevente, antigamente chamado de Beretiba, faleceu o missionário beato e grande milagreiro no dia 9 de Junho de 1697, adorado pelos seus indígenas e convertido como santo. Em procissão festiva e com grande pompa seu corpo foi levado em um caminho de 40 milhas até Vitória, onde foi sepultado na igreja dos jesuítas. Queira o 4º Centenário da morte do grande apóstolo, que coincide com o jubileu de 50 anos da nossa colônia, ser uma fonte de bênção e de ressurreição espiritual no Brasil.

Lancemos ainda um breve olhar sobre a paróquia de Santa Isabel. Ela é ainda uma pequena paróquia, fundada recentemente em 1878 pelo Bispo Lacerda do Rio, mas tem a extensão de um pequeno bispado italiano. Os pontos mais afastados da paróquia não estão a menos de 16 horas. O terreno é totalmente montanhoso, sem estrada carroçável, apenas com caminhos para pedestres e animais de montaria. Perto da igreja paroquial só existem algo em torno de 30 casas, das quais algumas estão inabitadas. Elas pertencem a colonos alemães que as ocupam somente aos domingos antes e depois do culto. É evidente que em razão da enorme extensão da paróquia e do terreno montanhoso o pastoreio torna-se muito pesado.

Nos cultos dominicais na igreja paroquial só se tem uma presença ínfima de todas as crianças da paróquia. Torna-se imperativo incondicional visitar algumas vezes ao ano as diversas capelas e permanecer pelo menos uma semana em cada uma delas. Até agora, a paróquia conta além da matriz (igreja paroquial) só com quatro capelas e um oratório, mas existem quatro novas capelas em construção além de outras duas que em breve serão iniciadas. Às concluídas pertence a Capela do Espírito Santo de Soído, três horas distante da igreja paroquial, cuja inauguração eu conduzi em maio do ano passado. A população da paróquia de Santa Isabel é estimada entre 7 a 8 mil; dados exatos não existem. Estes 7 a 8 mil distribuem-se mais ou menos assim: alemães católico em torno 1500; católicos não alemães (brasileiros e italianos) mais de 3000; alemães protestantes algo em torno de 3000.

Entre os (filhos) paroquianos de Santa Isabel existem descendentes dos três filhos de Noé: jafetitas (alemães, italianos, portugueses e destes os descendentes brasileiros); os semitas, que estão pouco semeados, representados pelos vendedores (caixeiros) ambulantes que viajam com seus produtos pelas montanhas e visitam individualmente as casas dos colonos; os quenitas, que são os numerosos negros puros e semi-negros, descendentes da infeliz importação de escravos da África, já do tempo do São Pedro de Claver (o grande apóstolo de Cartagena). Assim, essa solitária paróquia serrana brasileira representa, no modo de falar, a universalidade da igreja.

A igreja paroquial de Santa Isabel é simples, mas é uma construção bem bonita que receberá no próximo ano um novo adorno através de duas torres e uma fachada. O altar mor, confessionário e púlpito mantidos em estilo gótico são obras de um colono falecido. A igreja paroquial foi construída sob orientação do falecido capuchino Pe Wendelino da província capuchina do Tirol. Ele atuou aqui como primeiro cura d'alma para os alemães. Pe Wendelino convocou ainda dois outros capuchinos para cá, dos quais o Pe Hadrian, que pastoreou a colônia de Santa Leopoldina, faleceu no dia 23 de Dezembro de 1868 em Vitória.

Com esta morte, despediu-se da vida o último capuchino aqui atuante. Santa Isabel recebeu no ano de 1877 um sacerdote alemão, o secular Pe Fritzen, que deixou a paróquia após sete anos de atuação.

Assim, também Santa Isabel ficara órfã confiada ao pastoreio o padre brasileiro responsável pela paróquia de Viana, até no dia 29 de Abril de 1896, o bispo de Niterói indica a minha pouquice (Wenigkeit) para ser padre em Santa Isabel. Em toda a paróquia só se vê chão de barro, que durante as fortes chuvas tropicais ficam muito moles. Isso não é nenhum conforto para pessoas normais durante o tempo de chuva nas grandes viagens emergenciais e de visitas às capelas. Com veste clerical, estola e a patena providencial sobre o peito, monta-se no animal de viagem e aí se vai por longas horas morro acima e morro abaixo, sobre córregos e rios até a casa ou casebre do doente. Tais cavalgadas providenciais lembram involuntariamente a cena do barão de Habsburgo. Diante do padre, seguem normalmente um a dois cavaleiros guias com lanternas providenciais e pequenos sinos.

Uma aventureira viagem emergencial eu tive no ano passado em Santa Leopoldina, durante a volta de uma visita a um doente fomos surpreendidos por uma chuva torrencial tropical, é o que na Europa se chamaria de tromba d'água. Envolvidos na escuridão, não víamos sequer caminho e nem trilha. Por sorte, um dos guias tinha um isqueiro e assim o farol pode ser reacendido, cujo clarão nos mostrava o caminho pela mata.

O clima de Santa Isabel é saudável, pelo menos nas regiões mais elevadas; acontecem, contudo adoecimentos por febre. A temida febre amarela, no entanto, parece ter provocado em um ano um número maior de vítimas. Até então aconteciam casos isolados da febre amarela. Mais frequente é a anemia, especialmente em crianças alemãs; ela acontece certamente, na maioria

das vezes, por causa do encharque e dos resfriados. Muitos colonos, porém, trabalham também em tempo de chuva nos cafezais ou nos dias de tempo instável, quando chove vinte vezes e o sol brilha vinte vezes. Por mais tempo a natureza (destes colonos?) não está adequada para essas mudanças climáticas e a anemia com as suas consequências, se instala. Por sorte, a natureza tem, por sua vez, um comprovado remédio contra esta doença: a saber, o venenoso leite da fruta verde do mamão.

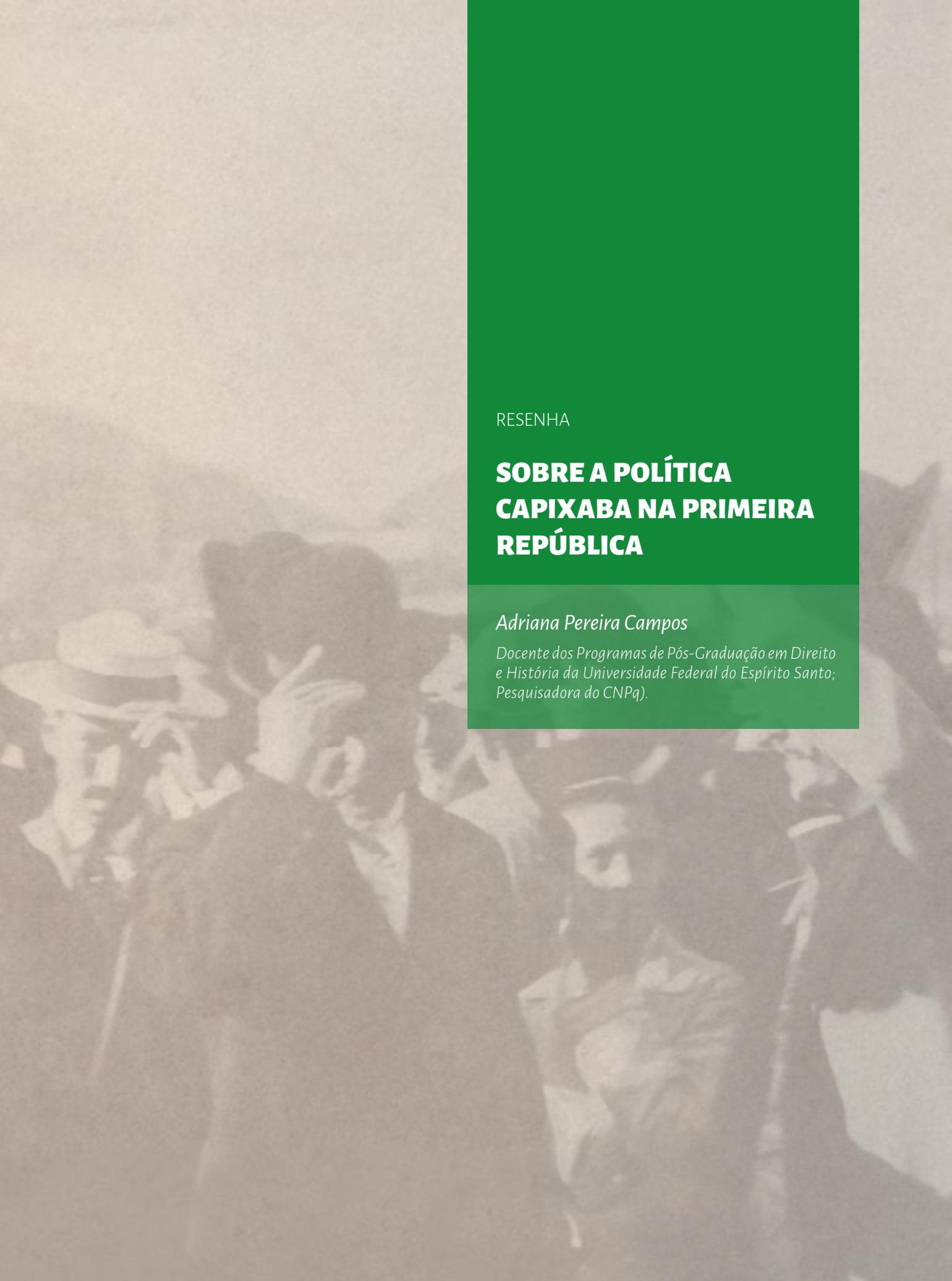
A temperatura anual média da costa do Espírito Santo perfaz 23 graus (Réaumur); nos meses de inverno, 15- 20 graus. Aqui nas montanhas temos 3 graus a menos, assim que o clima no verão é na maior parte dos pontos bem suportável. Das árvores da mata, a palmeira é indiscutivelmente a mais bela. Quanto às outras árvores elas me parecem aos altos e fortes pinheiros da pátria um tanto entortados. Uma velha mata alemã de pinheiros, às vezes, pode parecer mais linda do que a selva. O que empresta à selva seu aspecto próprio é o seu colorido misto, a exuberância selvagem da natureza, a cortina nunca descerrada, na qual o olho reencontra algumas plantas deslumbrantes, conhecidas nas casas de comércio na Europa adquiríveis na pátria só por rico dinheiro.

Infelizmente as enormes e estupendas borboletas tendem a diminuir. Com a erradicação da mata e implantação de cafezais, a maioria dos colonos alcança um relativo bem estar. A floração do cafeeiro é branca, o fruto é vermelho; um cafezal em flor concede uma imagem bem linda. Até agora, todas as tentativas de plantio de árvores frutíferas não obtiveram êxito; em contra partida pessegueiros se desenvolvem, mas seus frutos não são tão doces e salgados como era de se esperar sob o sol tropical. Melhor produz a banana nativa, abacaxi, melões, mamões, cocos, e assim por diante. Das bananas existem várias espécies; a inferior serve de ração para os porcos.

Na divisa entre Santa Isabel e Leopoldina localiza-se Califórnia, assim denominada porque lá se estava alguns anos à procura de ouro. Os resultados, porém, não foram auspiciosos. E assim há de novo sossego nesta região sob todas as copas. A comunicação com a capital até no ano passado acontecia só por meio de tropas de burros; agora Viana, a vila (cidade) da paróquia vizinha virou estação de trem. E em alguns anos provavelmente também a paróquia de Santa Isabel receberá dois ou três pontos de parada ou estações. Neste ano já foi trabalhado vigorosamente numa linha férrea serrana que ligará Vitória a Minas Gerais. Mas apesar das linhas férreas, as tropas ou caravanas de muarens continuarão indispensáveis como meios de transporte nestas montanhas. O estridular alongado do apito da locomotiva, que até agora ainda não ressoa pelas montanhas da colônia, é imitado ilusoriamente por uma cigarra.

Tradução do pastor emérito Anivaldo Kuhn.

Ponto Alto. Setembro de 2019



RESENHA

SOBRE A POLÍTICA CAPIXABA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Adriana Pereira Campos

*Docente dos Programas de Pós-Graduação em Direito
e História da Universidade Federal do Espírito Santo;
Pesquisadora do CNPq).*

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo lançou, na coleção Canaã, relevante contribuição da historiadora Nara Saletto sobre a Primeira República no Espírito Santo. A pesquisadora possui destacada produção historiográfica a respeito da história regional, especialmente sua dissertação de mestrado, intitulada “Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo”, e tese de doutorado, “Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)”.

Nas duas últimas décadas, a historiografia colocou as investigações de Nara Saletto entre os estudos clássicos sobre o Espírito Santo. No livro publicado pela coleção Canaã em 2018, a pesquisadora oferece ao leitor novos subsídios para a compreensão da história capixaba na Primeira República. E, uma vez mais, ela apresenta estudo seminal sobre nossa história regional.

A obra, diferentemente das anteriores de sua autoria, reúne vários textos concebidos ao longo de sua participação como docente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Naquela instituição, a professora Nara Saletto dedicou-se a refletir sobre a história política regional e orientou dissertações relevantes sobre a Primeira República, explorando, principalmente, aspectos como oligarquia, coronelismo, partidos políticos, entre outros. No mesmo período, a historiadora participou do Dicionário da Elite Republicana (1889-1930), publicado digitalmente pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Assinou verbetes sobre Aristeu Borges de Aguiar, Antonio Gomes Aguirre, Bernardino de Sousa Monteiro, Jerônimo Monteiro, Graciano dos Santos Neves, José Gomes Pinheiro Júnior e José Marcelino Pessoa de Vasconcelos. Muitos dos verbetes foram redigidos em parceria com o ex-orientando, Fernando Achiamé, a quem a professora Nara Saletto atribui a publicação do novo livro.

O título, “Sobre a Política Capixaba na Primeira República”, representa os dois elementos chave propostos pela autora para a compreensão do Espírito Santo entre 1889 e 1930. Em primeiro lugar, abando-

na-se a ideia de “Velha República” como tempo superado pela “Revolução de 1930”. Em segundo, demarca-se a Primeira República como temporalidade com feição própria, principalmente em relação às práticas políticas coronelistas e oligárquicas.

Nara Saletto identifica que, além de São Paulo e Rio de Janeiro, o republicanismo encontrava-se fortalecido em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e crescia no Espírito Santo em fins da década de 1880. A fim de explicar o destaque dado aos capixabas, a autora evidencia o papel da abolição para a penetração do republicanismo na antiga província, especialmente com a formação de clubes e associações. Até 1889, a maior parte dos grêmios localizava-se, inclusive, na região sul dominada pelos cafezais no Espírito Santo. Apenas três desses grêmios tinham sede em Vitória, enquanto os demais fervilhavam na porção meridional da província.

Curiosamente, a inauguração da República no Brasil dividiu seus adeptos em solo espírito-santense. A primeira articulação partidária deu-se, segundo Nara Saletto, a partir da oposição entre grupos do sul e de Vitória. Unidos na época da monarquia, na vigência da república, os republicanos capixabas separaram-se e estabeleceram alianças com antigos monarquistas de diferentes clivagens ideológicas – conservadores e liberais. Surgiram, no calor desse embate, os dois primeiros partidos republicanos: a União Republicana Espírito-santense (URES) e o Partido Republicano Construtor (PRC). Paralelamente, organizou-se ainda o Partido Operário do Espírito Santo, que propunha sustentar os direitos da classe, curiosamente, em lugar de raras manufaturas.

Consoante Nara Saletto, os anos iniciais da República no Espírito Santo foram muito conturbados. De um lado, os capixabas dividiram-se entre deodristas e florianistas, de outro, apareceu a clivagem regional do republicanismo entre lideranças da região sul e de Vitória. A situação política somente se acomodaria no Espírito Santo sob a liderança de Moniz Freire, que deu ao PRC quase vinte anos de poder. Da



SALETTO, Nara. *Sobre política capixaba na primeira República*. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018, 232 p.: il. ; 21 cm. (Coleção Canaã, v. 26).

liderança de Moniz Freire à liderança dos Monteiro, sobretudo de Bernardino Monteiro, Nara Saletto apresenta a consolidação da política oligárquica na Primeira República no Espírito Santo.

Nota-se, desse modo, a grande preocupação da autora em adotar o conceito de oligarquia como conexão dos governos da primeira república no Espírito Santo. Em suas palavras, oligarquia significava “grupo restrito de pessoas, com fortes vínculos entre si, que exercia de forma autoritária o poder em nível estadual”. Da literatura nacional, a historiadora identifica certa incompreensão da realidade capixaba, cuja singularidade se encontrava no predomínio de médias e pequenas propriedades na economia cafeeira. O próprio circuito de comercialização, para a autora, incluía pequenos comerciantes – os vendeiros, que se vinculavam a negociantes de médio porte para a distribuição do café às casas exportadoras. A estrutura diver-

sificada da base produtiva e mercantil dos capixabas foi o tema de dissertação e tese de Nara Saletto, que, neste livro, alcança o problema da política.

Ainda que o Estado se constituísse em arranjo produtivo diferenciado daquele verificado em outras regiões cafeeiras do Brasil, consoante Nara Saletto, coronelismo e oligarquia entrelaçavam-se na estruturação do poder político no Espírito Santo. Do ponto de vista conceitual, Nara Saletto discute a força das oligarquias no Espírito Santo, relacionando-a com o coronelismo e o poder econômico. Para a historiadora, o sul era a região capixaba que mais claramente manifestava o sistema político coronelista, no entanto, os coronéis concentravam, frequentemente, os poderes locais, mas raramente, alcançavam mandatos na política estadual. Nessa esfera, predominavam os profissionais liberais, denominados pela autora de oligarcas, vinculados ou não aos coronéis.

Nara Saletto identificou apenas 18% de fazendeiros dentre os titulares de mandatos estaduais no Espírito Santo. A despeito disso, a autora afirma a afinidade entre coronéis e representantes na política estadual – os oligarcas. Em geral, os coronéis confiavam a membros da família com formação ou profissão liberal a direção de mandatos estaduais. Estariam os fazendeiros impedidos de se afastarem da direção de suas propriedades rurais? A ausência prejudicaria os negócios? O governo do Estado ou os mandatos parlamentares exigiam permanência incompatível com a gerência de propriedades rurais? A própria autora salienta a precariedade de estudos sobre os governos municipais para o esclarecimento da dicotomia entre afazeres rurais e a política estadual.

No estudo das relações políticas da oligarquia estadual, Nara Saletto apresenta três tabelas com as principais lideranças políticas capixabas, o perfil profissional, origem local e ligações familiares. A primeira trata do período de 1892 a 1906, a segunda, de 1908 a 1920 e a última, os anos de 1920. As temporalidades indicam, dentro da tradicional periodização da pri-

meira República, as modulações capixabas. Sucederiam nesses marcos temporais a liderança de Moniz Freire, os Monteiros e finalmente o retorno de certa influência dos políticos da capital no cenário estadual.

Para Nara Saletto, as lideranças de Vitória dominaram nos dois primeiros anos da República, no entanto, a prevalência caiu quase à metade entre 1892 e 1906. Com os Monteiros, operou-se extraordinário aumento da representação de parte do sul capixaba – Cachoeiro de Itapemirim, Muqui e Muniz Freire. A expansão retirou vagas no legislativo não apenas de Vitória como também de municípios do norte, como Linhares. No último período, nos anos de 1920, observou-se, na opinião da autora, o retorno de certo prestígio de Vitória, apesar da vantagem em cadeiras no parlamento da representação do sul.

Nara Saletto conclui que a República, como no restante do país, favoreceu o fortalecimento das oligarquias, protegendo os grupos políticos estaduais da antiga intervenção do poder moderador. A adesão ao republicanismo significou a reação dos adversários da reforma social, como a abolição, libertando os



senhores da intervenção do poder central. Os partidos nacionais cederam lugar aos partidos estaduais, raptados pelos grupos oligárquicos. A representação política elitista distinguiu também os capixabas, com quase 60% dos políticos formados em algum curso de nível superior, especialmente, de Direito. Poucos eram apenas fazendeiros, raros possuíam como profissão o comércio.

O verdadeiro amálgama da adesão ao republicanismo no Espírito Santo, na opinião de Nara Saletto, foi o federalismo. Com a República, as oligarquias propalaram grandes projetos de modernização estadual, mas carregados de sentido “conservador”. Os republicanos visavam ao fortalecimento da imigração para atender à urgência de braços nas fazendas do sul cafeeiro, ao aumento das vias de escoamento da produção para desfazer as antigas relações comerciais com o Rio de Janeiro, que concorriam com o potencial exportador de Vitória, e à urbanização da capital para atrair novos investimentos.

A hipótese interpretativa de Nara Saletto mais original, sem dúvida, constitui na associação entre o federalismo e a disseminação do republicanismo no Espírito Santo. Com efeito, o federalismo transformou-se na cidadela das oligarquias que reclamavam sua autonomia diante do governo central para decidir como melhor dirigir a política. As lutas pelo poder, quase sempre conduzidas por jagunços e pistolas, contrastam com os *meetings* e *clubs* buscavam projetar imagem da elite moderna e civilizada. Nara Saletto retrata os momentos mais rasteiros da política conduzidos a tiros e facadas e, ao mesmo tempo, apresenta os projetos ambiciosos de modernização comercial e urbanística da capital.

Contraditória, violenta e conservadora, a elite política da Primeira República recebeu desenho mais nítido no texto de Nara Saletto, que colocou à disposição do público as informações empíricas obtidas ao longo dos últimos anos de investigação séria e sistemática, demonstrando a vitalidade de nossa historiadora quase octogenária. Para nossa sorte.



DIÁRIO DE JANEIRO DE 1960

Folha do DIA

Nº 35 - 13 de agosto de 1960 - ANO
Cachoeira de Itapemirim - E. Santo

Professor de Educação Física Para Cachoeiro

É necessário que seja enviado a nossa cidade o professor de Educação Física Tenente José Abade dos Santos a fim de ministrar alguns ensinamentos aos alunos dos educandários da cidade que irão participar das Olimpíadas Escolares. Desta maneira fazemos um apelo ao Secretário de Educação - Dr. Bolívar que pela boa vontade que sempre fez pelas Olimpíadas, que consiga mais este intento.

O Diálogo - 13-8-60

Estadual de Estudantes em greve: solidariedade

ESTADUAL DOS ESTUDANTES - tendo sido classificado de greve por telegrama de solidariedade em UBE. Os estudantes da UBE, também, a partir do momento em que se uniram a UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES, o fim de que se fosse realizado o dia de greve que seria realizado em solidariedade com os estudantes que estão em greve.

Notícia de Educação

A ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ULTIMA PROVIDENCIA PARA O CURSO INTERIOR

1 - Com o intuito de proporcionar aos alunos do curso de Educação Física, tanto do curso regular quanto do curso de extensão, a oportunidade de realizar atividades físicas, a escola de Educação Física do curso interior, através de um grupo de trabalho, vem realizando o curso de Educação Física para o curso interior, com o intuito de proporcionar aos alunos a oportunidade de realizar atividades físicas, tanto do curso regular quanto do curso de extensão.

TERMO

Ponto desta dia

8a

0

ANIVERSÁRIO DA

2-6-60

ANIVERSÁRIO DA

1º FEVEREIRO

1960

Com o intuito de proporcionar aos alunos do curso de Educação Física, tanto do curso regular quanto do curso de extensão, a oportunidade de realizar atividades físicas, a escola de Educação Física do curso interior, através de um grupo de trabalho, vem realizando o curso de Educação Física para o curso interior, com o intuito de proporcionar aos alunos a oportunidade de realizar atividades físicas, tanto do curso regular quanto do curso de extensão.

REPORTAGEM

ARQUIVO PÚBLICO RECEBE DOAÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO DE BOLÍVAR DE ABREU

ARQUIVO PÚBLICO RECEBE COLEÇÃO DO JORNAL “CORREIO DO SUL”

Jória Motta Scolforo

Assessora de Comunicação do Arquivo Público do
Estado do Espírito Santo
Doutorando em História - UFES.



Arquivo Público recebe doação de acervo bibliográfico de Bolívar de Abreu

Um acervo bibliográfico referente ao período no qual Bolívar de Abreu foi secretário de Estado da Educação, nos anos de 1959 a 1962, foi transferido em caráter permanente, por meio da doação de familiares, ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). A coleção é composta por recortes de jornais, diários oficiais e informativos. Por meio dos documentos é possível efetuar pesquisas sobre a história da educação capixaba, a atuação das entidades do Poder Executivo, as estruturas das escolas, as comemorações e eventos estudantis, dentre outros temas.

Bolívar de Abreu nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, no dia 4 de novembro de 1916. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro e especializou-se em saúde pública em São Paulo. Seu primeiro emprego foi de Inspetor Federal de Ensino. Fez parte da primeira turma de médicos sanitaristas do Espírito Santo. Sua atuação como secretário de Estado foi durante o Governo de Carlos Lindenberg.

Os materiais podem ser consultados na sede do APEES localizada à Rua Sete de Setembro, 414, no Centro de Vitória.

A Educação no Espírito Santo

O historiador José Maria Coutinho, no livro “Uma História da Educação no Espírito Santo”, denomina como “educação desenvolvimentista” o período compreendido entre os anos de 1930 a 1964, época na qual no Estado, assim como em todo o país, ocorre uma expansão do ensino e do acesso à escolarização. Trata-se de um momento histórico no qual as características agrárias do Brasil vão sendo substituídas por uma consolidação do desenvolvimento industrial, o que reflete em mudanças nas formas e métodos de ensino. Em 1961, a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi uma das ações mais marcantes.



No Espírito Santo, a “educação desenvolvimentista”, segundo o autor, começou em 31 de dezembro de 1930, quando o interventor federal João Punaro Bley estabeleceu um Decreto que instituiu concurso público para os professores das “primeiras letras” (primário). Nos anos de 1940 foram publicadas leis que organizaram os ensinos primário, normal e agrícola. Na década de 1950 foi fundada a União dos Professores Primários do Espírito Santo. Houve também um aumento no número de escolas superiores, culminando com a criação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). O início da década de 1960, por sua vez, é marcado pela criação do “Conselho Estadual de Educação”, que incluía representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular.

Arquivo Público recebe coleção do jornal “Correio do Sul”

O impresso traz aspectos significativos da sociedade da época e os principais debates que movimentavam Cachoeiro de Itapemirim.

Exemplares do jornal “Correio do Sul”, que circulou no município de Cachoeiro de Itapemirim a partir de 1928, estão sendo inventariados e serão doados ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Os materiais fazem parte do acervo privado de Paulo Henrique Tiengo e serão, posteriormente, microfilmados e digitalizados. O impresso traz aspectos significativos da sociedade da época e os principais debates que agitavam a cidade, configurando-se uma importante fonte para estudos e pesquisas.

Foi no “Correio do Sul” que o cronista capixaba Rubem Braga publicou os seus primeiros escritos, quando tinha 15 anos de idade. O jornal publicava poesias e textos sobre o cotidiano e a política local e nacional pelo o olhar do escritor. Conforme relatado pelo próprio autor, em 1979, na crônica “Como comecei a escrever”:

“Eu ainda estava no curso secundário quando um dos meus irmãos mais velhos – Armando – fundou em Cachoeiro um jornal que existe até hoje – Correio do Sul. Fui convidado a escrever alguma coisa, o que também aconteceu com o meu irmão Newton, que fazia principalmente poemas. Eu escrevia artigos e crônicas sobre assuntos os mais variados; no verão mandava da praia de Maratáizes uma crônica regular chamada ‘Correio Maratimba’”.

Imprensa Capixaba

Antes do aparecimento do primeiro jornal circulavam pelas ruas do Espírito Santo apenas pasquins manuscritos. Em 1835, o Presidente da Província, Joaquim José de Oliveira, encaminha um ofício ao Império reclamando a falta de uma tipografia na



qual pudessem ser impressos os atos oficiais da Assembleia.

A tipografia surgiu em 1840 por iniciativa do alferes Ayres Vieira de Albuquerque Tovar e nela foi publicado o primeiro jornal capixaba, “O Estafeta”. O mesmo não passou do primeiro número. A imprensa se inicia efetivamente com o “Correio da Victoria”, em 1849.

No site do APEES, no link www.ape.es.gov.br/imprensa_capixaba/index.html, pode-se consultar o acervo que compõe a coleção “Imprensa Capixaba”. Ao todo são 72 periódicos de 13 municípios publicados desde o século XIX.

Referências das Imagens

Capa - (Figura 1): Primeiro Festival de Música Popular Capixaba, 1968. Acervo APEES.

Página 8-9: Sala de pesquisa do antigo prédio do arquivo público na rua Pedro Palácios, Centro de Vitória. Sem data. Fundo APEES.

Página 10-11: Fachada da antiga sede do Arquivo Público, localizada à rua Pedro Palácios, Centro de Vitória. Sem data. Fundo APEES.

Página 18-19: Pessoa usando um computador. Coleção Eurico Rezende, 1979-1983. Fotografia: César Inácio Nunes. Referência: BR ESAPEES.ER.1606.

Página 28-29: Navio Sestriere. Sem data. Fundo APEES.

Página 36-37: Cartaz do Projeto Memórias Reveladas, Acervos descritos – DOPS, Cartazes. Referência: BR ES APEES,DES.O.INV.DPES.110.

Página 50-51: Estação da Leopoldina em Mimoso do Sul. Coleção Jerônimo Monteiro, 1911. Referência: BR ESAPEES.JM.262.

Página 52: Estação da Leopoldina em Mimoso do Sul. Coleção Jerônimo Monteiro, 1911. Referência: BR ESAPEES.JM.262

Página 68-69: Senhoras manuseando documentos. Coleção Élcio Alvares, 1975-1979. Referência: BR ESAPEES.EA.171.

Página 70-71: Sala do arquivo permanente na antiga instalação do APEES, Centro de Vitória. Sem data. Fundo APEES.

Página 82-83: Quartel de Polícia. Coleção João Punaro Bley, 1911. Código de referência: BR ESAPEES JPB.1.55

Página 94-95: Vista de Vitória. Coleção Jerônimo Monteiro, 1911. Referência: BR ESAPEES.JM.323.

Página 95-96: Recorte da Capa do Livro “A mídia e a modernidade”, 5ª edição, Editora Vozes. Imagem disponível em: <https://www.docsity.com/pt/thompson-a-midia-e-a-modernidade-uma-teoria-social-da-midia/4841948/>. Acesso em 20 dez. 2019.

Página 105: Servidor, Sebastião Bento Isidoro manuseando películas de filmes. APEES, 2012. Fotografia: Carla Caliman.

Página 120-121: Destaque da obra de Tarsila do Amaral. Antropofagia, 1929. Imagem completa disponível em: <https://arteref.com/artista-da-semana/tarsila-do-amaral/>. Acesso em 20 dez. 2019

Página 130-131: Sala com muitos rolos de microfilme. Coleção Élcio Alvares, 1975-1979. Referência: BR ESAPEES.EA.133.

Página 132-133: Detalhe do documento “50 anos de uma colônia alemã no Brasil”. Recebido em cópia por Joel Velten.

Página 134: Documento “50 anos de uma colônia alemã no Brasil”. Recebido em cópia por Joel Velten.

Página 136: Documento “50 anos de uma colônia alemã no Brasil”. Recebido em cópia por Joel Velten.

Página 138: Documento “50 anos de uma colônia alemã no Brasil”. Recebido em cópia por Joel Velten.

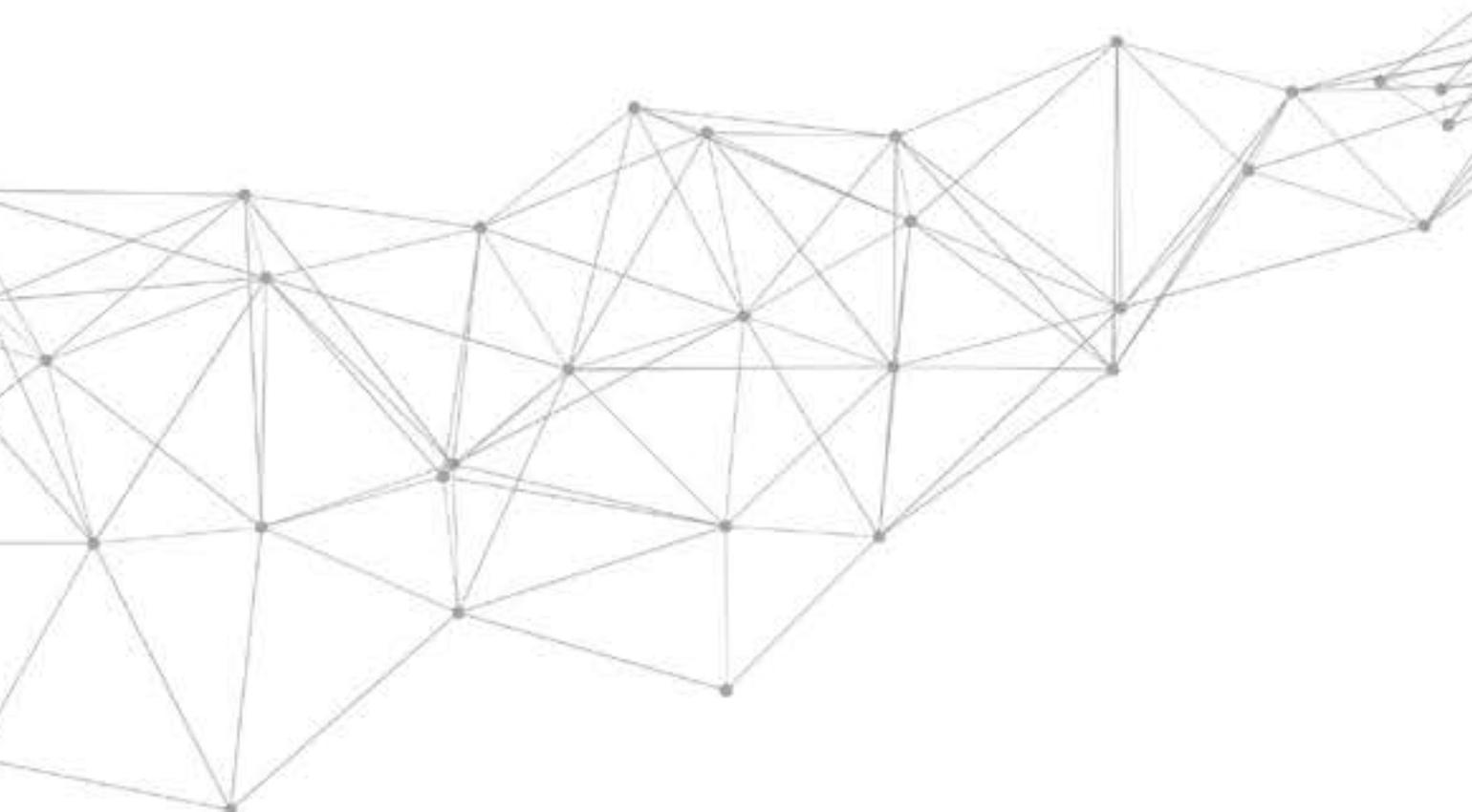
Página 142-143: Destaque da capa do livro “Sobre política capixaba na primeira República”, Nara Saletto. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018. (Coleção Canaã, v. 26).

Página 146-147: Marcondes Alves e prefeitos que tomaram parte do Congresso das Municipalidades em 30/05 a 07/06 de 1914. Coleção Jerônimo Monteiro. Referência: BR ESAPEES.JM.232.

Páginas 148-149: Destaque dos jornais da Coleção Bolívar de Abreu, 1959-1962.

Página 150: Recortes de Jornais da Coleção Bolívar de Abreu, 1959-1962.

Página 151: Coleção Bolívar de Abreu, 1959-1962.



PARCERIA



REALIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

